

A Defesa Nacional

N.º 938

JUL/AGO 1971

Neste número :

- O Estado Contemporâneo e Suas Tendências
- Mensagem aos Jovens Alunos do Curso de Formação de Sargentos do III Exército
- Caxias, o Homem do Dever
- Excertos da História de Um Batalhão de Infantaria, Sustentáculo da República
- Modelo Brasileiro de Desenvolvimento
- Osório
- Homenagem à Bandeira
- Um Sertanejo — Um dos Primeiros Soldados do Brasil
- Uma Esperança no Oriente Próximo
- Neste 25 de Agosto
- A FEB e a História Militar

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO 569	Rio de Janeiro, GB — Jul/Agô 1971	Número 638
------------	-----------------------------------	---------------

SUMÁRIO

	Págs.
O ESTADO CONTEMPORÂNEO E SUAS TENDÊNCIAS — Ten Cel Cav QEMA Nelson Ferreira de Mello	8
MENSAGEM AOS JOVENS ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DO III EXERCITO — Gen Div José Campos Aragão	15
CAXIAS, O HOMEM DO DEVER — Dr. Nelo Pereira	21
EXCERITOS DA HISTÓRIA DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA, SUSTEN- TACULO DA REPUBLICA — Gen Bda Int Epaminondas Ferraz da Cunha	29
A INFANTARIA MODERNA — Maj Ney Balles	53
MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO — Ministro João Paulo dos Reis Velloso	59
A ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAEREA NA AMAZONIA — Ten Cel Art QEMA Einar Walter Berg	67
OSÓRIO — Múcio Teixeira	72
ANALISE DO PROCESSO EVOLUTIVO DA ARMA DE ENGENHARIA — Ten Cel Eng QEMA Virgílio da Veiga	73
HOMENAGEM A BANDEIRA — 2.º Sgt Valdete da Cruz Santos	81
UM SERTANEJO — UM DOS PRIMEIROS SOLDADOS DO BRASIL — Maj Eng QEMA Claudio Moreira Bento	83
SELEÇÃO DO SOLDADO — UMA NECESSIDADE — Maj Inf QEMA Benedito da Silva Serra Junior	91
UMA ESPERANÇA NO ORIENTE PROXIMO — Tradução Cel Paulo Eduardo	113
NESTE 25 DE AGOSTO — Prof. ^a Maria Isabel de Carvalho Cunha	119
ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO — General Olívio Gondin de Uzêda	121
ESCOLA ATIVA E FORMAÇÃO MILITAR — Tradução Cel Paulo Eduardo	123

INFORMAÇÕES

SISTEMA FINANCEIRO: NOVAS LINHAS DE ATUAÇÃO — Ministro João Paulo dos Reis Velloso	135
A FEB E A HISTÓRIA MILITAR — Ten Cel Art QEMA Ney Etchler Cardoso ..	139
CONCURSO DE ADMISSÃO A EPCEX (Provas de Português 1970)	149

DE REVISTAS E JORNAIS

ENERGIA ADORMECIDA	159
TURISMO — FASE INICIAL DE EXPANSÃO	165

O ESTADO CONTEMPORANEO E SUAS TENDÊNCIAS

Ten Cel Cav QEMA
NILSON FERREIRA DE MELLO

1 — INTRODUÇÃO

Somos dos que acreditam que o mundo atual apresenta a perspectiva de uma civilização às vésperas de unificar-se em torno de interesses comuns.

Tal assertiva, embora possa parecer paradoxal — tantas e tão grandes são ainda as áreas de atrito internacional — torna-se cada vez mais clara à medida em que buscamos uma visão panorâmica da História.

Será o mundo de hoje mais conflitante e menos integrado do que o mundo de outros estágios da Civilização? A aguda bipolarização ideológica contemporânea será o prenúncio da definitiva e catastrófica hecatombe da Humanidade?

Creemos que não. Nunca dantes foram tão numerosos e tão fortes os indícios de que a Humanidade se encontra no limiar de uma nova era que, embora imprevisível em todos os seus contornos e detalhes, se nos apresenta como a era da integração mundial.

2 — EVOLUÇÃO DO ESTADO

O Estado, fruto da Civilização, evolui ao compasso das mutações por que passam as sociedades. Desde suas formas mais primitivas, embrionárias mesmo, até às complexas formas modernas, algumas das quais regulam tôdas as atividades nacionais (como é o caso do Estado totalitário), essa organização político-social tem refletido os estágios evolutivos das sociedades.

De uma forma muito ampla, podemos distinguir cinco fases evolutivas na dinâmica político-social do Estado: 1) o Estado latente, potencial, das organizações tribais; 2) o Estado primitivo de conquistadores; 3) o Estado feudal; 4) o Estado absoluto; 5) o Estado constitucional.

Na primeira dessas fases, a complexidade da vida política e social não apresentava ainda grau suficiente para dar origem, de for-

ma clara, à organização estatal. É a fase dos povos naturais, coletores, primitivos, quando a forma tribal difusa abrange as comunidades generativas e algumas categorias profissionais. A autoridade e soberania eram atributos dos chefes de tribos que as exerciam de forma mais ou menos direta. Tal organização tribal pode ser considerada como a protoforma do Estado.

A segunda fase corresponde a uma notável mutação social. A expansão das organizações sócio-políticas, efetuada em graus diferentes, resulta em comunidades mais fortes do que outras. Surge, então, o Estado de conquistadores, através de um complexo de anexações e conquistas, que culmina com o Império. A esta fase evolutiva do Estado se aplica a caracterização de Oppenheimer, que a considera como a da vigência de uma instituição jurídica na qual um grupo é violentamente submetido por outro grupo vitorioso, com a finalidade única de gravar, tão onerosamente quanto possível, o vencido em favor do vencedor. É, portanto, um puro mecanismo de dominação militar e político-econômica.

A fase seguinte é a do Estado feudal. Nêle a camada superior monopoliza a posse das terras e dos rebanhos, de tudo, enfim, que representa poder. As relações sociais, políticas e econômicas seguem uma linha de dependência hierarquizada. O senhor, o duque e, depois, o monarca detêm a propriedade, delegando aos vassalos apenas a exploração dos recursos.

Da fase feudal e em consequência dela, surge uma nova etapa na evolução do Estado. A consolidação do poder nas mãos do monarca, em detrimento dos senhores feudais, resulta no Estado absoluto. É a fase das monarquias nacionais, do apogeu da Teoria do Direito Divino, da identificação do Estado com a pessoa do soberano.

As profundas transformações sociais e econômicas verificadas ao final da fase do absolutismo conduzem à seguinte, que é a do Estado constitucional. O poder do soberano, antes incontestável e incontestável, sofre sensível declínio face a um poder que, emergindo do povo, cada vez se alça a posições mais dominantes. O Estado passa a se conformar de acordo com uma lei básica, votada em assembléia ou outorgada, mas de qualquer forma limitadora do poder do chefe do governo. Desponta, nesta fase, a democracia moderna, intimamente correlacionada com o surgimento de nova forma de relações de produção: o capitalismo. O Estado constitucional, cuja forma preliminar de infra-estrutura econômica é o capitalismo, desabrocha na democracia liberal e burguesa, estilo de vida que acabou por quebrar a estrutura pré-capitalista da Europa feudal. Da democracia liberal, evolui o Estado para outras formas, sempre procurando atender à complexidade crescente da vida moderna. Dêse constante evoluir, vai se delineando o panorama atual das alternativas políticas, do qual a democracia e o totalitarismo são os pólos.

Mas, entre êses dois pólos, há um grande número de sistemas políticos dos países que poderíamos chamar de pré-modernos, os quais têm concepções próprias de vida. A descolonização verificada no mundo, após a 2.^a guerra mundial, deu origem a várias unidades políticas, independentes, muitas das quais sem condições interinas para, desde logo, apresentarem uma estrutura estatal equilibrada e bem definida. Contrastando com a diversidade que resulta desse fato, temos de considerar a tendência contemporânea para a uniformidade, mormente no que tange ao papel do governo na sociedade. A concepção de governo hoje universalmente aceita é a de uma força atuante na formação de condições econômicas e sociais. Essa concepção ganhou tal amplitude que até a própria Igreja Católica, através de seus Pontífices, deixou o terreno meramente espiritual que cultivava, para lançar-se profundamente na esfera temporal das relações sociais. As últimas encíclicas dos Papas João XXIII e Paulo VI poderiam assemelhar-se a "ações de governo da Igreja Católica", antes tradicionalmente dedicada aos problemas teológicos e doutrinários, com uma ou outra exceção.

3 — AS FORMAS MODERNAS

Poderemos apontar, como característica marcante dos Estados modernos, a de propiciarem um governo atuante na regulação das condições econômicas e sociais da nação. Esta concepção do governo como o maior poder organizador da sociedade, contrasta vigorosamente com a idéia predominante há poucos anos, mormente nos países onde vicejou, com maior intensidade, a democracia liberal. Nos Estados Unidos ainda perdura a idéia de que as funções do governo devem ser mais as de um árbitro fiscalizador das regras estabelecidas pelas comunidades nacionais, do que as de um mecanismo popular e criador. Contudo, admitem já entidades como a Tennessee Valley Authority e o controle de crédito para prevenir flutuações econômicas.

Essa transformação do papel do Estado é, essencialmente, uma resultante das profundas modificações econômicas e sociais, muitas das quais poderíamos mesmo chamar de revolucionárias.

Registra-se atualmente uma radical mudança de atitudes para com o indivíduo e seu lugar na sociedade. As origens dessa mudança podem ser buscadas na Revolução Francesa e na Revolução Industrial — dois eventos históricos de larga repercussão no mundo moderno.

A Revolução Francesa, pregando a igualdade dos indivíduos, desafiou e apressou o fim das rígidas hierarquias então existentes na Europa. A Revolução Industrial, com seus processos inovadores de produção, abriu caminho para a atividade individual do empre-

sário e permitiu uma extraordinária mobilidade social. Mas, a Revolução Francesa, libertando o indivíduo das cadeias que o prendiam à sociedade rigidamente hierarquizada de então, integrou-o num outro grupo — o grupo nacional — pela exaltação do nacionalismo. Da mesma forma o industrialismo, estimulando as capacidades individuais, levou à produção em massa, às vastas unidades económicas e ao proletariado. Assim, o resultado desses dois acontecimentos históricos foi o de libertar o indivíduo das peias do passado para inseri-lo em novas e mais amplas entidades sociais. A sociedade resultante das mudanças de estrutura originadas com a Revolução Francesa e com o industrialismo foi uma mistura de grupos sociais e de massas, apresentando alto grau de mobilidade social.

Paralelamente a esses eventos, uma nova sociedade se plasmava em terras da América do Norte. Essa sociedade, geograficamente afastada do cenário europeu, tinha condicionantes próprios. Assim, mesmo antes da Revolução Francesa, os ideais liberais já haviam sido solenemente inscritos na Declaração de Independência dos Estados Unidos. Inspirada nos ensinamentos dos filósofos franceses, condicionada pelos fatores ecológicos e culturais da nova civilização que se implantava nos vastos espaços americanos e, ao mesmo tempo, inspiradora da deflagração da Revolução de 1789 na França, a sociedade americana do norte iniciava seu estágio de independência política sob os influxos do liberalismo. Assimilando rapidamente os novos processos da Revolução Industrial, graças às suas potencialidades fisiográficas e culturais, a república americana iria, em curto prazo, ascender a uma posição de relêvo no mundo moderno para chegar, em nossos dias, ao "status" de uma das superpotências mundiais.

Mais recentemente, nova transformação radical de estrutura iria abalar o mundo. Antes do término da 1.ª Guerra Mundial, os marxistas revolucionários derrubam o governo da Rússia czarista. Surge, então, um novo tipo de regime baseado, não no consentimento popular, mas no poder revolucionário de uma pequena e bem organizada elite: o Partido Comunista. Como fase inicial do desenvolvimento do regime, estabelecem um governo autoritário, a "ditadura do proletariado", o qual iria fornecer as bases para muitas experiências futuras de governo por minorias coercitivas. Desde essa época, a ditadura nunca mais deixou de ser o mais sério rival dos governos democráticos, principalmente nas últimas décadas, em função da posição de destaque assumido pela URSS no concerto das nações.

Chegamos, assim, ao mundo dos nossos dias que apresenta extraordinária complexidade política. Essa complexidade (causa ou resultado da complexidade da vida económica e social), coloca-nos diante de um panorama extremamente difícil de precisar em todos os seus detalhes. Todavia, cremos que um dado real a apontar nesse

quadro complexo e, muitas vezes, contraditório, seja precisamente sua dinâmica, sua constante mutação ou evolução, o que dá ao observador a impressão de estar no vértice de um movimento em aceleração.

Daí a dificuldade de precisar, de maneira nítida, as formas contemporâneas de Estado, uma vez que elas se nos apresentam, muitas vezes, como etapas evolutivas de um processo que não atingiu o seu término. Ademais, a existência de países superdesenvolvidos coexistindo com nações recém-saídas do "status" colonial (em termos de tempo ou de grau de desenvolvimento sócio-econômico) indica uma variada gama de organizações estatais.

Podemos, contudo, aceitar a dicotomia de Democracia e Totalitarismo como os paradigmas para os quais tendem as diversificadas formas contemporâneas de Estado, muito embora nem mesmo os países mais desenvolvidos se ajustem integralmente às características de uma ou de outra dessas duas formas.

Cabem aqui algumas considerações sobre os elementos constitutivos do Estado. A maioria dos autores modernos considera como sendo três os elementos essenciais do Estado: a população, o território e a soberania.

A população é a componente humana do Estado. Tem certa unidade, decorrente de interesses, propósitos, necessidades e ideais comuns.

O território é a parte da superfície terrestre em que o Estado exerce, soberanamente, a sua autoridade. Abrange o subsolo, o solo, o espaço aéreo que o recobre e o mar territorial que o banha, e o mar que lhe serve de fronteira. Em resumo, delimita geograficamente o Estado.

A soberania é o poder criador de vínculos políticos que enlaçam, de um lado, a autoridade pública e do outro a população. Dela decorre o governo e a representação jurídica do Estado no concerto internacional. A soberania exerce-se em dois campos: interno e externo. A soberania interna significa a supremacia do Estado dentro do seu território. A externa significa que, nas relações recíprocas entre os Estados, não há subordinação mas sim igualdade.

Outro ponto que merece esclarecimento é o do entendimento que estamos dando à expressão Forma de Estado. Quando usamos essa expressão, queremos nos referir à estrutura formal do Estado no que respeita ao exercício do poder. É um conceito que, para muitos, coincide com o de regime político e forma de governo. Portanto, por Forma de Estado, não estamos querendo nos referir à estrutura espacial do Estado, ou melhor, não estamos querendo distinguir entre Estados unitários e Estados compostos, como entendem muitos.

Vejamos, em largos traços, os aspectos mais marcantes das duas formas em que aceitamos dividir os Estados contemporâneos. Elas se caracterizam pelas teorias e ideologias políticas que adotam e se diferenciam pelos princípios e regras com que cada qual disciplina e estrutura os poderes do Estado e exerce o governo.

Ao tratarmos de cada uma dessas formas separadamente, passaremos a falar em democracias e totalitarismos (no plural), a fim de evidenciar a pluralidade de nuances que cada uma admite.

As democracias caracterizam-se institucionalmente pelos seguintes aspectos: limitações à ação do governo, visando a salvaguarda de indivíduos ou grupos, mesmo minoritários; existência de órgãos de representação popular efetiva; mudança regular, periódica e pacífica dos dirigentes. A limitação na ação governamental significa que há esferas da vida privada que não admitem interferência estatal e, também, que os eventuais detentores das funções governamentais ou públicas estão sujeitos, como tôdas as demais pessoas, às regras do Direito, devendo exercer sua autoridade unicamente dentro dos limites da lei.

Mas não apenas institucionalmente se diferenciam as democracias dos totalitarismos. Ao contrário, é mais nas atitudes, decorrentes de posições filosóficas diferentes, que poderemos encontrar as maiores divergências entre umas e outras. Nas democracias, há o respeito às minorias e os indivíduos, o uso do debate em vez da força para dirimir controvérsias, a tolerância a tôdas as idéias. Esta atitude básica pode ser muito bem expressa pela frase "discordo de sua opinião mas lutarei até à morte pelo seu direito de expressá-la".

Segundo Popper, os regimes democráticos são "um conjunto de instituições que permitam o controle público dos governantes e sua mudança pelos governados e que tornem possível aos governados obter reformas sem usar de violência, mesmo contra a vontade dos governantes".

Vamos alinhar agora o que nos parecem ser as práticas essenciais aos regimes democráticos.

- 1 — ELEIÇÕES LIVRES E FREQUENTES: livres, quando o eleitor não sofre coações e tem um número suficiente de candidatos que lhe permita escolha e opção. Frequentes, para que possa expressar sua aprovação ou reprovação à filosofia de governo adotada.
- 2 — IGUALDADE DO DIREITO DE VOTO: significando que todos os cidadãos devem ter igual influência política.
- 3 — IGUALDADE PERANTE A LEI: significando que não haverá tribunais especiais para classes especiais e que todos devem ter os mesmos direitos e deveres.

- 4 — DECISÕES PELO VOTO DA MAIORIA.
- 5 — DIREITO DA MINORIA PASSAR À MAIORIA: mediante persuasão pacífica. Isto é essencial porque, se a minoria se convencer da impossibilidade de alcançar o poder pela persuasão pacífica, só lhe restará a violência. Esta prática é, além disso, um mecanismo de autodefesa pois, quem hoje está na maioria, amanhã poderá estar na oposição.
- 6 — LIMITAÇÃO DO PODER DOS GOVERNANTES: implica, antes de tudo, no respeito à Constituição.

Os totalitarismos — ou monocracias como preferem alguns — podem ser caracterizados pelos seguintes aspectos: 1) total subordinação do indivíduo aos interesses do Estado; 2) estrutura governamental fortemente centralizada; 3) estado forte que, em nome da consolidação do regime, tende para o estado policial e para a prática do terror.

Os Estados totalitários necessitam de uma ideologia bem definida em que possam apoiar e justificar suas ações. Ao contrário das democracias, onde não se encontra uma ortodoxia estabelecida em doutrina de governo, as monocracias apresentam sempre esse conteúdo ideológico, levado muitas vezes ao extremo da sacralização de seus dogmas.

Assim, em contraste com os esforços conscientes das democracias em manter a diversidade, a livre discussão, o espírito aberto a programas futuros, as monocracias tendem para um reforçamento cada vez maior das mesmas e únicas idéias, esmagando as oposições ostensivas. O nazismo, o fascismo e, atualmente, o comunismo proclamam-se donos de uma verdade superior que, por isto mesmo, não admitem contestações válidas.

Desta forma, o comunismo totalitário, segundo sua auto-interpretção, difere muito de uma simples autocracia. Partindo do princípio de que vivem um estágio necessário mas transitório no curso inexorável da História, no rumo da completa emancipação do Homem, justificam todas as coisas, mesmo as mais coercitivas e contrárias a essa propalada liberdade total. Os líderes comunistas estão — como eles próprios afirmam — cumprindo tarefa histórica de reconstrução geral da sociedade e, por isto mesmo, não podem se deixar embaraçar por conceitos burgueses, transitórios e viciados sobre moral, direito, dignidade humana, sentimento religioso e outros.

Do ponto de vista do totalitarismo comunista, há portanto enorme diferença entre o seu próprio regime e o autoritarismo, a oligarquia ou a autocracia. E essa diferença resulta, primordialmente, na crença de que os fins justificam os meios quando se marcha de conformidade com a História. O totalitarismo comunista é, assim, um sistema destinado a conduzir a etapas superiores nesse processo histórico, ao passo que o autoritarismo é um fim em si mesmo, um regime

que se esforça por manter o controle de uma comunidade sem modificar basicamente a sua estrutura.

Os Estados totalitários, em particular o totalitarismo comunista, faz da transformação rápida da sociedade um objetivo de governo, dentro do processo transcendente de atingir níveis sociais, políticos e econômicos mais elevados. É um estado de "revolução permanente" que tira aos grupos contrários ao partido qualquer possibilidade de se estabilizar e de exercer sua influência.

Uma das características dos totalitarismos é uma técnica de governo não encontrada no corpo formal de suas instituições políticas. Contudo, é amplamente praticada, quer abertamente, quer de forma velada. Trata-se da depuração. A depuração elimina, de forma drástica, as oposições organizadas às elites dirigentes, seja porque possuem objetivos sociais diferentes, seja porque discordam dos métodos utilizados na conquista dos objetivos comuns. A depuração, que seria considerada imoral ou, até mesmo, criminosa nas democracias (pois até do crime ela se vale) é uma norma política encontrada em todos os regimes totalitários.

Muitos dos países em desenvolvimento, na América Latina, na Ásia e na África, têm também como objetivo uma rápida mudança sócio-econômica. O seu atraso relativo desobriga a um tremendo esforço de modernização a curto prazo. Esses países são naturalmente tentados a adotar as técnicas totalitárias, mas muitos deles compreendem que o preço a pagar talvez seja demasiadamente elevado. Adotam, então, combinações do sistema democrático e totalitário.

4 — TENDÊNCIAS

Na introdução deste trabalho, dissemos que a Humanidade se encontra no limiar da era da integração mundial.

Com efeito, os indícios que o panorama contemporâneo nos apresenta nos conduzem a essa afirmativa.

A economia moderna tende para uma posição intermediária entre a livre empresa e o socialismo estatal. As radicações extremistas, cada vez menos numerosas, resultam de variações de ordem prática de lugar e de tempo.

A vida espiritual despoja-se visivelmente das intransigências e do fanatismo de outros tempos. O ecumenismo cristão é hoje um tema atual e atuante e representa um edificante exemplo de tendência unificadora nesse campo.

O intercâmbio cultural, facilitado de muito pelos avanços da tecnologia, atingiu graus insuspeitados em passado recente. Poucas são as nações que ainda opõem barreiras a esse intercâmbio — mas, mesmo essas, apresentam um quadro interno de nítida transição cultural.

Nosso mundo elevou-se em sentimentos humanitários de maneira acentuada. Ao menos doutrinariamente, ninguém mais ousa negar os Direitos do homem como conquista definitiva da Civilização. Considerando, porém, os inomináveis crimes que, ainda hoje, se cometem contra esses Direitos, poderíamos concluir que eles nada representam de prático e de efetivo. Mas, não será uma extraordinária conquista de nossos dias serem os atos lesivos aos Direitos do Homem considerados como crimes? O fato desses Direitos terem sido incorporados à carta da ONU, organismo internacional que congrega 120 nações, não representa algo de notável?

Não precisamos ir adiante para evidenciar a tendência integracionista que se verifica no mundo contemporâneo. Ai estão as numerosas organizações internacionais a prová-la, desde a ONU, espécie de embrião de um governo supranacional, até outras de caráter mais restrito, como o Mercado Comum Europeu, o BENELUX, a OTAN, o COMECON, o Pacto de Varsóvia, etc.

A própria redução relativa das dimensões do globo terrestre, resultante dos progressos da ciência e da técnica, aproximou os povos de todas as nações, obrigando a uma revisão de conceitos antes válidos e a formulação de novas regras de conduta e convivência internacionais.

Por outro lado, muitos problemas antes inexistentes ou latentes, hoje se tornaram agudos. Dispomos de um poder de produção nunca visto, mas imensas parcelas da Humanidade vivem na escassez e na penúria. Inventamos máquinas que trabalham e até pensam por nós e aumentamos, de forma perigosa, a massa de desempregados. A população mundial cresce em ritmo acelerado, explosivo mesmo em alguns países, enquanto os meios de sobrevivência sofrem um decréscimo relativo. Crises agudas e crônicas de desemprego e de fome ameaçam o futuro da Humanidade, enquanto a Ciência e a Técnica, por seu aperfeiçoamento, tomam bizarramente o lugar do trabalho humano, sem resolver aquelas crises, mas antes agravando-as. Partimos para a conquista de outros mundos sem antes resolver todos os problemas do nosso mundo.

Entre esses problemas, talvez um dos mais graves seja o da divisão ideológica, ou mais acertadamente, política entre o Ocidente e o Oriente. Isto porque o abismo que ainda existe entre o Mundo Livre e o Mundo Comunista impede que as potencialidades de ambos convirjam para solucionar os demais problemas que angustiam a Humanidade e representa, por si só, séria ameaça à preservação da espécie.

Mas, nesse quadro sombrio de tensões e antagonismos, já se vislumbra a aurora de um futuro melhor.

A União Soviética cada vez mais se ocidentaliza, enquanto os países ocidentais, passo a passo, se afastam do capitalismo liberal.

O conflito sino-soviético, quebrando o monolitismo ideológico do campo socialista, evidenciou a inexistência de uma ideologia comunista; o que há, verdadeiramente, é um pragmatismo político, acorde com o estágio de desenvolvimento revolucionário da nação considerada. A radicalização chinesa é, assim, um fenômeno chinês, temporal e local.

O terror nuclear, colocando os dois gigantes contemporâneos — os Estados Unidos e a União Soviética — diante da impossibilidade de superação de suas divergências através de um confronto direto, só lhes deixa a alternativa de uma forma de coexistência pacífica. O telefone vermelho é a materialização da inviabilidade da solução violenta.

O problema político do mundo atual só pode ser resolvido, portanto, através de uma fórmula de convivência entre essas duas potências. Se a tanto não as conduzem seus antagonismos atuais, ao menos o impasse nuclear e, já agora, o perigo chinês que a ambas ameaça, certamente haverão de aconselhar essa solução.

Embora ainda nos possa soar muito estranhamente uma confederação ou, até mesmo, uma federação entre a URSS e os Estados Unidos, assim talvez não venha a parecer aos nossos netos ou bisnetos. De qualquer forma, se é a confederação, a federação ou outra qualquer forma de associação de Estados que tem de salvar a Humanidade, são esses, precisamente, que têm de iniciá-la.

Até lá, acreditamos que os Estados, como unidades políticas, tenderão para uma forma intermediária entre o totalitarismo e a democracia liberal.

Seria um sistema que teria algo de humanismo de Fromm, da democracia social de Toynbee, da doutrina social da Igreja, enfim, uma nova forma não tão alienada quanto o liberalismo, nem tão autoritária como o totalitarismo.

5 — CONCLUSÃO

Apesar dos sérios e graves antagonismos que ainda existem separando nações e blocos de nações, a tendência do mundo contemporâneo é de caminhar em direção a uma forma qualquer de integração mundial. A outra alternativa seria o agravamento desses antagonismos a um ponto tal que resultaria num conflito generalizado e, conseqüentemente, nuclear. Neste caso, teríamos o fim da Civilização, tal como a conhecemos atualmente.

Como a segunda alternativa é nitidamente catastrófica, e disto está tomando consciência toda a Humanidade, só resta a primeira como solução acorde com o bom senso.

Da mesma forma os Estados, como unidades políticas autônomas, tendem para uma forma menos extremada entre os dois pólos do panorama atual das alternativas políticas.

Os regimes democráticos precisarão, cada vez mais, de assumir responsabilidades positivas de criação e de distribuição da riqueza.

Os regimes totalitários terão de rever suas doutrinas, torná-las mais tolerantes e flexíveis, abrandar seu autoritarismo e seu caráter messiânico.

Se estas não são as conclusões lógicas a que se pode chegar através da análise do processo histórico, são certamente as esperanças de milhões de pessoas que, desengajadas das doutrinas e ideologias dos líderes mundiais, desejam apenas assegurar para si mesmas e para seus filhos, um mundo melhor e mais digno.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — TEORIA GERAL DO ESTADO — Pinto Ferreira — (Tomó I)
- 2 — TEORIA ECONOMICA E REGIOES SUBDESENVOLVIDAS — Myrdall
- 3 — A IDADE DA IDEOLOGIA — Watkins
- 4 — REBELIAO DAS MASSAS — Ortega
- 5 — A PSICANALISE DA SOCIEDADE CONTEMPORANEA — Fromm
- 6 — HISTORIA CONTEMPORANEA — Toynbee
- 7 — CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA — Schumpeter
- 8 — GOVERNO E POLITICA NO SECULO XX — Herz

Ao formular uma estratégia militar, o planejador deve analisar suas hipóteses, bem como as da política externa, examinar as diversas políticas em vigor e visualizar situações futuras e os vários modos de agir para atingir os devidos objetivos nacionais.

CAPITULO IV

DOS REPRESENTANTES

Art. 86 — Em cada Corpo de Tropa, Quartel-General, Repartição ou Estabelecimento Militar, haverá um representante da Revista, escolhido entre os assinantes ou associados.

Art. 87 — São deveres dos representantes:

- a) servir, em todos os atos, de intermediário entre a Revista e os assinantes;
- b) angariar assinantes, trazer a Administração informada sobre o movimento das assinaturas e a ela enviar semestralmente uma relação nominal dos oficiais prontos, no corpo, repartição, etc.;
- c) distribuir prontamente os números recebidos, devendo logo reclamar à Administração sobre quaisquer irregularidades do recebimento da Revista;
- d) enviar ao Diretor-Secretário os trabalhos dos colaboradores, e bem assim as sugestões ou reclamações provocadas pelos artigos publicados;
- e) receber as importâncias das assinaturas e remetê-las ao Diretor Administrativo, deduzidas as despesas indispensáveis à execução desse serviço;
- f) providenciar, quando tiver de deixar as suas funções, sobre quem o deve substituir, e entregar ao seu substituto todos os documentos relativos à Revista, de tudo dando conhecimento à Administração;
- g) remeter diretamente à Administração tôdas as quantias pertencentes à Revista e que se acharem em seu poder, quando tiver de passar a outrem as suas funções.

(Do Estatuto de A DEFESA NACIONAL.)

MENSAGEM AOS JOVENS ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DO III EXÉRCITO

AULA INAUGURAL

Gen. Div.
JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO

O SARGENTO NO CONTEXTO DO EXÉRCITO

Meus jovens, futuros sargentos do Exército Brasileiro!

1) — Valores ditos sagrados

O ano passado, tive, como hoje, o privilégio de dar a primeira aula do Curso de Formação de Sargentos de Infantaria "Turma Sargento MAX WOLFF", realizado no 1.º/20.º RI.

Dias atrás em palestra, que fiz para um Colégio em Curitiba, inseri um conceito que é universalmente reconhecido e o qual julgo oportuno repetir aqui; êle se refere à existência de três gerações, normalmente, atuantes na vida de uma Nação. Assim há:

— a geração dos menores — jovens portanto — e que merece um especial cuidado, para que além de instruída seja, essa geração, educada, dentro de princípios nobres, visando a formação e um caráter equilibrado e digno. Essa geração requer formação física, intelectual e moral, bem orientada, já que, inexoravelmente, e isso quer dizer — haja o que houver — é ela que assegurará a eternidade da Pátria. Essa geração vai até a puberdade, ou melhor, o início da maioridade;

— a geração jovem — é aquela que já tendo atingido a maioridade, dentro dos conceitos jurídicos, é formada por homens responsáveis totalmente por seus atos e sua conduta dentro da sociedade. É a geração de vocês, jovens.

Vai, vamos dizer, dos 18 anos até a meia-idade — a qual pode ser caracterizada quando o homem atinge os quarenta anos de existência;

— a **geração amadurecida** — é a que vai até a idade de aposentadoria, por volta dos 70 anos.

— finalmente:

a **geração envelhecida** e, da qual, salvo honrosas exceções muito não pode ser exigido dos homens que a atinge. Não é, portanto, atuante.

As duas gerações que formam a força dinâmica da Nação é a jovem e a dos homens amadurecidos.

Dêse modo, as Nações que desejam ser eternas têm que preparar, sobretudo, as suas gerações de menores e a de jovens, dentro de um padrão de vida que faça do homem um instrumento essencialmente útil à família e, em consequência, à sociedade. Existem segundo doutos sociólogos, como Young, por exemplo — um estudioso que procurou bem compreender o comportamento do homem em face à humanidade — coisas ditas sagradas, a serem acatadas por todos. Estas, ao seu ver, caracterizam, sob certos aspectos, a civilização cristã que vive o mundo de hoje. Deduziu êle que para o homem ter uma vida normal e equilibrada tem que respeitar o que êle, Young, chegou mesmo a chamar **princípios sagrados**:

— Deus,

— família — como célula da sociedade

— Pátria.

Deus, segundo filósofos, é a causa primeira e a razão de todas as coisas, sendo o Ente absoluto foge inteiramente a qualquer definição.

Ele traz, desde os primeiros passos do homem na vida, para êste, a compreensão do sentido de uma **hierarquia** superior que deve, acima de tudo, ser acatada. Assim, Êle, o Onipotente, é a explicação filosófica, particularmente na civilização cristã, como sendo a origem e a razão de tudo.

Nas **Fôrças Armadas** a **hierarquia** é caracterizada pela escala de pontos que vai do Presidente da República, Chefe Supremo das Fôrças Armadas, até o simples soldado.

A família é a célula das sociedades e estas englobadas num todo, com várias características comuns, formam as Nações. Quando uma Nação tem um território próprio e se arregimenta, dentro de certas exigências reconhecidas no Mundo, há o Estado-Nação ou a verdadeira Pátria.

Assim, a Pátria, dentro da definição mais simples é a terra que nos viu nascer. Complementando a definição podemos dizer que é onde nascemos, vivemos com os mesmos princípios e leis, onde falamos a mesma língua, onde cultivamos as mesmas tradições, onde, finalmente, nos arraigamos conscientes de que ela, a Pátria, é nossa

e, portanto, devemos zelar pela sua liberdade em face das outras Pátrias e que jamais ela venha cair submissa às outras que tenham interesse de nos escravizar dentro dos seus regimes, e, assim, queiram ter sobre nossa Pátria ação de governo.

Infelizmente, através de todos os séculos vêm algumas Pátrias lançando mão da guerra tôdas as vêzes que querem dominar, escravizar ou se aproveitar das riquezas de outras Pátrias.

Tem sido um fenômeno constante no seio da humanidade êsse processo de violência para o domínio.

De tudo isso, compreende-se o porquê da obrigatoriedade do Serviço Militar: é o cidadão um responsável pela Segurança da Pátria. Só dentro dessa aceitação de ser o cidadão um servo intransigente de sua defesa, poderemos legar às gerações futuras uma Pátria livre, soberana e respeitada.

Tôdas as Pátrias, mesmo as menores e mais modestas, preclsam e possuem Forças Armadas. Praticamente elas têm a mesma destinação por tôda parte.

Na Constituição, isto é, no documento essencial que consubstancia a existência do Estado-Nação República do BRASIL, PATRIA BRASILEIRA diz:

“As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem”.

Os alicerces básicos da Organização das Forças Armadas são:

- a hierarquia e
- a disciplina.

Há, por parte de todos os que vestem farda, uma enorme responsabilidade na preservação dêsses dois princípios. O respeito hierárquico é traduzido no consciente cumprimento das ordens emanadas dos superiores. E êstes são, hoje em dia, chefes que por suas qualidades intelectuais e sobretudo morais ascendem na carreira, tendo também passado pelos escalões subordinados, onde adquiriram conhecimento e experiência profissional.

A disciplina espelha o valor de uma Força Armada. Ser disciplinado é, além de obedecer aos superiores, pautar a conduta dentro dos preceitos regulamentares, jamais os contrariando. O regulamento disciplinar que aqui, mais tarde, será estudado com detalhes, outra coisa não é senão um Código de Honra, o qual norteia a conduta do soldado ao general, no seio do Exército.

2) — Projeção do Sargento

Na escala hierárquica, o Sargento tem uma projeção que, estou certo, será bem compreendida por vocês ao término do curso.

Não poucas vezes tenho aconselhado aos jovens dizendo que há um fator básico para se vencer na vida. Este fator é a necessidade de uma **perlinaz força de vontade**. Sômente sabendo-se querer, com firmeza, sem desmorecimento, em nenhum instante, pode o homem vencer na vida, em qualquer carreira que abraça.

Um caminho seguro é encontrado através dos livros; isto é, quando pelos concursos sérios consegue o jovem ser selecionado para cursos, como no caso de vocês. O jovem dando o máximo de energias chega a vencer todos os obstáculos e consegue, assim, ser aprovado no final do curso, podendo iniciar a carreira que abraça. Dêsse modo, o jovem pelo estudo se valoriza, tornando-se mais respeitado pelos conhecimentos adquiridos e, mais ainda, tornando-se mais útil à coletividade, pois as funções que tem condições de exercer são mais complexas, exigindo, às vezes, especialização. Esse é o caso do Sargento. Daí haver muita seriedade na seleção e formação do Sargento, no Exército de hoje.

O que significa o Sargento no contexto militar transcende ao simples dizer-se de que ele é um auxiliar do oficial. Sim, é um auxiliar em alguns momentos, mas é muito mais, é indubitável um elemento básico na estrutura militar, sob todos os aspectos.

Como se pode constatar ele é, principalmente:

- um estelo essencial na máquina administrativa das Organizações Militares — quase toda a parte burocrática, funcionamento dos ranchos, almoxarifados, arrecadações etc. não o dispensam;
- o monitor primordial no preparo profissional do soldado, sendo, mesmo, nos casos de ausência de oficiais o substituto destes e portanto o instrutor autêntico quando está perfeitamente capacitado — mas, — sobretudo ele é peça mestre no cumprimento das missões táticas no emprêgo das armas nas ações de combate, no campo de batalha.

Quando monitor ou instrutor jamais dispensa quando vai ministrar uma instrução de preparar sua ficha. E hoje, aqui dou o exemplo, preparei a presente ficha de instrução que enquadrei nessa palestra.

A história militar brasileira é pródiga de exemplos magníficos de feitos de sargentos nossos à frente de grupos de combate, de seções e até mesmo de pelotões com arrancadas gloriosas em operações de combate.

A turma que finalizou o Curso de Formação de Sargentos de Infantaria em 1970, no 1.º/20.º RI escolheu para seu nome o do "Sargento MAX WOLFF". Foi uma homenagem justa, pois êsse bravo tornou-se um símbolo como sendo um dos mais perfeitos comandan-

tes de patrulhas da 2.^a Grande Guerra Mundial. Acabou, como vocês devem saber, regando com seu sangue, de autêntico herói, o solo dos Apeninos na Itália, numa demonstração imorredoura da alta concepção do soldado brasileiro de que sabe compreender o que significa lutar pela honra e dignidade da Pátria. É ele Wolff um dos mais autênticos heróis da Força Expedicionária Brasileira na Europa.

Doravante, jovens alunos, vocês têm mais responsabilidades do que os simples conscritos. Vão se preparar para serem sargentos. A conduta de um futuro graduado deve ser exemplar. Só dêsse modo vocês poderão se impor aos seus superiores. A Nação, conscientizada do perfeito cumprimento do dever, será, em pouco tempo, reconhecida pelos instrutores e superiores e, você, jovem aluno, passará a ser respeitado, pois se impôs como elemento digno.

O que é evidente no Exército é que não há superior que não admire o soldado de excepcional conduta e que cumpre com eficiência, entusiasmo e seriedade os seus deveres.

Se um jovem candidato a graduado se porta de maneira acima, em pouco tempo, até mesmo os soldados da Unidade em que o Curso se processa passam a respeitá-lo e a admirá-lo.

Jovens! Entre todas as carreiras é a militar bem caracterizada pelo fato de não oferecer, a quem a abraça, possibilidade de enriquecimento. O tempo integral no serviço impede o ganho em outros trabalhos. Isto faz do militar de carreira um abnegado que sabe, desde cedo, estar predestinado a viver modestamente e cujos vencimentos darão, apenas, para o essencial de sua sobrevivência e da família que constituir. Há, entretanto, para quem escolhe a carreira por vocação outras recompensas e situações que não são dadas às carreiras civis. Por exemplo a maior possibilidade de se tornar um herói nacional, como foi Wolff, na Itália. A projeção de ser apontado como um padrão de dignidade na defesa da honra e da liberdade da Pátria. Isso, para não falar no privilégio do uso de uma farda honrada como é a do Exército Brasileiro e no respeito e na admiração que lhe dispensam os cidadãos brasileiros que representam a elite da Nação, por saberem que os militares são a garantia de sua tranquilidade e segurança, e, mais ainda, os defensores intransigentes da soberania e honra da Pátria.

Assim, como já afirmei, em outras oportunidades, há uma riqueza moral que constrói o verdadeiro soldado e que não há dinheiro que a compre, esta é a projeção moral que pode atingir na prática de um feito de glória em ação de combate, ou, no cumprimento do dever em ações mesmo de paz, mas que representem imperativos para o bem-estar do povo brasileiro.

Vive, o mundo inteiro, hoje, dias difíceis. Há, lamentavelmente, alguns aspectos negativos que vêm criando tumulto ou a desgraça

por toda parte. Um desses aspectos é a ideologia comunista que procura infiltrar-se, em particular, na juventude, acenando-lhe coisas mirabolantes e irrealizáveis. E como todo jovem é um receptáculo fácil de ser atingido quando não é bem orientado, educado e instruído, ele pode se deixar envolver por promessas utópicas e, assim, tornar-se um instrumento da subversão e traição à Pátria.

Outro fator extremamente grave é a incompreensível proliferação da utilização dos tóxicos por parte da juventude irresponsável. O grande perigo do tóxico, está patenteado, no mundo inteiro, pelos constantes crimes praticados por aqueles que agem sob os impactos dos entorpecentes. Toda a malta dos brasileiros desgarrados que nesse instante, também tentam levar o Brasil ao caos, com atos hediondos de terrorismo, agem sob os efeitos monstruosos dos tóxicos. E, o que é pior, todos esses agentes do crime procuram difundir o tóxico no meio dos adolescentes. Daí a se embrenharem no comunismo é um passo curto. Sem mesmo saberem o que é o comunismo. Já que a doutrinação está em toda a parte, até feita por falsos mestres. Após as primeiras experiências de maconha, cocaína, morfina, etc., o jovem fica irreversível. Há, segundo cientistas, um fenômeno cerebral desconcertante para o viciado. Os impactos violentos da droga sobre os centros nervosos tornam o toxicômano um autêntico louco. Seus gestos são caracterizados por tiques nervosos e eles perdem o senso de raciocínio. Passam a agir como desesperados, e nos quais manifestações exageradas, como por exemplo de uma precipitação monstruosa nos atos de violência, já que atuam dopados. No fundo mesmo, quando assim procedem eles não estão senhores de si. Dir-se-ia autômatos impulsionados pelas venenosas drogas. Cientistas afirmam que posteriormente o tóxico deixa o homem impotente sexualmente.

Essa digressão tem uma finalidade: a de aconselhar a vocês o que significam os entorpecentes como meio de destruir o caráter e, sobretudo, o equilíbrio dos sentidos. Não é fácil a recuperação de um homem que chega a viciar-se nos tóxicos. Passa a ser um marginal, sempre apto à perpetuação dos mais hediondos crimes, já que age fora da razão.

O sargento tem, normalmente, uma influência muito grande sobre a geração dos jovens conscritos que chega para servir nos corpos de tropa. Daí, resulta que pelos constantes contatos com os recrutas, principalmente, deve o sargento, não só dar o exemplo, mas também se conscientizar de que é responsável pela orientação da conduta dos jovens e, portanto, deve participar na orientação dos mesmos.

Que sejam felizes e, que, mesmo lá muito longe na Guanabara eu possa conhecer o resultado do sucesso dessa turma, que já se impôs no concurso como elite dos cabos e soldados, no seio do nosso glorioso III Exército.

CAXIAS, O HOMEM DO DEVER

Dr. NILO PEREIRA

Membro da Academia de Letras
de Pernambuco

*Conferência proferida no dia 20 de agosto
de 1970, no CPOR/Recife, como parte das come-
morações da "Semana do Exército".*

Dirijo-me de modo especial aos alunos do CPOR, a respeito da personalidade do Duque de Caxias, Patrono do Exército.

Não pretendo, propriamente, dar a esses alunos, que gentilmente me ouvem, uma lição de história nacional, e sim de civismo. Em boa hora o Governo Federal criou a disciplina de Educação Moral e Cívica, que, na Universidade, é ministrada sob a denominação genérica de "Problemas Brasileiros". Tais problemas, sejam eles quais forem, serão estudados em consonância com a nossa realidade cívica, com a dignidade moral da pessoa humana, com as lições que devem ser estabelecidas entre o educando e a sua vivência própria.

Todos sabemos quem foi — ou melhor — quem é Caxias. Sabemos que ele foi por quase todo o Segundo Reinado brasileiro a espada da guerra e da paz. Sabemos que ele realizou a concórdia nacional. Por isso é não somente o Patrono do Exército Brasileiro como é também o Pacificador. Patrono porque encarna a expressão máxima dos atributos militares e Pacificador porque, em meio às guerras civis, que se seguiram logo às Regências, conseguiu impor a ordem e a paz, a disciplina interna que, como disse Camões, não se aprende na fantasia, mas vendo, tratando e pelejando.

Ora, numa fase em que o Civismo voltou a integrar o ensino brasileiro, sendo mesmo condição básica da formação moral, cívica e intelectual do aluno, em todos os degraus do aprendizado, era imperioso que certas figuras — a de Caxias, por exemplo — passassem a ser objeto do nosso estudo, da consideração que oferecem os formadores da Pátria, os defensores da integridade nacional.

Somos um milagre no continente americano: somos a unidade na diversidade. As diversas regiões que compõem o Brasil não nos dividiram; pelo contrário, uniram-nos no todo nacional, que é, de fato, a maior lição

que podemos oferecer à própria América Latina nos dias atuais, que são de incerteza e de conturbação. Dias em que não sabemos o que pode trazer o dia de amanhã, pois a onda de terrorismo, que se implantou, é a maior afronta que se pode fazer à dignidade humana e aos direitos humanos, nos quais aliás, muitos falam, mas esquecendo ou silenciando essa ofensa à vida, à liberdade e ao direito.

De onde vem, meus caros alunos do CPOR, aos quais tenho a honra de me dirigir neste momento, que impõe tanta reflexão e tanto patriotismo, de onde vem essa unidade nacional, essa integração brasileira de que, com razão, tanto nos ufanamos? Vem — não me canso de repetir — da expulsão do holandês de Pernambuco, em 1654. Ali escrevemos, sob a forma de nativismo, o capítulo inicial do nosso patriotismo antes da Pátria, e do nosso nacionalismo, antes da própria Nação. Era o consciente nacional que nascia quando preferíamos a unidade do Brasil a ceder Pernambuco à Holanda. Se tivéssemos feito isso, não seríamos, hoje, a grande Pátria que somos: íntegra, indivisa e una, falando a mesma língua, tendo a mesma religião, possuindo os mesmos anseios. É a isso que se chama integração nacional. E essa lição — deixai que vo-la recorde — é nitidamente pernambucana. E mais do que pernambucana: nacional. Tão verdadeiro é isso que o Parque dos Guararapes — onde se feriram as duas batalhas memoráveis da sorte de Pernambuco e do Brasil — será Parque Nacional de Civismo, por iniciativa do Exército Brasileiro. Creio que posso adiantar-vos isso hoje, por que para essa conquista do nosso civismo e para a definitiva fixação dessa imensa lição de nativismo e de brasilidade, muito contribuíram, de modo especial, os Presidentes Humberto de Alencar Castello Branco, Arthur da Costa e Silva e Garrastazu Médici.

Conseguirá, assim, Pernambuco que o país inteiro reconheça essa prioridade histórica do maior valor, porque a unidade de um país continental, como esse nosso, é realmente um milagre. Trata-se dum problema eminentemente histórico, dum significação cívica que só pode ser dimensionada nos dias atuais com uma compreensão maior dos fatos, porque estamos vendo quanto a lição dos Guararapes contribuiu para que a Pátria fôsse uma expressão única de vida e de organização, na hora em que mais se disputava a sua retaliação, em benefício do invasor.

Digo-vos isso porque isso é civismo. Não se promove o desenvolvimento — ainda que essa expressão tenha como sentido mais valioso e urgente o tecnológico propriamente dito — sem valorizar a nossa tradição, que não é, como muitos pensam, uma coisa morta, já vivida e já passada, mas uma forte renovação das nossas energias vitais, construtivas e dinâmicas.

Assim unida pelo milagre dos Guararapes — velhos morros pernambucanos que vão sair da sua solidão e do seu quase abandono para o culto do nosso amor e a compreensão da nossa inteligência, vieram com a Independência nacional, em 1822, as lutas internas, as guerras cívicas. Tais dissensões se originavam geralmente dos propósitos políticos, que

tantas vêzes dividem os homens. Foi o momento difícil e escuro da nossa História. Tivemos, sem dúvida nenhuma, estadistas à altura dessa hora decisiva e heróica, na qual tínhamos de manter a unidade nacional, que era — vale repetir — a grande lição dos pernambucanos e dos nordestinos nos Guararapes, para cuja solidão histórica — tão cheia dos ecos do heroísmo de três raças — me permito chamar a vossa atenção de alunos do CPOR. Não há nada que nos fale mais à alma do que um cenário histórico. Ali, de repente, se reanimam as cenas, ressurgem os guerreiros, e desfralda-se o estandarte da *divina liberdade*, como era chamada — vêde bem — a liberdade pela qual lutavam os pernambucanos. No momento atual, em que se tem da liberdade sem responsabilidade uma noção tão errada e tão perigosa, a ponto de se dispor do destino humano para fins ideológicos os mais perversos, é bom lembrar que os pernambucanos combateram nos Guararapes, em nome da *divina liberdade*, isto é, duma liberdade que eles só compreendiam que fôsse um combate em nome de Deus, de fé que recebemos desde os primeiros dias e que é absolutamente inseparável da nossa destinação histórica.

Mas vieram, como dizia, as lutas civis, as ameaças que representavam as reações provinciais quando o Império afinal encarnava os ideais de liberdade e de soberania, pelos quais morreram os pernambucanos e os nordestinos em 1817, que, por quase 2 meses, realizaram no Recife uma experiência republicana e redigiram um Projeto de Constituição, que, no seu tempo, era bem a sùmula das aspirações liberais da própria América, tão inspirada pela revolução francesa de 1789.

Quem sustentaria essa unidade ameaçada? Quem teria bastante visão para não admitir, em nome da tradição histórica, que todo êsse milagre fôsse comprometido e desbaratado pelo personalismo político, pelos interesses partidários, pelos choques internos? Quem seria, nessa fase aguda da Nacionalidade já criada e já florescente, a espada da guerra e da paz, que, antes de tudo, conseguisse opor aos grupos e às facções o sentido da unidade e da coesão?

O grande papel de Caxias está nisso: foi o verdadeiro organizador da Independência brasileira, conquistada em 1822, depois de tanto sangue derramado, depois da Conjuração Mineira e da Revolução pernambucana de 1817, para falar apenas nas duas maiores revoluções liberais do período colonial, notadamente a última; e sem esquecer também que, em 1710, em Olinda, os pernambucanos sonharam, com Bernardo Vieira de Mello, fazer uma república à semelhança de Veneza.

Digo que Caxias foi o organizador da Independência — e permito-me chamar-vos a atenção para isso — pelo seguinte: porque a Independência, em si mesma, era um fato notável na nossa História; era o coroamento das nossas lutas; mas era também a abertura de outras lutas, de outras vicissitudes, de outros problemas, que atingiam diretamente a ordem geral, a segurança e a unidade da própria Nação.

O sonho estava realizado; mas havia nesse sonho alguns pesadelos. A própria Regência, que se segue à abdicação de D. Pedro I, não sendo a

princípio una, já não era, apesar dos esforços, uma expressão concreta de unidade pessoal. Mesmo depois, com a Regência Una, tendo à frente o Padre Diogo Antônio Feijó e o pernambucano Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, cujo centenário de morte transcorreu recentemente, os problemas políticos eram graves. Conseguiu-se abafar os motins que se registravam contra a própria Independência; mas os outros, os que tinham por cenário as Províncias agitadas, esses reclamavam mais do que os primeiros a paz interna, a conciliação, a noção viva e criadora da brasilidade como expressão da soberania política. E foi aí que Caxias, soldado e estadista, se agigantou. Ele organizava e consolidava não apenas o Império, mas a própria Independência, cada vez que vencida essas rebeliões internas; e engrandeceu o Brasil, bem como Osório e Tamandaré, quando, na guerra com o Paraguai, que este ano completou um século, fez valer o nosso prestígio internacional de Nação livre e forte, capaz de manter a sua paz no Continente sem arrogâncias nem violências. Nisso tudo Caxias foi um homem conciliador, tocado até de certa humildade, mandando rezar ao fim de certas batalhas, missas por alma de todos os que tombaram vítimas do dever cumprido, tanto nas hostes brasileiras como nas inimigas.

Desse homem, ao mesmo tempo chefe militar e estadista, escreveu o eminente general, meu dileto amigo General Rodrigo Octávio, na sua Ordem do Dia de 25 de agosto de 1969: — "Pode assim o incomparável Barão, Conde, Marquês, Duque em sua venturosa carreira militar de cadete a marechal e através de campanhas continuadas consolidar a Unidade Nacional, opondo-se bravamente quer ao irredutismo regional desagregador, quer ao antagonismo alienígena, construindo e preservando um império sem imperialismo e legando à Pátria uma base física de dimensões continentais, politicamente integrada, socialmente unida, ideologicamente democratizada, onde se abriga um grupo populacional cristão, livre e soberano". E continuando: — "Tinha Caxias, antes de tudo, a devoção dos princípios de honra, dignidade e autoridade, incapaz de imolá-los quaisquer que fossem os fatores contingenciais de oportunidade. A elevação de seus sentimentos patrióticos desprezando a solécia e não tolerando a mesquize, nunca excluiu, no cumprimento do dever, a generosidade, a compreensão da fraqueza humana, a fraternidade que sempre procurou restabelecer entre irmãos ocasionalmente desavindos".

Eis aí o homem que desejei trazer à vossa consideração: o homem do dever. Do dever intransigente, mas generoso. Dizer de alguém, que é "Caxias", é acentuar o seu amor ao dever, à missão que lhe cabe. Gilberto Freyre analisou e criou, ele próprio, a expressão "caxiismo" para caracterizar um sistema de vida que tem por base o dever, a palavra empenhada, a tarefa de que nos achamos encarregados. Parece-me que esse neologismo — o "caxiismo" — é de certo modo a consagração dum chefe militar e dum estadista que jamais recuou do seu dever, principalmente se era a Pátria que estava em perigo. Já em idade avançada, cansado naturalmente de tantas campanhas, de tantas pacificações, de tão árduas refregas, quando o Brasil reclamava os seus serviços e o Imperador

pedia que êle presidisse a mais um Gabinete, dêle não se ouviu nunca a palavra que nega ou a evasiva que escapa ao perigo. E da sua experiência, quer militar, quer civil, quer de paz, quer de guerra, pôde o Brasil beneficiar-se largamente, tornando-se, graças em parte ao Duque de Caxias, uma Nação respeitada no estrangeiro.

Éramos um nôvo Império, ainda sem tradição. Os nossos homens públicos tinham que fazer o maior esforço para dar consistência às instituições. Além disso pesava sobre a nossa vida o estigma da escravidão, que nos envergonhava. O Imperador Pedro II era um homem erudito, liberal, viajado. Pertencia a Associações internacionais de Ciências. Era dado a estudos orientais. Mantinha correspondência com muitos sábios, escriptores, poetas e filósofos da época. O Império era muito êle, sem dúvida, que, com o seu poder majestático, mantinha o brilho e a projeção da Côrte brasileira, que não fazia má figura entre as Côrtes européias. Mas isso não podia decorrer apenas das coisas pessoais e exteriores. A Nação, para ser conhecida e respeitada, tinha de ser unida e forte. Internamente, devia ser um exemplo de harmonia e de coesão. Externamente, tinha de ser um padrão de organização nas lutas em que se empenhou e na segurança de sua vida econômica e financeira. Isso custou o esforço de muitos estadistas, que, graças a Deus, não faltaram ao Império brasileiro, uns do Partido Conservador, outros do Partido Liberal. Sempre desavindos, mas unidos na compreensão essencial dum Brasil maior, íntegro, uno, indivisível.

E se podíamos apresentar êsse exemplo a nós mesmos e ao estrangeiro, se havíamos vencido as tormentas internas e organizado, como ficou dito, a própria Independência, libertando-a dos erros e das veemências das paixões, se tantas Províncias estavam pacificadas, se a vida interna estava subordinada aos princípios da autoridade e da ordem, se a guerra com o Paraguai foi um triunfo brasileiro só equiparável aos maiores da História Militar do mundo — tudo isso não é obra do acaso, nem das simples contingências políticas. Tudo isso é o gênio da Nacionalidade. É a fidelidade aos Guararapes.

Caxias foi fiel a êsse espírito, que é o verdadeiro espírito de integração nacional, a verdadeira unidade do país continental, cuja diversidade regional nunca nos transformou, politicamente, numa coberta de tacos. Eis a sua imensa lição. A lição do dever.

A lição do "caxiismo", lembrada também pelo eminente General Rodrigo Octávio, que, ainda há pouco, na sua despedida do comando que exerceu na Amazônia, com uma rara visão dos problemas brasileiros daquela área, produziu, sem favor, uma página da Sociologia, digna de meditação de todos vós e de todos nós, de tôdas as idades.

Por que Luiz Alves de Lima e Silva se tornou Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias? por que essa preferência pelo nome de Caxias, do qual, evidentemente, se impregnou a sua vida de chefe militar e de estadista? A explicação, que não deixa de ser sugestiva e importante, nos é

dada pelo Padre Joaquim Pinto de Campos no seu livro "Vida do grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva", publicado em Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, pág. 63, quando escreve:

"Querendo o governo imperial conceder-lhe o título de barão, e deixando-lhe a escolha, aceitou o baronato de Caxias. Que motivo o induziu a essa preferência? Caxias simbolizava a revolução subjugada. Essa princesa do Itapicuru havia sido mais que outra alguma afligida dos horrores de uma guerra de bandidos, tomada e retomada pelas forças imperiais, e dos rebeldes várias vezes, foi quase ali que a insurreição começou, ali que se encarniçou tremenda; ali que o coronel Luiz Alves de Lima e Silva entrou, expedindo a última intimação aos sediciosos para que depusessem as armas; ali que libertou a província da horda de assassinos. O título Caxias significava portanto: — disciplina, administração, vitória, justiça, igualdade e glória".

Era barão de Caxias por decreto de 18 de julho de 1841. E daí por diante não deixaria mais de ser Caxias, de ser o nome que o vincularia à história nacional. Podemos não estar lembrados do seu nome todo; mas todos sabemos quem é Caxias, o que representa na vida militar e civil do Brasil.

Mas, há uma lição que ele deixou e que deve ser lembrada sempre: — o homem que tantas vitórias alcançou; que só conheceu a glória nos campos de batalha; que foi aplaudido em Assunção, quando da guerra do Paraguai pelas próprias forças paraguaias, tal a bravura que demonstrou; que tantas vicissitudes venceu; que tantos cargos ocupou, sendo várias vezes Presidente de Província, Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros; que pôs fim à chamada Questão Religiosa, anistiando os bispos que estavam presos, Dom Vital, bispo de Olinda, e Dom Macedo Costa, bispo do Pará; que tão grande foi na sua maneira de ser um dos grandes do império como simples ao oferecer uma xícara de café a um soldado, que tiritava de frio — esse homem soube ser humilde na morte. Recomendou no seu testamento — que é uma peça de grandeza moral — um entêrro sem pompas, sendo o seu ataúde, sem coroas, carregado por soldados rasos que mais se houvessem distinguido pela disciplina. Para ele não havia mais do que o dever. Era Caxias, numa palavra. A morte humilde tornou ainda mais gloriosa a vida heróica e sacrificada, que é uma lição de civismo. A única lição que pretendi trazer até vós, como um companheiro vosso, mais velho, mas sempre desejoso de aprender.

São múltiplos os aspectos da vida de Caxias. Mas, hoje, eu queria dizer-vos que aquêle a quem estou chamando o organizador da Independência Nacional, o Pacificador, o homem do dever, o soldado da lei e da grei, o cristão sempre humano na hora desalentada do adversário vencido nos campos de batalha, o administrador, o político, o restaurador da confiança nacional na própria ordem institucional do país — esse homem múltiplo, unindo o sentimento militar ao sentimento civil, nos deixa nas nossas mãos o maior dos legados, que é a integração nacional, pela qual

somos tão responsáveis hoje como ele foi ontem. Tão desafiados hoje como há um século. A nossa geração está convocada para os mesmos deveres.

Caxias já não é mais um substantivo: — é um adjetivo. Ele e a qualidade mestra da Nação brasileira: o dever. Quando um homem passa de substantivo a adjetivo, adquire perante o seu povo um atributo maior: — ele é o qualificativo nacional que norteia as nossas ações neste difícil momento.

Não devemos vê-lo apenas em certos dias, em certas épocas destinadas a celebrar o seu nome. Sua dimensão transcende por assim dizer a moldura estabelecida, embora justa. Ele é um exemplo permanente: o adjetivo pelo qual nos devemos distinguir na luta atual pela manutenção de sua gloriosa lição, que é de amor ao dever e de renúncia pessoal para melhor servir ao Brasil de ontem e de hoje.

"O comunismo não é a fraternidade: é a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua exterminação mútua. Não arvoira a bandeira do Evangelho: bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Evertiria, subverteria, inverteria a obra do Criador".

(RUY BARBOSA)

SOLICITAÇÃO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundir-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S-3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCES, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

EXCERTOS DA HISTÓRIA DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA, SUSTENTACULO DA REPÚBLICA

Gen Bds Int
EPAMINONDAS FERRAZ DA CUNHA

Descrevemos anteriormente um trecho da vida do 7.º Batalhão de Infantaria, entre o "15 de Novembro de 1889" a 15 de Novembro de 1890.

Agora, convidamos o leitor a acompanhar o nosso batalhão, de 15 de novembro de 1890 a 11 de abril de 1892.

Glória e declínio de Deodoro. Surge o "Florianismo" e o "Marschal de Ferro" dá seus primeiros passos na consolidação da República.

E pisa firme...

1. A 16 de novembro de 1890, o Comandante do 7º Batalhão de Infantaria, Coronel Manoel da Silva Rosa Júnior diz que, tendo sido empossado no cargo de Senador, no Congresso Nacional, entrega o comando do Batalhão ao cidadão Tenente-Coronel, adido, Carlos Olímpio Ferraz.

Está aí uma possível razão para que Ferraz, o antigo Fiscal, tenha permanecido adido ao batalhão: a de vir substituir Rosa Júnior cuja eleição, então, se prognosticava.

2. Carlos Olímpio Ferraz é um sexagenário, veterano da guerra do Paraguai, em que esteve por dois anos, como se infere de sua medalha. Infelizmente não dispusemos de sua fé de ofício para oferecer maiores informações sobre a sua vida militar.

Formou-se nos cursos de Infantaria e Cavalaria da Escola Militar onde cursou já no posto de Tenente, temperado pelos combates daquela campanha na qual conquistou o posto de Alferes, por distinção. Somente com a República seus serviços são reconhecidos e logo galga o posto de Major, por serviços relevantes, e o de Tenente-Coronel.

Imaginamos este oficial como um chefe militar de caráter misto de energia e bonacheirice, um chefe que, pelo exemplo, sabe conduzir seus homens ao fogo do combate, e na paz, trata-os como filhos, sem um excessivo paternalismo, mas protelando, sempre que possível, a execução das ameaças que faz. Pelo que se lê nas suas ordens do dia, parece que estamos compondo a figura certa do atual Comandante do 7º BI.

Ainda se ouvem os ecos da grande parada comemorativa do 1º aniversário da República. Floriano, o Ministro da Guerra, não poupa elogios às tropas que abrilhantaram. E entre estas, acha-se o correto e luzido 7º de Infantaria.

Passados êsses momentos de festas, bem como os que se seguem, com a vinda do Ano Nôvo, desce sôbre o Brasil o crepe de uma triste notícia:

"Chega-nos a pungente noticia da morte do General-de-Brigada Dr. Benjamim Constant Botelho de Magalhães.

Perde o Exército um de seus illustres Generais, e a Pátria, o eminente cooperador da liberdade atual.

Dotado de esclarecida intelligência, honradez e civismo, trilhando sempre o caminho da virtude personificada, desde logo que encetou a carreira militar patenteou a sua abnegação, tornando-se assim merecedor da estima daqueles que tiveram a felicidade de o conhecer, já como educador da mocidade acadêmica, já como um dos membros do Governo Provisório.

Nas lutas da propaganda do movimento republicano que de há muito se desenvolvia no Brasil, encontramos o Dr. Benjamim Constant, não o homem de ocasião, mas sim o verdadeiro batalhador da grande causa da revolução, a qual podemos afirmar, devido às suas intervenções e acertadas medidas, teve, como o sabemos, o bom êxito no 15 de Novembro de 1889, em que se proclamou a florescente República dos Estados Unidos do Brasil, e por isso, com orgulho, o nosso auriverde pendão era desfraldado aos ventos da liberdade, com grande regozijo para nós e a Pátria; devemos a todo custo, empregando os nossos quadrados, fazer com que sempre tremule, içado em lembrança do denodado cidadão, cujo nome imortalizado, lega à Nação Brasileira e à História..... É pois com o coração dilacerado que faço chegar ao conhecimento do Batalhão, tão contristador acontecimento."

Assim se despede Carlos Olimpio Ferraz do grande brasileiro que permanecerá em nossa História como o maior batalhador pela fundação da República.

3. O cotidiano exige maiores cuidados do Comandante, nesses dias em que as paixões políticas se aguçam, envolvendo, sem dúvida alguma, uma grande parte da officialidade das Forças Armadas.

A queda de Deodoro — que virá em um ano — e a ascensão de Floriano ao exercicio da Presidência da República — sob o repúdio de uns e a ovação de outros —, são dois fatos marcantes do início da nossa era republicana. Êstes fatos trarão, para o centro da arena

política, uma legião de militares. Alguns dêles ali transitarão por muitos e muitos anos... mas outros cedo terão desilusões, e voiverão às fileiras do Exército onde melhor poderão defender seus ideais republicanos. E por êsses ideais, vários darão a vida.

Carlos Olímpio vai dosando as medidas disciplinares a fim de manter o Batalhão em boa forma e na mão.

A princípio, prefere rebaixar os graduados a prender. Mas, se a praça injúria um graduado, êle não hesita: são 20 dias de solitária, "a jejum".

Um grave incidente ocorre no morro de Santo Antônio, e, pelos termos do registro, deve ter ocorrido no interior do quartel, ou bem próximo dêste.

Em pleno Natal, às 20 horas do dia 25 de dezembro de 1890, um soldado é assassinado. Graças à atividade do comandante da guarda — um 1º cadete — foi possível descobrir os autores do crime — um anspeçada e um soldado. Pelo seu zêlo, o cadete é dispensado do serviço por 4 dias.

4. A justiça de Carlos Olímpio vela, também, pela moral familiar de suas praças. Por isso, um cabo audacioso é rebaixado indefinidamente, porque "abusara da confiança que lhe dispensava um seu companheiro, a ponto de seduzir sua mulher para a prática de atos reprovados." E para escarmento do culpado, prende-o preventivamente.

Mas Carlos Olímpio deve ter sentido certa mágoa, quando em 27 de fevereiro de 1891, com pouco mais de três meses de comando, vê apresentar-se o ex-Senador por Sergipe — o Coronel Manoel da Silva Rosa Júnior — titular no comando da Unidade. Dissemos que teria havido uma possível mágoa, porque, ao se despedir do Batalhão, Carlos Olímpio não se refere à volta do antigo Comandante:

"Tendo a 15 de novembro findo, assumido o comando do 7º BI *em virtude de ordem superior e em circunstâncias assaz melindrosas* (grifamos), em vista do determinado pela ordem do dia da guarnição nº 77, de hoje, deixo o comando do mesmo por haver sido dispensado de tal exercício.

Saudoso me despeço da blosa officialidade como das praças de pré em geral... (seguem-se elogios)."

O titular — Rosa Júnior — por sua vez declara:

"Tendo hoje me apresentado ao Quartel-General, por haver-se encerrado os trabalhos do Congresso Constituinte, no qual me achava com assento como Senador, assumo o comando do Batalhão em cumprimento ao determinado em ordem do dia da guarnição nº 77, desta data, que também

dispensa de tal exercicio o cidadão Tenente-Coronel Carlos Olímpio Ferraz. Ao reassumir o respectivo comando, confio que serei coadjuvado pelos briosos officiaes a fim de que continue o Batalhão a merecer a confiança e estima dos nossos chefes."

5. Rosa Júnior não fica no comando por mais de três dias. E explica a sua saída, em 2 de março:

"Tendo communicado ao cidadão Ajudante-General, desistir do exercicio do comando que havia assumido de ordem superior por occasião de apresentar-me por se ter encerrado os trabalhos do Congresso, onde achava-me com assento como Senador pelo Estado de Sergipe, passo nesta data o respectivo comando ao cidadão Major-Fiscal Rafael Tobias conforme as disposições que facultam-me tal attribuição."

Rafael Tobias assume o comando; no dia seguinte, a 3 de março, passa-o... a Carlos Olímpio Ferraz, o bom amigo do 7º.

Carlos Olímpio fôra transferido do 15º para o 7º e Rosa Júnior do 7º para o 22º, também no Rio.

6. Carlos Olímpio exulta com a sua designação para o comando do 7º:

"Assumindo nesta data o comando d'este Batalhão, congratulo-me em dar disso conhecimento, de achar-me de novo à sua frente, dirigindo os seus destinos, esperando da briosa officialidade, como dantes, a mais eficaz coadjuvação, e das praças de pré em geral, o verdadeiro devotamento à disciplina, boa ordem e respeito aos seus superiores a fim de que o 7º BI, cujas tradições não são jamais esquecidas, continue a merecer a confiança e estima das autoridades constituídas.

Sinceramente agradeço às praças de pré pela estima, consideração e amor que me dispensam, mostrando, *com a espontaneidade da simples manifestação que fizeram ao saber do meu regresso ao Batalhão* (grifamos) que são verdadeiros amigos e os melhores soldados; por isso, espero que, trilhando como sempre, o caminho da virtude e da honestidade, deveres dos perfectos soldados, procedam de modo a tornarem-se dignos da confiança dos nossos chefes, dando, assim, ao 7º BI, o renome de que, pelos seus feitos gloriosos, é merecedor."

É o próprio Carlos Olímpio quem confirma o nosso conceito inicial sobre as facetas que preponderam na sua personalidade de Co-

mandante: energia e bondade. E são os seus soldados, os primeiros a reconhecerem tais qualidades, tanto assim que vibram com o seu regresso.

E como não estar alegre em voltar a comandar o 7º, um corpo de tropa que recebe os maiores elogios das autoridades?

Pouco antes de haver deixado o comando, Carlos Olímpio desfilara com esses soldados, tão seus amigos, na grande parada com que fôra solenizado o ato de posse do Marechal Deodoro da Fonseca, no cargo de Presidente da República, prestando-lhe as homenagens devidas, por ocasião de sua ida ao Congresso Nacional, a fim de receber o alto cargo que lhe fôra confiado pela Nação.

7. A Constituição é promulgada em 24 de fevereiro e, a 26, Deodoro e Floriano assumem, respectivamente a Presidência e a Vice-Presidência da República.

Neste último ato, vê-se entre a tropa formada em continência a Deodoro, um luzido contingente de forças da Marinha, que merece do Ajudante-General o seguinte agradecimento:

"...Me é grato igualmente agradecer à briosa Brigada da Armada Nacional sob o comando do Sr. Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz Felipe de Saldanha da Gama que galhardamente se apresentou..."

Dois anos depois, de armas na mão, Saldanha da Gama lutará contra aquêlo enigmático Vice-Presidente que ora está sendo empossado no cargo. Ambos estarão, então, interpretando aquela Constituição em que mal secara a tinta, por prismas que se antagonizam.

8. A rivalidade, sempre latente, entre as forças das diversas corporações, acentua-se. Entre as praças do Exército e as da Brigada Policial, há — sem sombra de dúvida — um permanente desafio.

Hoje, com os sistemas de recrutamento adotados pelas Forças Armadas e Auxiliares, as campanhas de esclarecimento, a especialização de muitas das praças e a criação das Unidades de Polícia nas Forças Armadas, não há mais aquêlo perigoso estado de tensão que havia no passado entre praças de forças diferentes. Por outro lado, nas grandes cidades do país, onde maior é a densidade de contingentes militares, o próprio gigantismo da área urbana espalha os elementos que saem dos quartéis, servindo de agente dissuasório à formação de grupos.

Em outras épocas, porém, a situação era diferente. No Rio, sede do 7º — os conflitos perduraram até a 2ª Grande Guerra, entre os militares que se agrupavam pelas ruas da cidade. A ciúmada entre as praças originava lutas que sempre preocupavam as autoridades responsáveis.

Os conselhos, as advertências, as ameaças, e por fim, as punições, eram medidas inócuas: quando menos se esperava, o conflito estourava em torno dos quiosques, no bairro da Saúde, na zona do meretrício ou nas batalhas de confete. Os pretextos? Os mais fúteis; porém, às vezes, uma vida era o preço dessa futilidade.

Carlos Olímpio recorre ao seu prestígio junto à tropa que tão feliz ficara com o seu regresso ao comando do 7º. Após tecer comentários cheios de indignação, pelo conflito havido com elementos da Brigada Policial, na rua do Passeio, diz êle:

"... Espero, pois, que as praças não mais incorram no meu desagrado e me forcem a puni-las severamente por questões com as de Polícia e ainda mais uma vez declaro que serei rigoroso para com tôdas aquelas que cometam idênticas faltas que de alguma maneira desvirtuam os créditos do Batalhão."

Isto, o Comandante do 7º diz em 5 de março de 1891. Mas, em 7 de abril, êle volta a aconselhar e a ameaçar face a um entrevero havido entre praças de uma patrulha da Unidade e praças da Polícia:

"Ainda mais uma vez recomendo a tôdas as praças de pré, em geral, que se conduzam pelo caminho do dever

... Se dora em diante, algumas praças forem insultadas pelas da Polícia procurem sempre evitar questões, comunicando-me imediatamente o ocorrido ou a qualquer autoridade dêste quartel por que tomarei as devidas providências e se assim não procederem serão corrigidas severamente. Em vista, pois, do que fica acima exposto, espero que as praças do Batalhão jamais se esquecerão de que devem ser as primeiras a manter a ordem para não serem apontadas como turbulentas e não incorram no desagrado dos seus superiores."

As advertências de Carlos Olímpio são reforçadas pelas do comandante da Guarnição, em 18 de agosto:

"Tendo-se reproduzido nas ruas desta capital, conflitos que a imprensa diáriamente registra (1) e que as mais das vezes são injustas e irrogadas as praças do Exército (grifamos), talvez a isto induzidas por desconhecerem a sua nobre missão, convém que o soldado se compenetre de que fazendo parte da força pública tem o dever de congraçar-se com as demais praças da Armada, Guarda Nacional e da Brigada Policial, para na mais perfeita confraternização corresponderem à nobre missão que a Pátria lhes confia, como seus mantenedores da ordem, segurança e integridade nacional. . ."

Ao final de uma longa recomendação, o comandante da Guarda ordena ao General Comandante Geral da Artilharia e aos Comandantes dos corpos de Infantaria e Cavalaria, que não permitam às praças de suas Unidades saírem após o toque de "recolher", qualquer que seja o pretexto, devendo aquelas que forem a serviço, portar declarações assinadas pelo oficial que as mandou à rua.

9. As autoridades militares estão atentas à manutenção da disciplina no Exército. Embora não aceitando, muitas vezes, que os seus comandados sejam os culpados pela eclosão de conflitos, elas se desdobram em providências para impedir tais choques.

Há também que prevenir, para impedir ou reduzir a reação dos monarquistas que se infiltram nos grupos políticos adversos ao Governo de Deodoro.

Por tudo isso, desenvolve-se a instrução da tropa, ocupando o seu tempo e adequando-a para atender, com eficiência, à defesa das instituições e à manutenção da paz e da ordem.

Em março de 1891, o Comandante da 2ª Brigada visita o quartel do 7º. Aguarda-o o Batalhão formado em ordem de marcha. Dez dias depois, toda a Brigada exercita-se no Campo de Marte sendo apreciado pelo Comandante da Brigada que assim constata o alto grau de adestramento do 7º e do 23º BI.

Carlos Olímpio resolve, em abril, experimentar o espírito de alerta da Unidade. Os resultados são os melhores para os padrões da época: ao toque de reunir, o Batalhão entra em forma — pronto para a ação em apenas 20 minutos, sendo que, a 1ª Companhia comparece em apenas 14 minutos. O Comandante da Unidade exalta o mérito da tropa, mas espera que "alguns inferiores, cadetes e mais praças que faltaram, evitem o mais possível de cometerem semelhantes faltas, a fim de que este comando não se veja forçado a puni-los."

Granjeando fama de Unidade de escol, o 7º não pode desmerecer deste conceito em nenhuma circunstância. Por isso, foi com desusado ardor que seus elementos se empenharam para vencer a prova que, de surpresa, lhes foi determinada cumprir:

— em certa manhã de maio, cerca de 11 horas e meia, o Ajudante-General do Exército determina ao Comandante da 2ª Brigada que — pelo telefone — dê ordens para que os 7.º e 23.º BI se apresentem com a máxima presteza em frente ao edifício da Secretaria da Guerra, em completa ordem de marcha.

Faça-se uma idéia do azáfama que não deve ter havido no morro de Santo Antônio. Hoje, com as ruas centrais e a Avenida Presidente Vargas constituindo largas artérias, ainda o caminho para ir da Carioca ao Edifício do Ministério do Exército nos parece bem longo. Imagine-se tal distância para percorrer sob o peso de uma mochila, patronas com munição e fuzil. Calcule-se o marche-marche,

em uma época em que as ruas são estreitas e onde os carroções e os bondes puxados a burros atravancam a passagem; um marche-marche feito sobre um calçamento infernal na maior parte, talvez, em pedras pé-de-moleque!

Mas, em menos de 25 minutos, ambos os Batalhões apresentam-se no local determinado. O Comandante da 2ª Brigada ressalta o fato:

"... pelo que ficou provada a prontidão desses corpos a chegarem à forma e marcharem a qualquer momento que o desempenhado serviço a isto exigir, atendendo-se especialmente a distância do quartel do 7º BI. Por este extraordinário acontecimento conheci mais uma vez a disciplina dos mencionados corpos, o zelo e inexcedível dedicação pelo serviço militar dos Srs. Tenente-Coronel Carlos Olímpio Ferraz, do 7º BI e Capitão Antônio Caetano da Silva Júnior, do 23º BI."

Dai por diante, trata-se de manter a eficiência da Unidade, com exercícios constantes. Por isso, em junho, após uma revista em ordem de marcha, o Batalhão sai à rua, sendo apreciado pela correção e garbo de seus soldados. Dias depois, novos exercícios com a 2ª Brigada no Campo de Marte, e novos encômios do Comandante da Grande Unidade.

Ao falarmos do elogiável apresto em que se encontra o Batalhão não fazemos comparações com as belas cenas que nos proporcionam os Batalhões da atualidade, ao desfilarem com garbo marcial, integrados por jovens conscritos de uniformes moldados nos corpos de porte escoreito, desempenados pela moderna educação física.

Na verdade, as Unidades daquela época, onde se mesclavam adolescentes imberbes com calejados veteranos que se conformavam com reengajamentos sem maiores horizontes, não tinham condições para despertar, no público, a vibração própria dos espetáculos marcados pelo rito marcial.

Mas, que não se enganassem, os que acreditavam nessas aparências. Na luta verdadeira, no instante do combate, aqueles mesmos homens transmutavam-se em heróis. Assim os via, Euclides da Cunha:

"Intoleráveis na paz que os molifica, e infirma, e relaxa; inclassificáveis nas paradas das ruas, em que passam sem garbo, sem aprumo, corcundas sob a espingarda desastradamente manejada, a guerra é o seu melhor campo de instrução e o inimigo o instrutor predileto, transmudando-os em poucos dias, disciplinando-os, enrijando-os, dando-lhes em pouco tempo, nos exercícios extenuadores da marcha e do combate, o que nunca tiveram nas capitais festivas, — a altivez do porte, a segurança do passo, a precisão do tiro, a celeridade das cargas."

Com tanto treinamento o Batalhão bem faz por merecer os elogios que lhe dedica o Ajudante-General por ter, em 31 de julho, tomado parte na grande parada havida por ordem do Ministro da Guerra, em comemoração ao aniversário de Deodoro. Festeja-se a data natalícia do Proclamador da República Brasileira... pela última vez em sua vida. O seu próximo aniversário, Deodoro, fora do poder, vê passar sem as galas de uma comemoração pública. Recolhido ao lar, estará a poucos dias da morte.

10. Carlos Olímpio aplica — com seu feitiço paternal — as sanções do Código disciplinar nos seus subordinados faltosos.

Poucos, muito poucos, são os registros de punições com a pena de prisão, no período de comando de Carlos Olímpio.

Ao prender, por 15 dias, dois sargentos que se engalfinharam em luta corporal, êle diz:

"...limitando-me a êste castigo em atenção aos precedentes de ambos e mesmo porque talvez cometessem semelhante falta impensadamente; esperando que dora em diante procurem outra forma de proceder, porquanto, como futuros oficiais, não devem incorrer no desgredo de seus chefes..."

Em certos casos, aplica a pena de rebaixamento, mas não prende. Sômente em circunstâncias mais graves manda o culpado para o xadrez. E, mesmo assim, busca um jeito de relevar, depois, a prisão. Sente-se, sempre, a tônica da bondade do Comandante.

No que tange ao material, o Comandante faz severas advertências quanto à falta de zelo para com o armamento, o que vem permitindo o desaparecimento de peças, incidindo os responsáveis por tais extravios, nas penas do art. 19, "dos de guerra".

11. Recordemos que o tal art. 19, "dos de guerra", nada mais é do que um dispositivo do Regulamento de Infantaria e Artilharia do Conde de Lippe, publicado em 1763, e reza:

"Art. 19 — Todo soldado que não tiver cuidado nas suas armas, no seu uniforme, e em tudo que lhe pertence, que o lançar fora, que o romper, ou arruinar de propósito, e sem necessidade, e que o vender, empenhar ou jogar, será pela primeira e segunda vez prêso, porém, à terceira punido de morte."

Temos a certeza de que o bondoso Carlos Olímpio — mesmo em uma terceira reincidência, não recomendará a pena de morte para um de seus subordinados. E, afinal, o Código do Conde de Lippe já tem seus bem pesados cento e vinte e tantos anos de vida. Está anacrônico... mas está em vigor!

Não menos exigente, o Ajudante-General recomenda cuidados quanto ao contróle da munição, principalmente nesses tempos em que os "sebastianistas" e os descontentes em geral demonstram singular inquietude. Daí, as ordens que chegam e são cumpridas no Batalhão, para obviar as constantes faltas de cartuchames nas guardas da guarnição.

E não há mais comandantes de guardas, internas ou externas, que não confira o material bélico. Que não sejam aplicados aquêles artigos... "os de guerra".

12. Pelo que lemos em duas ordens do dia do Batalhão, parece-nos que, no pós-guerra contra Lopez, a participação dos oficiais na politica e o excessivo clima de academicismo em que se formaram as gerações de oficiais que antecederam a República, foram fatores que concorreram para que alguns dêsses militares se apaisanassem.

Não considerem excessiva a expressão! Outra não pode ser, se visualizarmos uma cena assim:

— um militar — um oficial, por exemplo — caminha pela calçada e cruza com uma praça que o cumprimenta militarmente; o oficial corresponde ao cumprimento levando à pala a mão direita, enquanto, com a esquerda, ergue um guarda-sol aberto. E não se diga que o guarda-sol é de tipo regulamentar; não existe êste item entre as peças de uniforme.

O espetáculo não deve ser raro, pois o Ajudante-General não iria abalar-se em prover a sua ordem do dia com a recomendação que se lê abaixo, se os casos dessa natureza não fôssefem frequentes:

"Tendo notado que alguns Srs. Officiais desta guarnição infringem as determinações reiteradas dêste Quartel-General sôbre uniformes e cometem o abuso de andarem com os dôlmãs desabotoados e com os alamares caídos e com guarda-sol em punho, a ponto de tão pernicioso exemplo se estender aos cadetes e inferiores, recomendo aos Srs. Comandantes de Brigada que façam cessar tão estranhável abuso envidando todos os esforços para que por êsse meio não arrefeça a disciplina militar."

Mas o mau exemplo apesar da advertência, continua, e tempos depois, o Ajudante-General insiste:

"Tendo notado que alguns Srs. Officiais e praças de pré andam com os dôlmãs desabotoados, mostrando os colêtes e gravatas de cores, fazendo uso de guarda-sol e bengala, o que é contrario ás reiteradas ordens superiores e con-

tidas não só nos regulamentos em vigor, como recentes determinações desta repartição, recomendo aos Srs. Comandantes de Companhias a mais rigorosa observância no uso dos uniformes de seus comandados, cooperando cada um no exercício das suas atribuições para manter-se êsse importante ramo da disciplina do Exército."

13. A 2 de julho, de acôrdo com o Decreto nº 431, são extintos os comandos de Brigada. Organizam-se sete Distritos Militares.

O Comandante do 7.º BI declara: "...fica, portanto, êste Batalhão, desligado da 2ª Brigada de Infantaria e pertencendo ao Distrito Federal (sic) entendendo-se diretamente com a Repartição de Ajudante-General, sob cujas ordens dora em diante se acha".

O dedicado Barão do Rio Apa desdobra-se, para demonstrar a sua amizade a Deodoro, e um ponto alto dessas provas de estima deve ter sido o de comandar as forças estacionadas no Rio, na grande parada de 15 de novembro de 1891. O Barão credita aos seus subordinados todo o esforço e entusiasmo que resultou no brilho da solenidade militar:

"...o Sr. Generalissimo Presidente da República, tendo-se dignado passar revista àquela tropa, determinou em aviso ao Ministério da Guerra de 16, que em ordem do dia desta repartição sejam elogiados todos os srs. oficiais e praças da Guarda Nacional, da Armada, Exército e Polícia pela galhardia e brilhantismo com que se apresentaram..."

Note-se o destaque que Deodoro dá à Guarda Nacional, fazendo-a preceder às demais forças.

Sobre êsse detalhe, é curioso lembrarmos-nos que o Barão do Rio Apa comandara no Império a Guarda Nacional, e ao ser proclamada a República dizia em sua ordem do dia:

"...viva o Exército e a Armada, viva a Guarda Nacional..."

Dias depois o Barão é exonerado do cargo de Comandante da referida Guarda e dela se despede dizendo:

"...nunca deram crédito a intriga pequena e vil que a todo o transe buscava inimizar o Exército com a Guarda Nacional (ao tempo do Ministério do Visconde de Ouro Preto), espalhando que esta era reorganizada para bater aquêlo."

De fato. Um dos agravos do Exército contra a Monarquia era o de que a Guarda Nacional estava sendo reorganizada no Rio para

conter o Exército, em caso de levante, das forças sediadas na Córte. O próprio Visconde não esconde o propósito do Governo:

"Por esse motivo a reorganização do corpo militar de policia e da Guarda Nacional do Rio de Janeiro, tendo por fim immediato satisfazer uma necessidade por todos compreendida e executar a lei, visava também não deixar o governo à mercê da força de linha, absolutamente sem outra qualquer em que se apoiasse para, se mister fôsse, prevenir ou conter-lhe os desmandos."

Eis, pois, a Guarda Nacional, ontem encarada com desconfiança pelo Exército — e com fundadas razões, como se lê no depoimento acima do Visconde de Ouro Preto — e, agora, sob o regime republicano, a voltar em importância, no conceito do Governo.

14. Envergando o uniforme de gala, o 7.º está na grande cerimônia que se realiza, na oportunidade da abertura do Congresso Nacional, em 19 de dezembro.

É dia de festa, a cidade está engalanada e os acordes marciais das bandas de música despertam o entusiasmo popular, um tanto amortecido desde os grandes desfiles de tropas que regressavam do Paraguai, isto há uns vinte anos. As músicas soam bem, os sons são mais puros, para gáudio dos músicos da banda do 7.º que recebera instrumental novo. Esse instrumental não fôra adquirido pelo Exército. Trata-se de um presente de um extremado admirador do Batalhão, o Capitão reformado e Major honorário (sic) José Ferreira Ramos.

O Batalhão também desfralda uma bandeira nova, oferecida por vários cidadãos, sob a iniciativa de uma patriótica senhora — Dona Maria Correia:

"... Eu vô-la entrego como penhor sacratissimo, convicto de que sabereis sempre guardá-la e defendê-la na ocasião em que o exigir a honra e a dignidade nacionais. Depositando-a em vossas mãos rogo-vos que a conserveis como preciosa reliquia, sublime reflexo da imagem da Pátria, cuja conservação e prosperidade devem ser sempre o nosso constante sonho."

15. Cessadas as festas de fim de ano, o povo carioca inicia o novo calendário em estado de relativa tranqüillidade. As casas legislativas estão em pleno funcionamento, o Presidente da República fôra eleito e empossado e uma liberalíssima Constituição Republicana rege os destinos do Brasil.

Até nos negócios, o povo, agora, participa ativamente. Não é mais aquêlle povo que se recatava de empregar o seu rico dinheirinho

em coisas de comércio e indústria, e que nos tempos do Império via — com admiração — os planos audaciosos e progressistas de um Mauá, sem dar-lhe, entretanto, a solidariedade de suas economias.

Não é mais o povo que via — sem protesto — demorar-se vinte anos o início da construção de uma estrada de ferro como a Central do Brasil, prazo que houve entre a chegada do marquês de Barbacena trazendo da Europa uma proposta inglesa para construir a ferrovia Rio—Minas e o início da construção da "Pedro II", em 1855.

E o caso do gás de iluminação? Até um desembargador, juiz togado, dissera, como informante de uma provisão de privilégio de iluminação a gás, que o pretendente era um impostor por dizer que era luz sem torcida, pois para êle — o juiz — só podia existir luz com torcida embebida em azeite de peixe do tempo dos vice-reis. Assim nos conta o sempre lembrado Moreira de Azevedo...

Agora, não! O povo não aceita prognósticos pessimistas quanto à evolução da técnica, cujos benefícios já se espalham em tantos países da Europa e na América do Norte.

Os espíritos estão vivificados pelos novos ares que a Nação respira. Homens inteligentes, cheios de belas idéias, enxameiam a rua da Candelária e espalham-se pela da Alfândega, transmitindo aos cariocas ambiciosos de grandes aventuras financeiras, um otimismo que inebria.

Ouçamos Machado de Assis:

"Quem não viu aquilo não viu nada. Cascatas de idéias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis. Todos os papéis, aliás ações, salam frescos e eternos do prelo. Eram estradas de ferro, bancos, fábricas, minas, estaleiros, navegação, edificação, exportação, importação, ensaques, empréstimos, tôdas as uniões, tôdas as regiões, tudo o que êsses nomes comportam e mais o que esqueceram. Tudo andava nas ruas e nas praças, com estatutos, organizadores e listas. Letras grandes enchiam as fôlhas públicas, os títulos sucediam-se, sem que se repetissem, raro morria, e só morria o que era frouxo, mas a principio não era frouxo. Cada ação trazia a vida intensa e liberal, alguma vez imortal, que se multiplicava daquela outra vida com que a alma acolhe as religiões novas. Nasciam as ações a preço alto, mais numerosas que as antigas crias da escravidão, e com dividendos infinitos. — Pessoas do tempo, querendo exagerar a riqueza, dizem que o dinheiro brotava do chão, mas não é verdade. Quando muito, caía do céu."

16. Temos, à frente, um desses papéis que veio rolando — por cerca de oito décadas, entre velhas recordações de família, até chegar às nossas mãos.

É um papel do valor de 2/3 de uma ação de 100\$000. Representa, exatamente, 66\$666 de um capital de 10.000:000\$000 (dez mil contos de réis), ou seja, dez mil cruzeiros. Reflitam sobre o valor de tal importância em 1891... quando se instalou o encilhamento em nosso país.

Lá está, no alto do papel, a figura de uma locomotiva fumegando. Em baixo, uma outra, a figura gentil de uma mulher segurando um malho, a deusa da indústria. O empreendimento representado pelo título pretende iniciar melhoramentos... Cremos que os melhoramentos não chegaram a ser iniciados. O papel do nosso avoengo somente serviu para testemunhar uma época.

17. Se os negócios fervilham, a política não fica atrás: está em ebulição. Se há ambição de enriquecer, também há a do poder. Por isso, rompem-se as hostilidades entre aqueles que ainda ontem somavam-se contra o Império. E desse antagonismo aproveitam-se os saudosos da Monarquia.

A República fôra proclamada ao arrepio da vontade de uns e apesar do gelo da indiferença de muitos. Fôra o resultado de um levante cujas probabilidades de êxito periclitaram até o último instante, e o sucesso estêve, exatamente, na condução daquele ato derradeiro, quando um velho doente encontrou forças para, numa arrancada viril, galvanizar mais de um milhar de homens hesitantes.

Quais seriam as conseqüências para a revolução, se Deodoro não pudesse — prostrado pela doença — encontrar-se com Benjamin, que vinha à frente da 2.^a Brigada, no Aterrado do Mangue? Teria havido a adesão de toda aquela tropa da Marinha, da Polícia, dos Bombeiros e dos efetivos, embora fracos, da Infantaria do Exército, que se encontravam na frente e no interior do Quartel-General?

Não há respostas para estas indagações, por que a História só pôde guardar os reflexos da vitória dos republicanos. O certo, porém, é que poucos foram os construtores do templo da República no Brasil.

— A respeito, diz Quintino Bocaiuva:

“Eu próprio fui o único Chefe, por algumas horas, no dia 15 de novembro de 1889. Nesse momento, o cargo e a proeminência não eram apetecíveis. Tratava-se de expor a cabeça, e morrer por morrer, antes eu que era o mais tolo, senão o mais velho. Mas do dia 16 em diante, já fui considerado uma espécie de Britannicus, cuja eliminação favoreceria o advento de novas capacidades.”

18. Passados os momentos angustiosos das definições naquela madrugada do "15", os hesitantes, os timoratos, os dúbios, todos eles jogaram-se arquejantes, para a escadaria do Poder, ansiosos por galgá-la, pisando-se, ferindo-se, injuriando-se. Nessa escalada desvalhada — ninguém querendo ser o último — não foi respeitado nem mesmo o vulto leonino de Deodoro. Daí, o seu golpe de Estado de 3 de novembro de 1891 que êle próprio resgata — em poucos dias — desiludido e cansado, com o seu gesto de renúncia, a 23 daquele mês.

Tobias Barreto recorda o momento da renúncia como sendo de emção, com Deodoro dizendo que já não era o Presidente e que iria pedir reforma.

Vários comandantes de corpos assistem a cena, desolados; entre eles está o Tenente-Coronel Carlos Olímpio Ferraz, o Comandante do 7.º BI.

O velho guerreiro não se conforma com a saída do querido Marechal; por isso, incontinente, pragueja.

19. "Era a 23 de novembro de 1891. Na qualidade de secretário particular do Ministro do Interior tive de lavrar o decreto da renúncia do Marechal. O momento se tornava solenissimo e Deodoro visivelmente comovido travou da pena com a mão trêmula e parou.

— Assino a carta de alforria do derradeiro escravo do Brasil — disse, e então subscreveu o ato."

(Ernesto Sena.)

O Marechal Floriano Vieira Peixoto — o Vice-Presidente — inicia o exercicio da Presidência da República; mas não o faz com a satisfação geral. Por isso, durante todo o seu periodo de governo não haverá paz, apesar de sua boa vontade inicial para com aquêles que lhe são adversos:

"...Na graciosa officina em que se trabalha no progresso da Pátria não há vencidos nem vencedores, grandes ou pequenos. São todos operários de uma obra comum. A essa obra dedicarei todo o meu esforço; para êsse trabalho peço e espero o concurso de todos os brasileiros. São êstes os intuitos que me dominam, e que julguei dever expor ao País."

O comêço da sangueira está próximo, embora os primeiros atos de violência sejam tímidos e pouco exigentes. As carótidas ainda não estão sendo abertas...

A princípio, fervem boatos. Dêsses, os mais constantes referem-se às próximas tentativas de restauração da Monarquia. Diga-se de passagem que tais boatos estarão presentes, por vários anos, na nossa atribulada República.

Nem bem Floriano atravessa os portais do Itamarati e o diz-que-diz vai quebrando de ouvido em ouvido. Surgem insinuações, constantes, que põem em dúvida a fidelidade dos Batalhões de Infantaria da guarnição do Rio, ao regimen republicano.

Tais boatos irritam os officiaes d'esses Batalhões que resolvem tornar público o seu protesto:

"No intuito de desfazer os boatos que infelizmente circulam de restauração para a qual contam com a força de Infantaria, a officialidade dos 1º, 7º, 10º, 22º, 23º e 24º Batalhões de Infantaria, reunida, resolve protestar contra tais especulações, por isso que foi, é e será pela República Federativa; e declara que tais boatos só podem partir de especuladores que buscam tirar vantagem do estado anárquico em que infelizmente parece percorrer as camadas sociais. Entretanto afirma, mais uma vez, que este ou outro governo qualquer poderá contar com a sua solidariedade para a manutenção da ordem e sustentáculo da República. Capital Federal, 17 de dezembro de 1891."

Qual a razão de tais boatos? Estarão pensando os adversários da República que a ausência dos Batalhões de Infantaria na arrancada da 2ª Brigada, no 15 de novembro, significou desapeço, daqueles Batalhões, à causa republicana?

Se assim pensam, pensam errado, e as futuras atitudes dessas unidades virão atestar o equívoco dos boateiros.

20. Na manhã de 19 de janeiro de 1892, quando a guarnição do 1º Batalhão de Artilharia de Posição está no rancho, às 5 horas e 45 minutos, o 2º Sargento Silvino Honório de Macedo e elementos que o apóiam, soltam os sentenciados que cumprem pena na Fortaleza de Santa Cruz, prendem os officiaes e mandam as famílias destes para o Rio, em escaleres. Em seguida, apoderam-se do Forte do Pico e, por um estratagema, alguns desembarcam no Forte da Laje, sendo efêmera, porém, esta última conquista.

O Sargento Silvino é praça do 1º Batalhão de Engenharia, mas está adido àquele Batalhão de Artilharia, aguardando matrícula na Escola Militar.

Os revoltosos dizem-se amparados por promessas de adesões, apoios e solidariedade de destacados vultos políticos. Mas, como não se verificam levantes em outras Unidades, os promittentes adesistas descem do "muro", do lado oposto àquele em que está Silvino...

Manhã cedo, já o 7º BI entra em forma e desloca-se para o velho Arsenal de Guerra que se apresenta guarnecido por menores-artifices, operários-militares, além dos Batalhões de Voluntários — o Tiradentes, o Acadêmico e o Benjamin Constant.

Carlos Olímpio ao chegar ao Arsenal é recebido pelo Tenente-Coronel Guilherme de Barros Vasconcelos, representante do Ajudante-General, que lhe transmite a ordem de embarcar o Batalhão em lanchas a fim de dirigir-se à Fortaleza revoltada, rumando à praia de fora. Equivale dizer que o comboio terá de passar pela boca da barra, frente aos canhões da "Santa Cruz."

Carlos Olímpio pondera ao colega a inconveniência do trajeto pela possível perda do Batalhão em tão perigosa e pouco gloriosa manobra. O outro não lhe oferece oportunidade para expor uma alternativa: é uma ordem.

Felizmente aproxima-se o Ministro da Guerra a quem o Comandante do 7º expõe seus argumentos; o Ministro acaba concordando em que seja modificada a ordem dada.

O plano de Carlos Olímpio consiste em levar a Unidade a Niterói e, de lá, partir para a região em poder dos revoltosos tendo, como primeiro objetivo, a conquista do Forte do Pico, posição dominante sobre a Santa Cruz; essa manobra tornará mais fácil e menos custosa a rendição deste último reduto.

O Batalhão embarca nas barcas "Ferry", embora com algum atraso. Acabara de sair do serviço de guarnição; fazia-se mister reunir, na estação das barcas, oficiais e praças que andam dispersos.

Transpondo a baía, o Batalhão desembarca em São Domingos; daí, segue, em cerca de dez bondes, até o fim da linha, em Icarai.

As 23 horas e 30 minutos, chega ao local o 10º BI, sob o comando do valente Tenente-Coronel Silvestre Rodrigues da Silva Travassos e, com êle, o próprio Ajudante-General, o General Enéias Galvão.

Surge a manhã do dia 20. Contingentes do 7º e do 10º, somando uns 90 homens, comandados pelo Capitão do 1º Btl Art Posição, Godofredo de Melo Barreto e com êste os Tenente Veiga Cabral, Alferes João Xavier do Rêgo Barros, Antônio Gomes Padilha e o Sargento Dionísio Ferreira de Abreu, seguem, rumo ao Pico, através de espessos matagais cheios de urzes que lhes dilaceram as carnes, sob um sol ardente e uma poeira sufocante.

Apesar desses tropeços, retemperam-se ao atingir o objetivo, galgando, com audácia, pontos que dantes se julgavam inacessíveis, penetrando, afinal, no reduto do Forte e dali rechaçando os revoltosos.

Dá-se, como grande, o número de mortos entre legalistas e revolucionários, ao final da luta pela conquista do Forte do Pico. Entretanto, nos registros das ordens-do-dia não encontramos exclusões por falecimento que demonstrem perdas fatais por parte do 7º.

Com a canhão "Krupp" existente no Pico, os legalistas bombardeiam a "Santa Cruz", arvorando-se em artilheiro o Alferes do 7º BI Leopoldo de Azevedo. Nessa investida, um dos primeiros feridos é o bravo Alferes Gomes Padilha.

A operação prossegue, sempre acompanhada pelo Ajudante-General que incentiva a tropa com a sua presença nos locais de combate, fazendo com que as cornetas não cessem de tocar para animar e acelerar os soldados.

A tropa ocupa o parapetto que enfrenta a "Santa Cruz", e tódas as faces laterais e portões do Forte do Pico. Mas, a munição é pouca, o alimento é nenhum e o dia avança... Para os feridos e estropiados pela estafa, um único médico.

O Ajudante-General pede a intervenção da esquadra; dizem que, ao 12.º tiro, Silvino rendeu-se.

A ala esquerda do 7º, sob o comando do Major Rafael Tobias, penetra na Fortaleza onde, encostado numa laje, Silvino apresenta a fisionomia desfigurada pelo sangue que lhe desce do ferimento feito na face por uma bala de revólver. Apesar da dor, Silvino mantém uma expressão singular de energia.

21. Volta o 7º ao morro de Santo Antônio, depois da missão cumprida. Antes, entretanto êle e o 10.º BI desfilaram pela rua Larga de S. Joaquim (atual Avenida Marechal Floriano) e lá, Floriano, Vice-Presidente da República no exercício da Presidência, os vê regressar às 18 horas. Embora esteja há 2 meses, somente, no poder supremo, Floriano já despertou em civis e militares aquela chama viva que se denominou de "florianismo". O "florianismo" está em marcha, e o desfile dèsses batalhões, com os homens de fardas rasgadas, sujos e extenuados, constitui um exemplo do magnetismo que se irradia do futuro "Marechal de Ferro" e que virá cristalizar-se na mística que perdurará por anos, e pela qual morrerão muitos fiéis adeptos.

Apesar da falta de aprumo militar daqueles soldados cansados, êles estão felizes em desfilar perante o Chefe da Nação, que de semblante triste, lhes retribui a continência, da sacada do Itamarati.

"Êles (as praças) pois, que são a guarda fiel de nossas instituições, que nos instantes perigosos e difíceis a tudo se expõem e sacrificam, que sofrem com calma e resignação tódas as privações quando é mister êsse sacrificio, êles merecem tódas as atenções por parte do Governo, para nas ocasiões precisas tudo se lhes poder exigir; cerca-los de todo o bem-estar na paz para recompensar as agruras da guerra."

O Ministro da Guerra dirige-se ao Ajudante-General e diz que:

"... reconhece e agradece os serviços que haveis prestado vós e os oficiais de vosso Estado-Maior, os Batalhões 7º e 10º de Infantaria sob o comando dos bravos Tenentes-Coronéis Carlos Olímpio Ferraz e Silvestre Rodrigues da Silva Travassos..."

O Ajudante-General assim se congratula, por sua vez, com o Exército e conclui com estas palavras:

"... Finalmente me é grato declarar que a oficialidade do 7º e 10º BI é, também, credora de louvores pela boa disciplina que mantiveram, pela lealdade com que se portaram, e que igualmente são dignas de elogios as praças dos 1º, 7º e 10º BI que tão edificantes exemplos de bravura e disciplina acabam de patentear; determino que os denodados Srs. Comandantes dos corpos referidos em meu nome elogiem os seus oficiais e praças cujos serviços se tenham salientado e tenham escapado à minha observação durante a ação, devendo às praças que merecerem tais elogios serem concedidos oito dias de dispensa do serviço como prêmio à dedicação e valor demonstrados."

Carlos Olímpio, por sua vez diz:

"... Exultando de contentamento pelo que acima fica exposto me é agradabilíssimo louvar e agradecer aos oficiais e praças do Batalhão que na referida jornada portaram-se dignamente..."

Seguem-se nomes de oficiais e praças. Quanto aos oficiais, o grande coração de Carlos Olímpio não pode permitir que escape algum nome. Mesmo aqueles que estando em outras missões, não sofreram as agruras da luta, são elogiados. Assim acontece com os que ficaram zelando pelo quartel e um outro, que estava à disposição do Governador do Estado do Rio. Para Carlos Olímpio, se estes tivessem ido ao combate, também teriam merecido o louvor. E, as praças, êle destaca algumas "por terem seguido em primeiro lugar fazendo parte da força que tomou de assalto o Forte do Pico".

22. É aqui que vamos destacar a figura de um sargento — um "Particular 1º sargento" — que bem mostra, pelos registros anotados, ter sido um homem valente, que amava as brigas pelas emoções que lhe causavam.

Em agôsto do ano anterior êle estava em plena festa pública denominada festa de Santo Cristo dos Milagres, lá para as bandas do Saco do Alferes, entrada de mar que, hoje, aterrada, constitui o largo de Santo Cristo antigo largo do Gambá.

Ao derredor dessa igreja, num pouco estimado dia 13 de agôsto, estava um conflito que deve ter sido de razoáveis proporções. Acorre a policia, mas os capoeiras resistem. É, então, que surge o referido graduado — um 2º cadete 1º sargento — do 7º BI. Sua eficaz intervenção ao lado da patrulha da Brigada Policial deve ter sido altamente apreciada pelo Comandante da Brigada, pois logo chega ao Batalhão um officio daquela autoridade elogiando a ação do sargento.

Nem bem se passam quinze dias, e Carlos Olímpio vê desvanecer-se a boa imagem que fazia do subordinado. O cadete-sargento fôra punido por alguma falta, mas rebela-se contra a punição proferindo palavras inconvenientes — e manifesta o desejo de ser transferido da Unidade. O Comandante da Unidade considera a atitude do sargento acintosa, e pune-o com 20 dias de prisão no Forte da Lage.

Decorrem meses, e em janeiro de 1892 dá-se a revolta da "Santa Cruz". E, quem é que está entre os poucos oficiais e praças destacados nominalmente pelo Ajudante-General? O mesmo sargento, o mesmo dominador de conflitos do Santo Cristo e o mesmo indisciplinado que afetara a bondade de Carlos Olímpio. Naquela subida à penedia onde se embasa o Forte do Pico, o sargento deve ter conduzido — com coragem e audácia — um pugilo de valentes do 7º, levando-os à vitória.

Alegria para o comandante do 7º que, certamente, está pronto a esquecer o agravo anterior de seu subordinado.

Mas qual! O homem é mesmo da arrelia. Passam-se dois meses e, agora, é o próprio comandante da guarnição quem determina a prisão do cadete-sargento atrabillário. Não se pode dizer que o homem não seja religioso. Pelo contrário! Comparece a tôdas as festas de igreja. Ai está êle, na porta da capela, vendo sair a procissão. Embora revestindo-se de tôda a compunção está vigilante às provocações. E, armado de um cacête, à frente de um grupo de desordeiros, êle revida afrontas, estabelecendo um tremendo sururu que lhe vale ser recolhido — por prazo que não se determina — à... à mesma Fortaleza de Santa Cruz que ajudara a tomar — dois meses antes — com tão elogiável bravura.

23. A revolta da "Santa Cruz" sacode os brios dos republicanos; por essa razão surgem demonstrações de aplauso aos bravos que se lançaram ao assalto das duas fortificações.

Nos dias que se seguem, Carlos Olímpio não tem mãos a medir tanto aprêgo, reconhecimento e entusiasmo daqueles que — como êle — comungam do mesmo amor à República:

"Dignaram-se hoje em vir cumprimentar a officialidade do Batalhão e respectivas praças pelo resultado satisfatório dos acontecimentos havidos nos dias 19 e 20 do corrente por ocasião da revolta dos presos da Fortaleza de Santa Cruz, o Exmo. Sr. Contra-Almirante Custódio José de Melo, Ministro da Marinha, o Comandante do 1º Regimento de Cavalaria e seus officiaes e o Comandante do Regimento de Cavalaria da Brigada Policial acompanhado da respectiva officialidade."

Em menos de dois anos, Custódio de Melo estará combatendo Floriano, e abrigará em suas fileiras, solidário com a revolta da Ar-

mada, o Sargento Silvino, o rebelde de hoje, que acaba de ser vencido pela ação conjugada das forças de terra e da esquadra que cumpre ordens de Custódio.

No dia seguinte, chega ao quartel do 7º uma carta do Coronel Marciano Augusto Botelho de Magalhães — Deputado federal e irmão de Benjamim Constant, oficial que comandou a Escola Militar para leva-la ao Campo da Aclamação na manhã do "15":

"...em carta muito honrosa que se dignou dirigir-me, louva o procedimento dos oficiais e praças do Batalhão, nos dias 19 e 20 tudo do corrente, por ocasião da revolta dos presos da Fortaleza de Santa Cruz e enviou a quantia de 500\$000... (hiato no trecho do registro)... as quais são as seguintes: 1ª Cia. Mestre de Música Raul Augusto de Castro; músico Cirilo Antônio Gomes (seguem-se mais cinco praças). Os Srs. Comandantes de Companhias recebam as referidas importâncias e procedam à respectiva distribuição."

Já decorrem quase dois meses da revolta, e as manifestações ao 7º prosseguem. Agora é o Governador do Estado do Rio, o Contra-Almirante D. Carlos Baltazar da Silveira, que comparece, com o seu secretário, o Comandante da Brigada Policial, e o Diretor-Geral da Fazenda, a visitar o quartel do 7º. Carlos Olímpio agradece a gentileza da visita:

"Tamanho prova de acrisolado patriotismo, honra, distinção e solidariedade que dispensa o mesmo Exmo. Sr. a uma fração do Exército, muito me orgulha por ver em uma autoridade constituída a consideração e estima que me dispensa.

Fazendo votos para que o ilustre Almirante seja o sustentáculo daquele Estado que de si espera o mais amplo apoio e sincera abnegação, exulto de contentamento esperando que para o futuro tenha o renome de um dos primeiros cidadãos que a frente de uma parte da nossa florescente República, conseguirá com seus valiosos esforços a estabilidade das nossas leis.

Por isso me é agradabilíssimo declarar que, por tão faustoso acontecimento ficam soltos todos os presos à minha ordem, desimpedidas as praças que estiverem impedidas e relevadas de rebaixamento aquelas que assim estiverem consideradas."

Certamente que as praças ficaram muito felizes com tais demonstrações de aprêço, porquanto, da exultação do grande coração de seu comandante, resultou uma anistia geral...

Mais alguns dias, e Carlos Olímpio vê entrar pelo portão do quartel o elemento civil, para trazer-lhe os agradecimentos dos fluminenses:

"Este comando sob a mais agradável impressão transcreve hoje a mensagem que acompanhou a coroa de louro com que o generoso e cavalheiresco povo fluminense quis expressar sua perene gratidão para com o Batalhão pelo modo heróico como soube haver-se na repressão da revolta de presos da Fortaleza de Santa Cruz. Congratulando-se com os oficiais e praças do Batalhão por ter-se rendido tão belo e merecido preito a seu civismo e coragem, aconselho-os a que sempre procurem não se afastar dessa gloriosa senda da honra e do dever, para que sejam apontados como um exemplo de nobre patriotismo.

Eis a mensagem:

Senhor Comandante.

Em nome do Povo Fluminense a comissão abaixo assinada vem depositar em vossas mãos este precioso brinde que simboliza o seu entusiasmo e reconhecimento pelo ato de bravura patriótica por vós e por vossos comandados por ocasião da tomada da Fortaleza de Santa Cruz do poder dos revoltosos em 20 de janeiro do corrente ano.

Se motivos estranhos à vontade dos signatários, impediu-lhes de dar toda a solenidade precisa a este fato festivo, êle contudo não desmerece no seu valor moral, por isso que representa o tributo franco e espontâneo do Povo àqueles que sabem honrar a Pátria, defendendo a República com o sacrificio da própria vida.

Honra, pois, aos bravos.

Salve o 7.º Batalhão d'Infantaria dos Estados Unidos do Brasil.

Ao Cidadão Coronel Carlos Olímpio Ferraz, M. D. Comandante do 7.º Batalhão d'Infantaria.

Capital Federal, 18 de março de 1892

José Joaquim da Silva Borges
Frederico Pereira da Silva Júnior
Benjamim Magalhães."

24. Que fim levou o Sargento Silvino?

Abrangido pela anistia de 5 de agosto do mesmo ano quando ainda estava em tratamento no Hospital da Marinha do Rio, foi

amparado por Floriano com um emprêgo na Imprensa Oficial, pois Floriano — dizem — o considerava "um homem decidido e corajoso" que merecia ser poupado.

Mas Silvino volta a colocar-se contra Floriano, engajando-se nas fileiras rebeldes comandadas por Custódio de Melo, em 1893.

Em 23 de setembro dêste ano está no tombadilho do monitor "Javari", que afunda na Ilha Fiscal. Mais tarde, passa a tomar conta do pontão "Guanabara" donde — ao que consta — conseguiu acertar e destruir o holofote instalado no morro da Glória.

Irrequieto, Silvino acaba indo para Recife. Presume-se que êle tivesse o propósito de inutilizar alguns dos navios que Floriano mandara adquirir no estrangeiro para integrar a esquadra com que pretendia combater os revoltosos. Silvino não é bem sucedido e é prêso.

A notícia chega, por telégrafo, a Floriano. A paciência e a boa vontade do Marechal devem ter-se esgotado; a República está em primeiro lugar.

Segundo consta do livro "História do Supremo Tribunal Militar" do eminente Ministro e General Raimundo Rodrigues Barboza —, a resposta não tarda, contendo a ordem para executar Silvino, o que é feito a 13 de janeiro de 1894. E quem comandou a escolta que o levou foi o Alferes Manoel Belerofonte de Lima, um oficial que voltaremos a encontrar, ligado a fatos que surgirão mais adiante.

25. O princípio do ano de 1892 é inquietante. Mal terminado o caso do levante chefiado pelo sargento Silvino e logo um acontecimento nôvo surge na vida nacional, dêle participando elementos militares. É a divulgação do "Manifesto dos treze generais."

Trata-se de um memorial assinado por treze Contra-Almirantes e Generais em que os signatários concitam Floriano a promover as eleições para o preenchimento do cargo de Presidente da República, em virtude da renúncia de Deodoro.

É o reflexo de uma parte da opinião pública e de uma certa faixa de políticos que discordam da interpretação dada por Floriano a determinados incisos da Constituição que cuidam do preenchimento daquele cargo em caso de vacância.

Daí, a controvérsia feros que levará o país, praticamente, à guerra civil.

Embora datado de 31 de março de 1892, o manifesto só é entregue a Floriano dias depois. A reação do Marechal é imediata e val-mais além do previsível: reforma ou transfere para a reserva os Officiais-Generais signatários do memorial e outros militares que com êles se solidarizam. E a 12, embarca-os bem como a vários civis, no paquete "Pernambuco" que ruma para locais de destêrro, nos confins da Amazônia.

A pretexto de homenagear Deodoro, alguns elementos descontentes reúnem-se, a 10 de abril. Promovem comícios na cidade e após um desses comícios, com banda de música (do 24.º BI) à frente, passam nas proximidades do quartel do 7.º BI. Vão até este e aclamam-no, vivem-no, exaltam-no, procurando aliciá-lo. Daquele quartel, porém, ninguém sai nem para agradecer, tampouco para engrossar a multidão.

Neste dia, o 7.º cerra fileiras com as demais Unidades do Rio em defesa da República nascente.

26. Sobre estes acontecimentos — de 19 e 20 de janeiro e de 10 de abril de 1892 — assim dirá Floriano, bem mais tarde ao Congresso, em mensagem de 7 de maio de 1894:

“Há uma certa solidariedade, ora clara, ora oculta, que indica uma corrente de rebeldia criminoso: as revoltas de 20 de janeiro de 1892, na Fortaleza de Santa Cruz e 10 de abril do mesmo ano, nas ruas desta cidade, ambas sufocadas no nascedouro, são os indícios mais significativos desse vasto plano de ruína com que se pretendia derrubar a República. Vários são os elementos que entram nesse plano: aos falsos republicanos e conspiradores de 1892, reuniram-se os outros contingentes de despeito e indisciplina; especuladores da bolsa que procuravam a reabilitação necessária dos desastres económicos à custa do desastre para eles indiferente, da Pátria...”

... e vai Floriano descrevendo o perfil moral e político de cada tipo de adversário da consolidação da República, consolidação que ele completará sem altear a voz, sem iluminar o olhar, e sem deixar cair dos lábios o célebre cigarro telmosamente apagado...

27. Um dos conspiradores que visavam a derrubada de Floriano — José Carlos de Carvalho —, cita em sua obra o nome de Carlos Olímpio Ferraz, como um dos militares favoráveis ao movimento, e isto a 23 de março, antes, portanto, do “manifesto”. Embora não consigne o seu nome entre aqueles que se solidarizam com o documento, ele é afastado do comando do 7.º... em decorrência de sua promoção, exatamente a 7 de abril, data em que tantos militares são transferidos para a reserva. O Governo promove-o; porém transfere-o para o 17.º BI.

Lemos em obra de Silveira Peixoto uma carta que Prudente de Moraes escreve a Bernardino de Campos, pouco antes daquele assumir a Presidência da República:

“Firacibaba, 22 de outubro de 1894 O Travassos (Silvestre), cujo Batalhão já estava reduzido de

500 a 50 e poucas praças foi mandado comandar o 33.º em Sergipe, vindo o Olímpio Ferraz para o Rio, comandar o 23.º, donde saiu o Santos Dias para a Bahia."

Pela carta, pode-se inferir que Carlos Olímpio estará nas boas graças de Floriano ao final de seu governo. Mas, no mês de abril de 1892, o perspicaz Floriano deve ter pressentido o quanto vacila a vontade do devotado amigo de Deodoro. Daí, promovê-lo, e afastá-lo do Rio.

Sugerimos outra razão para esse afastamento de Carlos Olímpio, uma vez que o cargo de comandante do 7.º comportava a presença de um Coronel, como se verá em seguida. É que, talvez, o 7.º — o sustentáculo da República — precise, agora, de um comandante que sintonize com Floriano — de forma unívoca — como respaldo para preservar os ideais republicanos e o regimen... de qualquer maneira. E esse comandante "ad hoc" é designado por Floriano...

28. A 11 de abril de 1892, o Coronel Carlos Olímpio Ferraz deixa o comando do 7.º, e de um modo que desperta curiosidade:

"Tendo sido promovido por decreto de 7 do corrente ao posto de Coronel para o 17.º BI, passo nesta data o comando do Batalhão ao Major Francisco Felix de Araújo. Ao despedir-me do Batalhão que por espaço de dois anos comandi, cumpro o dever de agradecer aos Srs. Officiais, oficiais inferiores e demais praças, a leal coadjuvação que me prestaram no período do meu comando e assinar-lhes a minha eterna gratidão."

Até aí, nada de mais. Talvez Carlos Olímpio não deseje aguardar o seu substituto por querer seguir mais depressa para a sua nova Unidade, quem o sabe?

Mas esta hipótese deixa de ser plausível, ao ler-se, logo em seguida, o tópico inserido na ordem do dia da mesma data pelo Major Francisco Felix, o fiscal do Batalhão:

"Nesta data e às 9 horas do dia assumi o comando deste Batalhão por ter sido promovido a Coronel por merecimento para o 17.º BI, o cidadão Tenente-Coronel Carlos Olímpio Ferraz, e às 11 horas, também do dia, passei o referido comando ao cidadão ..."

Carlos Olímpio deixou o Comando nas mãos do Fiscal duas horas antes da chegada do novo titular! Por que não o esperou?

Que homem será este, que está para chegar?

BIBLIOGRAFIA

- ORDENS DO DIA DO 7.º BI — Arquivo do Exército.
- FES DE OFICIO — Arquivo do Exército.
- DOCUMENTOS DIVERSOS — Arquivo do Exército.
- HISTÓRIA DAS RUAS DO RIO DE JANEIRO — Brasil Gerson — Coleção Cidade do Rio de Janeiro.
- OS SERTÕES — Euclides da Cunha 13.ª Edição — 1938.
- HISTÓRIA DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR — Ministro Raimundo Barboza Dep. Imp. Nac. — 1952.
- ADVENTO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL — Visconde de Ouro Preto — Impitmerie F. Pichon 1891.
- O RIO DE JANEIRO — Moreira de Azevedo.
- O MUNDO DE MACHADO DE ASSIS — Miécio Tati — Emp. Gráfica das Revistas dos Tribunais — 1961.
- DA MONARQUIA A REPUBLICA — George C. A. Boecher — MEC.
- FLORIANO — Memórias e documentos — Noronha Santos.
- DEODORO — Subsídios para a história — Ernesto Sena.
- O LIVRO DE MINHA VIDA NA GUERRA, NA PAZ E NAS REVOLUÇÕES — Almirante José Carlos de Carvalho — 1913.
- A REVOLTA DA ARMADA — Epaminondas Vilalba.
- AS ATALAIAS DA GUANABARA — Silvio Peixoto — Gráfica Laemmert
- A HISTÓRIA DAS REVOLUÇÕES — Glauco Carneiro — Edição O Cruzeiro 1945.
- DEODORO — R. Magalhães Junior — Cia. Editora Nacional — II Vol.
- GUERRA CIVIL NO BRASIL — de 1893-1295 — Almirante Arthur Tompson Ed. Ravaro — 1934.
- A TORMENTA QUE PRUDENTE DE MORAIS VENCEU — Silveira Peixoto.

A INFANTARIA MODERNA

Maj NEY SALLES
4.º BC

A hecatombe mundial que levou de vencida, em poucos dias, em 1940 uma das organizações militares contemporâneas mais completas — o Exército Francês criou na imaginação dos neófitos, desconhecedores da evolução histórica da arte de guerra, a falsa hipótese de que a Infantaria não mais subsistiria às condições de um combate moderno.

Levada de roldão, como as demais armas que se opunham ao impulso germânico, esqueceram-se os alvissareiros espiritos do modernismo que a ação desenvolvida pelos invasores era, sobretudo, conduzida pela Infantaria, com o apoio da Aeronáutica e dos engenhos blindados.

Na guerra contra a Polónia, nas campanhas do ocidente e nas batalhas da frente oriental, a Infantaria alemã revalidou seu nobre título de "rainha das armas" e deu mostras de sua energia e capacidade de ação no combate.

Em todas essas operações foi sempre a arma principal, a única que se revelou capaz de concentrar em si mesma um conjunto de missões que exigem do infante, qualidades físicas sobrenaturais, pelo ímpeto de suas ações ofensivas, moral extraordinária, para enfrentar de peito aberto o inimi-

go encoraçado e abrir caminhos em suas linhas através dos campos minados ou da fumaça, de arma branca em punho e sózinho, para arrancá-lo das trincheiras.

É óbvio que esses resultados não seriam facilmente alcançados, como o foram, se ela não tivesse acompanhado passo a passo, o desenvolvimento da técnica e da motorização dos exércitos atuais, o que lhe permitiu o cumprimento da sua missão, que a nenhuma outra arma poderia ser atribuída.

Sua prodigiosa capacidade de ação, posta à prova em todas essas campanhas, evidenciou-se:

- na realização de esfalfantes etapas de marcha;
- no ataque ousado e implacável ao inimigo;
- na conquista sistemática do terreno por ele ocupado.

Desta forma a Infantaria assegurou o êxito de seus próprios empreendimentos, mesmo quando isolada das demais armas, embora atuando no conjunto das operações.

Para realizar porém, todas essas missões foi preciso que ela se tornasse a mais completa de todas as armas, por isso mesmo a mais complexa e, portanto, a que

exige maior soma de conhecimentos técnicos.

Obrigada a combater, simultaneamente, um inimigo capaz de surgir por toda a parte — pela frente, pelos flancos, pela retaguarda e pelos ares, em audaciosas formações blindadas ou em arrojados vôos rasantes, tornou-se preciso dotá-la de um armamento apropriado de tipos os mais variados, que lhe permitisse cumprir sua missão até ao esgotamento de suas forças, ou até alcançar definitivamente a vitória.

Acrescida, sobretudo, de novo material contra-carros, contra-aviões e mesmo de canhões de Infantaria, intimamente ligados às vagas de assalto, embora tudo isto represente um maior peso, é indiscutível que esse novo potencial, reunido agora ao fogo enervante e prolongado, preciso e rápido, das armas automáticas e dos morteiros, veio dar à Infantaria na guerra atual um poder ofensivo que, de hoje em diante, parece criminoso deixá-la estagnar-se nas trincheiras.

A Infantaria permaneceu assim a arma por excelência das ações decisivas no campo de batalha, a arma principal em torno da qual todas as demais gravitam no combate.

A variedade desse novo material deveria influir na sua organização. A Companhia de Fuzileiros continuou sendo a célula-mater de sua composição, pois é ainda o menor elemento de força que permite, sob a proteção de suas próprias armas pesadas, da Artilharia e, eventualmente, dos carros de combate e das forças aéreas, uma

ação de comando combinada, suscetível de quebrar de frente as resistências do inimigo fortemente entrincheirado. É ela que, na arrancada final, encarna o elemento decisivo da luta, pelo assalto a arma branca, de granada em punho e expulsa o inimigo de seus abrigos, disfarçados nos campos de batalha.

Da mesma forma que as Cias. de Fuzileiros, as metralhadoras, os morteiros e os canhões permanecem grupados em companhias, como anteriormente, à disposição do comandante do batalhão, destinados a fornecer aos primeiros escalões de assalto, uma proteção permanente e um apoio de fogo indispensável às operações locais, para conquistar o terreno ou para manter sua posse definitiva.

O Batalhão manteve-se como unidade tática de combinação dos esforços, mas de composição variável, conforme as necessidades de seu emprego imediato em determinado teatro de operações. O Regimento de Infantaria tornou-se, porém, demasiadamente pesado. Cedeu lugar à Brigada, sem apresentar grandes diferenças no que se refere à instrução e ao combate.

Não será no fragor das batalhas, em que a luta evidenciar os defeitos de uma organização inadaptável as condições do combate moderno, que se poderá corrigir suas imperfeições, pois que não restará geralmente tempo para impedir a derrota.

Assim sucedeu aos exércitos superiormente organizados que, tomados de surpresa no remanso da experiência de uma guerra já

passada, não anteviram a destruição de sua própria nacionalidade.

É preciso que as lições do passado sirvam de ensinamento para o futuro, mas se visarem satisfazer apenas o presente, elas jamais corresponderão aos anseios de um povo e de sua soberania.

A Infantaria Moderna deixou de ser apenas uma tropa "padronizada" apta a qualquer ação em campanha, para transformar-se em uma arma capaz de avocar a si tôdas as vitórias de um exército soberanamente organizado. Jamais os sucessos das outras armas se transformarão em vitórias defini-

tivas se a Infantaria não os completar com sua intervenção direta na batalha, pelo combate que oferecer ao adversário e pelos audaciosos assaltos que, finalmente, contra êle desfechar.

Apesar do apoio que lhe podem prestar as outras armas, cumpre-lhe enfrentar o inimigo, combatê-lo onde quer que êle se encontre, utilizando com extraordinária pericia o seu variado armamento.

"Segundo o valor de seu exército floresce ou parece um povo: segundo o valor de sua Infantaria vive ou morre um exército."

A moderna estratégia não mais se baseia apenas em operações militares em larga escala, mas inclui manobras políticas, econômicas, tecnológicas e psicológicas, além da penetração ideológica, capazes de aumentar os fatores de poder de uma nação ou coalizão.

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em preto e branco: para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando for o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE!** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprêgo apropriado de maiúsculas, grifos, carimbo, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas: e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **-aos Nossos Colaboradores!**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aquêles que ainda não tenham assinatura de A DEFESA procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO

Dr. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
Ministro do Planejamento e Coordenação Geral

Reconstrução, Expansão, Transformação

A Revolução foi feita para construir. Construir não apenas no sentido limitado de efetivar o crescimento econômico a taxas superiores a 7% ao ano, ou de alcançar outros indicadores quantitativos tradicionais. Mas, principalmente, no sentido de transformar o *Brasil em nação desenvolvida*. De criar uma sociedade que, pelos seus altos níveis de desempenho, em todos os setores, seja expressão de uma experiência brasileira na "era de descontinuidades" que será a sociedade universal nas próximas décadas.

A avaliação do que, no campo econômico e social, se realizou entre 1964 e 1970 deve ter como critério básico esse objetivo de construção, no país, da nação desenvolvida.

Três estágios podem ser destacados, na experiência dos governos da Revolução, apresentando, como característica dominante,

- I — RECONSTRUÇÃO
 - II — EXPANSÃO
 - III — TRANSFORMAÇÃO
- CRIADORA: A CRIAÇÃO DO MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO

Claro, nas três etapas houve, em maior ou menor escala, reconstrução, expansão e transformação. O que se destaca aqui é a nota marcante. Evoluiu-se de um estágio notadamente de reconstrução e recuperação, a partir de meados de 1964 — através do ataque frontal à inflação, das medidas de estímulo à poupança e aos investimentos, da correção de distorções brutais, no sistema de mercado — para o de crescimento acelerado, a partir de 1967, com Indústria e Agricultura apresentando, estávelmente, altos índices de expansão; e para o de auto-sustentação do processo e de incorporação de novas dimensões, principalmente no campo regional e social, em particular a partir de 1970.

Segundo tôdas as indicações, o Brasil já conseguiu o resultado excepcional de escapar à semi-estagnação de meados dos anos 60. O crescimento de 9,5% experimentado pelo PIB em 1970 não é conquista efêmera, mas desempenho que podemos consolidar e ultrapassar nos próximos anos. É chegado, agora, o momento de

partir para a tarefa maior de realizar, em tôdas as suas dimensões, um *modelo brasileiro de desenvolvimento*.

O Modelo Brasileiro

Esse modelo significa a maneira brasileira de organizar o Estado e construir as instituições para criar, no país, uma economia moderna, competitiva e dinâmica, que mostre a viabilidade de desenvolver o Brasil com apoio na empresa privada. E para realizar a democracia econômica, social, racial e política.

O *modelo brasileiro de desenvolvimento* deve atender a alguns requisitos essenciais.

Primeiro, deve ser capaz de incorporar os instrumentos do chamado "capitalismo moderno" que permitiram converter as economias ocidentais, do fracasso dos anos 30, na poderosa fábrica de prosperidade característica do pós-guerra, através de tais transformações que já se põs em dúvida a validade de continuar a falar em "sistema capitalista".

Tais instrumentos dizem respeito, principalmente, às seguintes transformações recentes, segundo assinala Andrew Shonfield, em seu "Capitalismo Moderno":

— Influência crescente do Governo na gestão do sistema econômico, com expansão dos seus investimentos e da sua capacidade de regulação.

— Preocupação com o bem-estar social, com aumento rápido dos dispêndios em assistência, previdência e desenvolvimento sociais.

— "Domesticação" da competição, no setor privado, com aumento dos controles e do grau de regulação.

— Convicção generalizada, no Governo e na população, de que cada ano deverá trazer para o cidadão médio um aumento do nível de renda e do padrão de bem-estar.

— Atitude generalizada, na empresa privada e nos órgãos do Governo, em favor da coerência e racionalização das decisões, com preocupação manifesta de planejamento de longo prazo.

— Repercussão dos métodos novos de gestão do sistema capitalista sobre as idéias e a prática da democracia parlamentar tradicional.

É fácil perceber que o Brasil tem estado atento a tais mudanças. E vem procurando, com flexibilidade e criatividade, dotar o seu modelo econômico de mercado de dimensões que permitam realizar o equilíbrio entre o setor público e setor privado, com fortalecimento da empresa nacional; e disseminar os frutos do progresso econômico, com ampla política de integração social.

O *segundo* requisito é a necessidade de criar uma economia para os anos 70, representando o advento, no Brasil, da sociedade industrial, com a conseqüente importância da criação do mercado de massa. E preparando o país para enfrentar a competição econômica e tecnológica moderna, que demanda uma forte estrutura integrada de Educação, Ciência-Tecnologia e Indústria. O desenvolvimento tecnológico e indus-

trial deverá fazer-se presente em todos os setores, seja quanto à Agricultura, Comunicações, Energia, Transportes e até mesmo Educação.

Peter Drucker, em sua "Era de Descontinuidade", fala das descontinuidades que se deverão acentuar, nos próximos anos, alterando a estrutura e o sentido da economia, da nação e da sociedade. Tais descontinuidades se prenunciam, notadamente, nas seguintes áreas:

1) No surgimento de *tecnologias realmente novas* baseadas nas descobertas do conhecimento dos primeiros cinquenta ou sessenta anos deste século: a física quântica, a compreensão da estrutura do átomo, a bioquímica, a psicologia e a lógica simbólica. Grandes indústrias novas, em sucessão umas às outras, e novos tipos de grandes empresas tenderão a tornar obsoletas as grandes indústrias e empreendimentos atualmente existentes.

2) *Nas modificações rápidas que estão ocorrendo na matriz política da vida social e econômica.*

As grandes instituições responsáveis pelas diferentes tarefas na nossa sociedade pluralista — Governo, Empresa, Universidade, Igreja — vêm sendo contestadas, em maior ou menor escala. As instituições que mais eficientemente se renovarem têm muito maior chance de preservar e ampliar sua área de atribuição. Nova realidade sócio-política irá manifestar-se.

3) No fato de que o *conhecimento, nas últimas décadas, tornou-se o capital principal, o determinante essencial do custo e o recurso crucial da economia.*

Como, em conseqüência, ficam alterados os critérios de vantagens comparativas entre os países e as produtividades marginais dos diferentes fatores de produção (trabalho, terra, capital físico, progresso tecnológico), também se modificam as prioridades da política de desenvolvimento.

Ressalte-se, por outro lado, a tendência à pluralização, na sociedade, das fontes de transmissão do conhecimento, em comparação com o passado, quando a escola era a fonte de ensino por excelência. E, em sentido contrário, a tendência à rápida obsolescência das técnicas e conhecimentos adquiridos, significando a necessidade periódica de sua atualização e, freqüentemente, de retorno à escola.

Dai a necessidade de pensar-se, não apenas em uma política de educação para o desenvolvimento, segundo o "slogan" tão conhecido mas também em uma "política de conhecimento", que possibilite a educação permanente e que institucionalize a permanente abertura de canais entre a educação, a empresa e o Governo.

O terceiro requisito do modelo brasileiro diz respeito a uma estratégia de desenvolvimento que permita ao Brasil tirar melhor proveito dos fatores básicos, dos "trunfos" de que dispõe, no atual estágio. Tais "trunfos" são: a sua *dimensão continental*, que pode

ser utilizada de forma racional para permitir ao país crescer rapidamente para dentro de si mesmo, pela associação da terra com a mão-de-obra abundante, poupando-se o fator escasso, o capital, dentro de uma concepção de *grande espaço nacional* que faz sentido econômica, social e politicamente; a sua *população*, nos atuais 93 milhões de habitantes, constituindo um reservatório de recursos humanos cuja produtividade poderá ser consideravelmente elevada, através da sua qualificação em diferentes níveis e da alternativa de que os excedentes populacionais de certas áreas se engajem na expansão da fronteira econômica, em projetos bem definidos e dentro da agricultura de mercado; e a experiência de *desenvolvimento do núcleo básico do Centro-Sul*, realizada no pós-guerra, e que hoje está resultando num processo de expansão integrada de Agricultura, Indústria e estrutura urbana de serviços.

O quarto requisito refere-se à importância de um regime de equilíbrio entre a União e os Estados, de forma análoga ao equilíbrio entre Governo e setor privado, ambos essenciais à viabilidade da experiência brasileira.

O equilíbrio entre União e Estados, dando ênfase ao *federalismo de integração* mais conforme à realidade da tradição brasileira e ao imperativo da maior eficiência da operação do setor público, significa a prevalência do interesse nacional, em confronto com interesses regionais e estaduais, com a indispensável contrapartida da oportunidade de desenvol-

vimento às várias regiões e aos diferentes Estados. Interesse nacional que, certamente, favorece a posição relativa das regiões-problema e dos Estados mais pobres, que tenderiam ao esvaziamento sem a atuação moderadora e de fomento do Governo Federal.

A União define a estratégia e as prioridades nacionais, tomando a iniciativa de propor uma divisão de trabalho com os Estados, nos principais setores, a qual importa em transferência, para os Estados, da execução de obras de sentido local, e assegura a integração de ações conjugadas, sem duplicações e sem vazios flagrantes. Para efetivação da divisa de trabalho estabelecida, a União realiza convênios e usa os instrumentos fiscais e financeiros ao seu alcance, além da função reguladora que a Constituição lhe atribui, respeitada a autonomia das unidades federativas. Os Estados, por sua vez, tenderiam a ficar responsáveis pela atuação integrada em relação aos municípios.

A verdade é que aquela federação de cooperação já se manifesta na prática habitual das relações econômicas entre as esferas de governo, com a atuação marcante da União no desenvolvimento regional do Nordeste, da Amazônia e de muitas micro-regiões, e com participação dos Estados e Municípios na receita dos principais tributos da União. Para intensificá-la, está-se promovendo a articulação entre planos nacionais e estaduais, a compatibilização das respectivas políticas fiscais e a conjugação da atuação do BNDE com os Ban-

cos regionais e estaduais de desenvolvimento, sistematicamente.

O quinto requisito é a construção das instituições políticas para efetivação de um processo nacional de desenvolvimento político auto-sustentável, que, ao invés da "democracia doente" dos Idos de 63, conduza o país à democracia autêntica.

O sexto requisito consiste na preservação dos valores humanos e culturais da sociedade brasileira. Em dar forma racional e elaborada à visão do mundo e à ordem de valores que a consciência nacional reconhece, pois, como é sabido, sociedade e cultura não se importam, ou não se importam impunemente.

A preservação do caráter nacional brasileiro refere-se, de um lado, à realidade maior da criação de uma sociedade industrial nos trópicos.

O que o Japão de hoje mostra é que se pode construir uma sociedade industrial em qualquer lugar, e até mesmo quase sem lugar. Na verdade, não há nenhum determinismo no fato de que certas sociedades tendem ao desenvolvimento e outras são menos capazes de realizá-lo. O que sabemos, hoje, é que os fatores do desenvolvimento e, mesmo, do simples crescimento econômico, não são fatores predominantemente raciais; nem predominantemente religiosos (na antiga discussão sobre protestantismo e catolicismo nas origens do capitalismo); nem predominantemente ecológicos, em termos de trópicos e regiões temperadas; nem predominantemente históricos, no

sentido de que os que saem a frente necessariamente ganham a corrida; nem predominantemente econômico-tecnológicos, em termos de dimensão das empresas, do poder financeiro e da disponibilidade de técnicos.

São, sim, predominantemente culturais, no sentido das atitudes sociais em face do desenvolvimento, da capacidade de aplicação do conhecimento à solução de problemas concretos, da capacidade de agir segundo grandes prioridades, da existência de instituições econômicas, sociais e políticas que valorizem o trabalho e a eficiência e que, em síntese, conduzam à sociedade progressista e aberta.

Com maior ou menor esforço, todas as sociedades são capazes de assimilar tais fatores. E a consciência da significação destes pode levar a um esforço coletivo, como decisão política nacional, de acentuar e consolidar as tendências favoráveis ao desenvolvimento com liberdade.

O Brasil foi ufanista e, logo após, pessimista, com Paulo Prado, que se escandalizou com os traços de cobiça e luxúria na formação dos colonizadores, sem perceber que a conquista territorial e a fusão racial deles também resultavam. O Brasil descobriu o sertão com Euclides e o pragmatismo com Alberto Torres, que tanto se insurgiu contra a alienação e irrealismo das instituições e dos homens, no país, dos quais resulta um "estado de desencanto, de ignorância e de conflito, entre a terra e seus habitantes, entre as raças e o meio cósmico, e entre as raças, o meio, as insti-

tuições, os costumes e as idéias". Descobriu, com Gilberto Freyre, que a "vergonha nacional" da mestiçagem era, em verdade, motivo de orgulho e singularizava a aventura brasileira no mundo. E descobriu, finalmente, com o aprendizado de desenvolvimento dos anos 50 e 60, a noção do próprio valor.

Em outra ordem de idéias, a preservação do caráter nacional brasileiro liga-se às dimensões representadas pela democracia racial e pela democracia social.

No primeiro aspecto, não me parecem válidas as denúncias de alguns sociólogos, quanto ao "mito" da democracia racial brasileira, com base em verificações empíricas sobre a "hegemonia da raça branca". O que importa é ser válido, nas condições brasileiras, tomar a democracia racial como objetivo da ação política nacional, a partir mesmo da posição do brasileiro médio, de hostilidade a qualquer purismo racial.

No segundo aspecto, é importante o uso que se vem fazendo das políticas sociais — Educação, Habitação, Integração Social — para melhorar a distribuição da renda e da riqueza nacionais e acentuar a já ampla mobilidade social existente. De outro lado, é importante valorizar as instituições típicas da democracia social brasileira: a praia, a missa, o cinema, o futebol. O futebol cuja soberania nos desportos é assinalada por sua exclusividade e por sua universalidade. E que, como já se observou, "é a racionalização do jeito, a sua transformação em instituição, a sua oficialização,

colocando-o dentro de um quadro mais amplo". Esse quadro mais amplo pode alcançar a concepção do planejamento, quando se assinala que o estilo brasileiro de futebol constitui a síntese do sentido de equipe com a liberdade criadora.

Missão do Brasil

No dinamismo revelado pela economia brasileira recentemente, o país cresceu extraordinariamente para dentro de si próprio e cresceu também pela maior integração na economia internacional. A nação pode, hoje, olhar para o futuro com mais confiança do que em qualquer fase anterior de sua história. Em razão, principalmente, do seu sucesso no campo econômico e social, observa-se, entre líderes políticos de outros países e, notadamente, entre os grandes investidores internacionais a descoberta de algo novo em torno do Brasil.

De um lado, o titular de uma das mais importantes empresas internacionais assinala: "O Brasil de hoje é um país que nenhum investidor consciente pode ignorar." De outro lado, um senador americano, que não pode ser acusado de simpatia em relação ao atual Governo Brasileiro, comenta: "O recente desenvolvimento econômico do Brasil, suas dimensões e seus recursos naturais, convertem-no numa potência mundial em perspectiva, ou, pelo menos, numa potência continental."

A verdade é que o Brasil está chegando a essa posição de liderança continental inconscien-

tamente e, como se tem reconhecido no Exterior, num processo "nem mesmo remotamente expansionista". Segundo já se observou, aquêle resultado decorre, apenas, de um desenvolvimento autêntico e bem sucedido.

No curso de tal processo, a partir da Revolução, o Brasil sôbe aumentar o grau de autonomia de suas decisões, pela capacidade de conduzir o desenvolvimento como tarefa, primordialmente, da sociedade brasileira, e pela maior independência resultante do esforço próprio de expandir exportações, da acumulação de reservas, do clima geral favorá-

vel ao investimento, nacional ou estrangeiro. Esse maior grau de autonomia deverá permitir-lhe, progressivamente, desincumbir-se melhor de seu papel, como experiência a ser considerada. Papel que ressalta a viabilidade do desenvolvimento, nos trópicos, de uma nação continental de raiz latina; a viabilidade do crescimento com base na economia de mercado, ou seja, no equilíbrio entre poder público e empresa privada; a solidariedade com as demais nações latinas do continente, em defesa de interesses comuns nas relações com o mundo desenvolvido.

A boa disciplina está intimamente aliada à lealdade. Pode ser definida como a condição mental que leva indivíduos ou grupos a aceitarem espontaneamente a autoridade e a supervisão do chefe.

CAPITULO IV

DOS REPRESENTANTES

Art. 86 — Em cada Corpo de Tropa, Quartel-General, Repartição ou Estabelecimento Militar, haverá um representante da Revista, escolhido entre os assinantes ou associados.

Art. 87 — São deveres dos representantes:

- a) servir, em todos os atos, de intermediário entre a Revista e os assinantes;
- b) angariar assinantes, trazer a Administração informada sôbre o movimento das assinaturas e a ela enviar semestralmente uma relação nominal dos oficiais prontos, no corpo, repartição, etc.;
- c) distribuir prontamente os números recebidos, devendo logo reclamar à Administração sôbre quaisquer irregularidades do recebimento da Revista;
- d) enviar ao Diretor-Secretário os trabalhos dos colaboradores, e bem assim as sugestões ou reclamações provocadas pelos artigos publicados;
- e) receber as importâncias das assinaturas e remetê-las ao Diretor Administrativo, deduzidas as despesas indispensáveis à execução desse serviço;
- f) providenciar, quando tiver de deixar as suas funções, sôbre quem o deve substituir, e entregar ao seu substituto todos os documentos relativos à Revista, de tudo dando conhecimento à Administração;
- g) remeter diretamente à Administração tôdas as quantias pertencentes à Revista e que se acharem em seu poder, quando tiver de passar a outrem as suas funções.

(Do Estatuto de A DEFESA NACIONAL.)

A ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAÉREA NA AMAZÔNIA

Ten Cel Art QEMA
EINAR WALTER BERG

1. a. Já lá se vão mais de cinco anos quando ouvi as seguintes palavras proferidas por um ex-comandante do antigo GEF:

"... uma das nossas missões é barrar as vias de acesso que aqui, obrigatoriamente, são os rios, mas não temos meios para cumpri-la. Canhoneiras de outras nacionalidades singram estas águas livremente e nada poderíamos fazer para impedi-lo, se para isto recebéssemos ordens..."

Estas palavras martelaram meus ouvidos, e, até certo ponto, me surpreenderam, pois víamos, diversos companheiros da ECEME, uma solução extremamente simples para o problema: unidades ou subunidades de Artilharia de Costa, distribuídas ao longo da calha principal do grande rio, em pontos como Óbidos, Manaus, Manacapuru, Tabatinga, ou outros, que um reconhecimento detalhado recomendaria, teriam condições de barrar as vias de acesso.

b. A afirmativa acima, à primeira vista, poderá parecer irrefletida ou ditada pelo espírito de arma, mas, após uma análise que faremos mais adiante, ela parecerá o que é: uma solução simples, de fácil execução e que, praticamente, não exige despesas.

1) Bastará, para um mínimo desejável, a reativação do forte de Óbidos, a reativação da 1^a/3^o GACosM de Recife e sua transferência e instalação em Tabatinga. Estas duas Baterias seriam dotadas de Canhão Vickers-Armstrong 152,4 mm, de canhões Au Anti-Aéreos 40 mm (4), de projetores (2) e, de um radar. É material de que dispomos não precisa ser adquirido, é de fácil transporte e instalação.

O canhão Vickers-Armstrong 152,4 mm é um material de grande precisão, campo de tiro horizontal 360°, alcance 18 km.

O canhão Au AAé 40 mm: grande cadência de tiro, alcance máximo vertical 6,7 km, alcance máximo horizontal 11 km, particularmente apto para o tiro contra embarcações leves.

O Projetor Sperry
alcance máximo 12 km.

O Radar de vigilância do tipo AN/TPS 1D — alcance máximo 190 milhas, para vigilância aérea, podendo servir como radar de tiro contra alvos de superfície, em determinadas situações (ver 2. b.) ou radar de tiro Mark-7.

Os aquartelamentos já existentes em Tabatinga e Óbidos, talvez

valor ponderável poderão atingir Manaus. A primeira via será barrada em Obidos, ou mais para Este até o delta. A segunda via será barrada em Tabatinga, ou mais para Este, no máximo em Manacapuru.

b. Analisemos agora as possibilidades do armamento proposto para as baterias, com vistas à missão de *barrar as vias de acesso* — rios — face ao inimigo que por elas possa penetrar.

1) Considerando que o movimento pelo interior da selva é impossível, exceto para pequenos grupos a pé (*), temos de admitir forçosamente que — qualquer posição defensiva ribeirinha não poderá ser desbordada ou atacada por terra, por frôças de valor respeitável.

Portanto somente poderá ser atacada pelo rio por vasos de guerra ou meios anfíbios. Os meios anfíbios não possuem armamento potente e são alvos extremamente vulneráveis, principalmente para os Can Au AAé 40 mm. Restam os vasos de guerra. Face às características da rede navegável vistas no item "a", acima, podemos deduzir que somente pelos rios Amazonas-Solimões poderão entrar para o interior de

nosso território, vasos de guerra dotados de armamento mais potente e de maior alcance do que o dos canhões Vickers-Armstrong (18 km) (**).

Surge agora a pergunta: Para que levar para as margens do rio Amazonas os *mesmos canhões* tidos como obsoletos para a defesa da nossa costa marítima, face ao armamento dos modernos vasos de guerra, se estes também lá podem operar?

Veremos como esta situação de inferioridade quanto ao alcance, pouco ou nada influirá em vista das condições desfavoráveis que uma nave de guerra terá de enfrentar para operar no rio Amazonas.

O vaso de guerra, quanto mais poderoso seu armamento, maiores são suas dimensões, e, em consequência, maior seu calado. Quanto maior seu calado, mais restritos ficarão seus movimentos ao talvegue do rio, perdendo assim sua capacidade de manobrar, pois estará sob o risco constante de se ver encalhado, principalmente nas épocas de vazante. Para a utilização de seu armamento a distâncias maiores do que 18 km, isto é, além do alcance dos canhões Vickers-Armstrong, é necessário de radar de tiro e, na falta

(*) Não consideramos as ações tipo operações especiais ou "comando", pois contra elas ainda a melhor defesa é uma severa vigilância combinada com um sistema de minas e armadilhas, fácil de ser instalada na selva. Mesmo se considerarmos a possibilidade de infiltração de efetivos de valor Btl, esta força terá consideravelmente reduzido seu poder de combate pela impossibilidade de transportar armas pesadas e suprimentos pelo interior da selva.

(**) Pelo rio Japurá, no período das cheias, poderão penetrar embarcações com características e possibilidades no máximo semelhantes às das corvetas da Flotilha do Amazonas; Canhão com calibre inferior a 100 mm e de ordem de 10 km de alcance.

dêste, da observação aérea para a realização de um tiro eficaz, pois:

- não existem cartas da região com a precisão e nas escalas adequadas ao tiro;
- a observação direta do navio àquelas distâncias, quando não impedida pelos inúmeros meandros do rio e pela vegetação, somente sob condições excepcionais seria possível, mas a ajustagem do tiro ainda seria difficilima.

O radar de tiro da nave, poderá ser neutralizado facilmente por contramedidas eletrônicas, caso a própria vegetação não o faça. Sua tela será saturada por falsos alvos previamente colocados ao longo do rio.

Para a observação aérea do tiro o navio de guerra teria de empregar helicópteros ou aviões leves. Estas aeronaves, entretanto, não poderão cumprir sua missão satisfatoriamente, pois terão de se manter fora do alcance dos Can Au AAé 40 mm, para os quais se constituem em alvos extremamente vulneráveis.

Caso a embarcação inimiga, na tentativa de eliminar os inconvenientes acima expostos, aproximar-se do forte, os canhões dêste terão prontos os dados para o desencadeamento imediato de tiros sobre qualquer ponto dentro do seu alcance. A nave inimiga neste duelo a distâncias menores ficará em desvantagem, suas possibilidades de manobrar em evasivas, se as houver, serão conhecidas pelos defensores e difficéis de realizar. Com uma rede de ob-

servatórios e de alvos auxiliares judiciosamente montada ao longo do rio, qualquer tiro contra a nave poderá ser observado, mesmo à noite e, se necessário, com o auxilio dos projetores.

O radar de vigilância de que cada bateria seria dotada para assinalar a presença de alvos aéreos, poderia ser também utilizado para determinar a localização de alvos de superfície, sob condições de má visibilidade. Há situações em que muito fácil é determinar a posição exata de uma embarcação com somente um dado fornecido pelo radar: o *azimute*, desde que se tenham levantados e locados em uma prancheta, o rio com todos seus meandros, sua profundidade e largura e a posição dos observatórios e alvos auxiliares.

3. Com o que acabamos de expor, acreditamos ter apontado uma linha de ação segura para cumprir a missão de "barrar as vias de acesso para o interior da Amazônia", ainda que o inimigo se apresente com modernos vasos de guerra.

Esta missão para ser cumprida exclusivamente pela Marinha e Força Aérea, por meio de um patrulhamento intensivo, exigiria enorme gama de meios e seria altamente dispendiosa.

A solução proposta nos parece extremamente simples, barata, de rápida e imediata execução. Como vantagens complementares da instalação das Bias de Art nos molhes e locais propostos podemos alinhar:

- as Bias Art poderão constituir-se em pontos de apoio

para a Marinha, FAB e para atividades como as da Operação Rondon;

- estas Bías dotadas de canhões Au AAé e de radares serão o núcleo de um futuro sistema de defesa aérea de toda a região.

Os radares já em tempo de paz poderão ser usados na vigilância de enorme espaço aéreo para a interceptação de aviões contrabandistas, para auxílio à navegação aérea e operações de socorro.

- a Arma de Artilharia estará representada na região amazônica contribuindo de maneira efetiva para sua segurança e desenvolvimento;
- e, finalmente, a sensação de segurança que proporciona a certeza de *podermos impedir a livre navegação no Rio Mar*, quando isto nos convier, quando o desejarmos, ou quando necessário, caracterizando, desta maneira, ainda mais a *espontaneidade* da concessão feita pelo Brasil a outros países.

Pensar é uma arte cujos suportes vão ser encontrados na filosofia, na psicologia e na lógica.



OSÓRIO

MUCIO TEIXEIRA

PÁTRIA:

"É mister levantar um monumento a Osório
— O mais insigne de nossos Generais —
Um monumento enorme, assim como o zimbório

Gótico das amplas catedrais :

Bem o podes talhar ao molde de seu nome,
Que todos veneramos e o tempo não consome,
E se faltar material bastante
Para, na praça, erigir-lhe a estátua,
Grande e digna dêsse herói gigante,
Não vás grinaldas enastrar de flôres
Nem às estrêlas mendigar fulgores...

— Temos na terra o que não há no céu :

Apanha as armas que a seus pés tombaram
E ajunta as granadas que os canhões lançaram,
Lá na Província onde êsse herói nasceu !
Desentranha, ó Pátria, do chão do pampa
E colhe os ossos dos titãs-soldados
E então de sabres e canhões e balas,
Lanças partidas, pavilhões rasgados,
Levanta o alto pedestal da estátua,
Que irá das brumas se perder no espaço...
E, assim, aos pósteros mostrarás seu vulto
E ao mundo inteiro imporás seu culto !"

ANALISE DO PROCESSO EVOLUTIVO DA ARMA DE ENGENHARIA

Conferência proferida pelo
Ten Cel Eng QEMA VIRGILIO DA VEIGA
nas comemorações do Dia da Engenharia
(Cachoeira do Sul, 13/4/71)

I — INTRODUÇÃO

No princípio as guerras se faziam pela força e pela astúcia.

A partir do momento em que a técnica passou a intervir no combate, começou a ser sentida a presença da Engenharia nos campos de batalha. Daí em diante o Engenheiro assumiu a responsabilidade direta pelo processo evolutivo das guerras, porque d'ele depende o aperfeiçoamento dos meios de combate, a aplicação do progresso da ciência e da técnica no campo militar.

A Engenharia nasceu portanto nos trabalhos de laboratório, suas atividades foram absorvidas do campo civil, e das escolas civis saíram os quadros iniciais de sua oficialidade. Diferentemente da Infantaria e da Cavalaria, que nasceram lutando nos campos de batalha, a Engenharia foi primeiro Serviço, antes de ser aceita como Arma.

Essa circunstância, nem sempre considerada na análise de sua evolução, tem criado reflexos de procedimentos e de apreciação. Todo Engenheiro é, no fundo, um técnico, um pesquisador, olhos voltados para horizontes não restritos ao campo militar, trazendo, da origem de sua formação, uma filosofia profissional mais aberta e menos convencional, do ponto de vista militar.

Tal característica de sua personalidade, que não lhe tira as qualidades mais representativas do combatente nas horas precisas, aliada à sua origem como Serviço e à própria natureza do seu trabalho no campo de luta, tem criado distorções na apreciação de sua conduta. Por esse motivo, o Engenheiro vive numa constante crise de afirmação, hora fazendo prevalecer sua personalidade de técnico e pesquisador, hora tentando impor-se como combatente. Arma e Serviço ao mesmo tempo, a Engenharia se confunde, na ânsia de querer cumprir, com perfeição, missões convergentes mas distintas.

Essas considerações iniciais julgamos imprescindíveis para a Análise do Processo Evolutivo da Arma de Engenharia no Exército Brasileiro, tema proposto para esta conferência.

II — EVOLUÇÃO DA ARMA DE ENGENHARIA

A Engenharia surgiu, como Arma, no Exército Brasileiro, em 4 de janeiro de 1908, através da Lei n.º 1.860 dessa data, que regulava a reorganização do Exército, após a Proclamação da República. Era um dever de justiça que atendia aos reclamos de modernização de uma instituição que assumira a paternidade de implantar no País um novo sistema de governo.

A simples promulgação de uma lei, entretanto, cria uma personalidade jurídica, mas não regula suas reações. Estas estão diretamente vinculadas às suas raízes, a uma personalidade de base, que se vai moldar à nova situação.

É preciso buscar essas raízes, saber de sua história para entender as reações.

As raízes da nossa Engenharia Militar encontram-se na Engenharia do Exército Português, da qual descende e com a qual mantém uma continuidade histórica facilmente constatada.

Não se pode dizer a partir de quando ela surgiu no Exército Português, mas a sua importância começou a ser sentida como decorrência das necessidades impostas pela Guerra de Sítio — os trabalhos de fortificações se tornaram vitais à sobrevivência dos Exércitos e à Engenharia foi entregue a responsabilidade de executá-los. Era o primeiro grande desafio que se fazia à capacidade intelectual do Engenheiro e que seria, daí em diante, a tônica de suas solicitações. Sem uma formação técnica específica, adaptaram-se as arquiteturas civil e religiosa às necessidades militares, à medida que as experiências se acumulavam e até que o ensino de Fortificações passasse a se constituir em cadeira didática e fôsse criada a Academia Real de Fortificações.

Era o embrião de uma nova influência no campo militar, constituído por um grupo de técnicos preocupado, particularmente com os problemas da defesa.

Da natureza do seu trabalho, surgiu o nosso símbolo, o "castelo lendário da Arma azul turquesa", da nossa canção e da nossa vibração profissional.

Quando a guerra de sítio cedeu lugar ao combate de encontro e à perseguição, as necessidades de movimento criaram novas responsabilidades para a Engenharia. E outra vez a Engenharia Civil vem ao seu encontro e a orienta, até que as experiências acumuladas determinem a criação das Cias de Barcos, de Mineiros e de Sapadores, dando uma dimensão militar à solução dos problemas de Engenharia ligados ao ataque e à defesa.

É o início da gestação de um novo instrumento de trabalho no campo militar cujo valor vai crescer a cada dia e cuja autonomia vai ser conquistada a partir do momento em que se criam as grandes unidades, desvinculando-se da Artilharia e da Infantaria, a que estava ligado, por força da organização vigente no Exército Português.

Em 1787 é criado o Real Corpo de Engenheiros. Absorvem-se os oficiais da Academia de Fortificações, os especialistas disseminados por todo o Exército Português e se regulamenta o que viria a ser a "Arma de Engenharia".

Do regulamento do Real Corpo de Engenharia, vale a pena destacar:

Seu emprêgo:

- em serviço ativo, quando em campanha de guerra
- em serviço de residência, quando em tempo de paz

Suas missões gerais:

- fortificações permanentes e de campanha
- trabalhos relativos ao ataque e à defesa de praças, postos destacados, ou qualquer entrincheiramento
- construção, vigilância e reparação de pontes militares
- reconhecimento das fronteiras e províncias
- levantamento de plantas, cartas geográficas e topográficas
- configuração de desenhos, projetos, planos e memórias militares
- "tudo quanto possa ter uma imediata analogia com os princípios e conhecimentos próprios dos oficiais de Engenharia"

E mais:

- construção de pontes, abertura de estradas, barras e canais
- arquivo militar
- desenhos e trabalhos de gabinete

Sua organização:

- um estado-maior
- um grupo de oficiais efetivos
- um corpo formado pelo Batalhão de Artífices Engenheiros a três Cias:
 - Cia de Artífices Engenheiros
 - Cia de Artífices Pontoneiros
 - Cia de Artífices Sapadores

Foi com essa estrutura que os portugueses deixaram no Brasil a sua Engenharia Militar, que tantos serviços prestou à colônia, particularmente na organização de sua defesa, contra as tentativas de conquista por outras nações de ultramar.

E foram essa estrutura, êsses encargos e essa personalidade que a Engenharia do Exército Brasileiro herdou.

Vale a pena destacar dessa herança:

- a vinculação da Engenharia Militar à Engenharia Civil, em busca do "know how" para suas ações.
- o aproveitamento da capacidade ociosa da Engenharia, em tempo de paz, aplicado a obras ligadas ao desenvolvimento e à segurança interna.
- a responsabilidade atribuída à Arma de tôdas as inovações que ocorram no campo da técnica aplicada ao campo militar,

cada uma delas estimulando o Engenheiro ao culto da Tecnologia, cujos frutos, que poderiam, se bem aproveitados, reverter em benefício do desenvolvimento do Exército, por injunções diversas, acabam por desentá-lo e conduzi-lo à marginalização.

O processo evolutivo da Arma vai assim submeter-se às flutuações das tendências vigorantes nas frequentes reformas de organização por que tem passado, desde a sua criação, ora incentivando-se a tecnocracia, ora enfatizando-se a aptidão para o combate, sem que, até hoje, se tenha chegado a um denominador que atenda efetivamente aos interesses da Arma.

O Batalhão de Engenheiros, criado em 1855, era uma cópia do Real Corpo de Engenheiros e resultou da reunião de oficiais técnicos das Armas, para nêle servirem em comissão. Vinculado aos Corpos de Artilharia, as missões que lhe foram atribuídas e cuja importância era inegável, decorreram quase tôdas das necessidades administrativas do tempo de paz.

Sem tradições militares e com um quadro de oficiais mais técnicos que combatentes, só conseguiu impor-se às outras Armas durante a Campanha do Paraguai, onde, por suas ações, contribuiu de modo decisivo para o êxito do Exército Imperial — a travessia do Paraná e do Chaco e o levantamento topográfico do teatro de operações, valem como um símbolo de sua cooperação para a vitória das cores nacionais e servem para atestar que, ao Engenheiro não é vedado ser forte, ser bravo, ser herói.

"Seu emprêgo era feito para todos os momentos e para todos os fins. Jamais permaneceu em reserva durante tôda a campanha, dêle se exigindo tanto a técnica como a capacidade combativa, sendo-lhe ainda atribuídos os encargos de atenuar ou suprir as deficiências dos serviços, no transporte de munição, de feridos e da própria artilharia."

Descobri-se dêste modo a versatilidade de uma trepa que, em nenhum momento, deixou de compensar sua deficiência de meios com a força de seu trabalho, do seu engenho e da sua vontade.

Terminada a guerra, porém, com a desativação do Exército de Campanha, volta a Engenharia a se ocupar de atividades administrativas. As

instalações para a tropa e a demarcação das nossas fronteiras, particularmente absorvem e consomem seus impulsos guerreiros revelados, com tanto vigor, durante a campanha do Paraguai.

Até a Proclamação da República, nenhuma modificação foi introduzida na sua estrutura no sentido de desestimular a tendência tecnocrata. Regulamenta-se a Diretoria de Obras, absorvendo o Arquivo Militar e incorporando algumas das atribuições do atual Serviço Geográfico e tôdas as da extinta Diretoria de Engenharia, enquanto se atribuem aos Batalhões de Engenheiros, então criados, missões de construção de ferrovias e de lançamento de linhas telegráficas, com a criação de companhias orgânicas de Estrada de Ferro e de Telégrafo.

A Lei n.º 1.860, de 4 de janeiro de 1908, que cria a Arma de Engenharia, pouco acrescentou a essa organização. Os cinco Batalhões de Engenharia criados mantiveram-se a quatro companhias: duas de sapadores, uma de pontoneiros e uma de telégrafo e estrada de ferro.

Em 1919 o 2.º Batalhão de Engenheiros é transformado em 1.º Batalhão Ferroviário e, com êle, nasce um nôvo tipo de motivação, que vai orientar, daí em diante, todo o processo evolutivo da Arma.

Em 1935 modificações profundas são introduzidas na estrutura da Arma. Visando mais a facilitar a administração e a instrução em tempo de paz, reúnem-se as especialidades, para a organização de unidades homogêneas e independentes. Criam-se unidades e subunidades de transmissões, de pontoneiros e de sapadores (estas, empregadas, de preferência, na construção e reparação de estradas e transformadas posteriormente em Batalhões Rodoviários), ao mesmo tempo que se organiza o 2.º Batalhão Ferroviário, criado por decreto de 24 de maio de 1934.

"Na prática, os resultados não foram compensadores. A Arma não foi aumentada, nem melhorada, nem melhor aparelhada, como estavam a exigir o progresso de sua técnica e o aumento de sua importância na guerra. Confundia-se mais uma vez a Engenharia destinada aos trabalhos da área de retaguarda, facilmente recrutada na técnica civil, com a Engenharia de Campanha, que requer uma formação idêntica à das outras Armas combatentes e que não pode ser improvisada", reforçando-se assim uma concepção de desenvolvimento vigorante até os nossos dias.

O advento da 2.ª Guerra Mundial força o ressurgimento do espírito combatente da Arma. Os Batalhões de Engenharia são reorganizados para atender às necessidades da guerra moderna e o atual 9.º BECmb repete, nos campos da Itália, as glórias de Vilagran Cabrita e Conrado Bittencourt.

Finda a guerra, as atenções se voltam novamente para as missões de construção.

Em 1954 são criados os Batalhões Rodo e Ferroviários do Nordeste e, logo após, em 1955, o 1.º Grupamento de Engenharia de Construção para coordená-los. Os Batalhões se transformam em Batalhões de Construção e passam a cooperar de forma decisiva nas obras contra as sêcas,

inaugurando no Nordeste um trabalho grandioso, onde o exemplo de honestidade e de dedicação constituem seu ponto alto.

Em 1959 é criada a Arma de Comunicações, aliviando-se a Engenharia de suprir as necessidades de ligação dos grandes comandos, que, durante anos, a sobrecarregaram.

A partir de 1964, finalmente, a Engenharia de Construção é lançada na grande batalha de integração da Amazônia. E hoje o panorama da Arma nos oferece o seguinte quadro: Onze Batalhões de Construção e Nove Batalhões de Combate.

III — SÍNTESE

Dois pólos de atração continuam comandando a evolução da Engenharia: um atende mais diretamente a vocação de técnico e pesquisador do Engenheiro e o empolga pela objetividade do seu trabalho, pela oportunidade que lhe dá de contribuir mais diretamente para o desenvolvimento econômico e social do País: outro que lhe enseja manifestar, de forma mais positiva, a fidelidade ao espírito militar tradicional.

O primeiro é representado, particularmente, pelas Unidades de Construção; o segundo, pelas Unidades de Combate. E o crescimento da Arma que se subordina, como o do próprio Exército, às flutuações conjunturais do País, desenvolve-se de maneira cíclica: em tempo de guerra ou na sua iminência, a Engenharia de Combate cresce e se impõe; em tempo de paz, a Engenharia de Construção assume maior relevância.

Nos períodos de crise da Engenharia de Combate, o Engenheiro encontra, na Engenharia de Construção, a resposta para os seus anseios de produzir. Essa circunstância que lhe dá, sob o ponto de vista psicológico, uma certa vantagem em relação às Armas irmãs, em verdade não corresponde aos interesses da Arma. A criação de novas Unidades de Construção, além de estimular a interiorização dos Quartéis, com o ônus de sacrifício que impõe à família e à própria carreira do Engenheiro, em termos de oportunidades para o aperfeiçoamento militar, não tem importado no correspondente aumento de efetivos e a dispersão dos meios para atender a necessidades cada vez maiores.

A formação da nova geração da AMAN, incentivada em seu espírito guerreiro pela conjuntura revolucionária do mundo moderno, o critério de não classificar Aspirantes de Engenharia em Unidades de Construção e o plano de reaparelhamento do Exército, que vem dando novo alento aos Batalhões de Engenharia de Combate, poderão surtir seus efeitos, à medida que se harmonizem as duas tendências, grandemente incentivadas nos últimos tempos em benefício das atividades de construção.

Não se pode desprezar a contribuição da Engenharia de Construção no processo de desenvolvimento econômico do País, sua participação como força moralizadora das ações do governo nas áreas problemáticas, sua vocação pioneirística, sua contribuição valiosa para a formação de uma imagem

favorável do Exército ante a opinião pública, da mesma forma que ninguém pode esquecer a importância sempre crescente da Engenharia de Combate.

Vivemos a era tecnológica. A guerra do futuro há de ser uma guerra essencialmente de Engenharia, enquanto a guerra do presente, a guerra de guerrilhas, cada vez mais reclama, do Engenheiro, uma maior participação.

Se é verdade que o trabalho nos Batalhões de Construção dá, ao Engenheiro, maior vivência dos problemas de estradas e de instalações, somente o trabalho nos Batalhões de Combate pode estabelecer as premissas básicas para o desenvolvimento da doutrina de emprêgo da Arma e a formação de reservas para atuar na ZC.

Vivemos num país que se prepara para assumir a posição de potência mundial. Dentro de sua estratégia de desenvolvimento, o campo militar não pode se manter omissos e, dentro das Forças Terrestres, a Engenharia há de encontrar seu caminho.

Do entendimento da sua importância, das suas características, da sua personalidade e dos seus anseios, há de nascer a verdadeira Engenharia do Exército Brasileiro.

A estratégia militar e a política externa são aspectos correlatos na política nacional.

HOMENAGEM À BANDEIRA

SAUDAÇÃO AO PAVILHÃO NACIONAL BRASILEIRO

2.º Sgt
VALDETE DA CRUZ SANTOS

BANDEIRA DO BRASIL!

Magnífico esboço do Universo! Todas as gerações Te contemplam com admiração e amor! És bela e em Teu formoso seio retratas as belezas naturais de nossa Terra, de florestas densas e verdes campos, em que a brisa esparge douradas fiôres dos ipês! De ricos minérios e rios caudais! De montanhas altaneiras e extensos sertões, assolados pelas inclementes sêcas, onde vive, de sol a sol, em labor intenso com a terra agreste, o resignado sertanejo sem contudo abandoná-la!

Es a secular expressão de nossa história! Dimanastes a 18 de setembro de 1822 das próprias mãos do Patriarca de nossa Independência — José Bonifácio de Andrada e Silva; foi outorgada a honra de receber a primeira Bandeira para o Exército, ao seu pósterio Patrono e ocasionador de grandes vitórias para a nossa Pátria, o então Tenente Luiz Alves de Lima e Silva — Ajudante do Batalhão do Imperador.

A partir de 1889, passaste a exprimir os anseios republicanos de nosso povo livre! Através dos séculos vistes as metamorfoses do regime governamental; representastes a Pátria quando Reino, Império e República, e, ainda assim, conservas a originalidade da primeira Bandeira, razão da lealdade à Pátria e do sincero amor às suas tradições dos dedicados imperialistas e republicanos, livres e de bons costumes, que discordaram doutros patriotas exaltados pelo fanatismo político, desejosos de expungir do selo da jovem República, tradições e símbolos do Brasil Imperial — a própria BANDEIRA NACIONAL! Não És um simples estandarte de ideologia política ou de qualquer sistema governamental, mas o augusto SÍMBOLO DA PÁTRIA!

A 15 de novembro de 1889, após a proclamação, os Alferes com ordens de recolherem as Bandeiras aos armazens do Exército, desceram-Te do mastro, dando lugar à singela Bandeira do Clube Republicano "LOPES TROVAO", então, sem glória e sem tradição, que representou a Pátria por onze dias. A República não pretendia ocultar o magnificente passado da Pátria, mas exaltá-lo no presente como

vivo exemplo de consagrado amor ao trabalho e ao Brasil! O eminente Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, homem liberal, justo e perfeito militar, Digníssimo Presidente da República, em Decreto n.º 4, de 19 de novembro de 1889, autorizou o hasteamento da **BANDEIRA NACIONAL**, com a justa e respeitosa substituição das Armas Imperial pela Esfera Celeste, inserida no Duplo-Delta dourado, onde cintilam as estrélas do nosso firmamento, simbolo perpétuo da união Indissolúvel de nossos Estados Federados, irradiando a Flama Sideral do Cruzeiro do Sul, — cruz alçada no infinito, — simbolo de nossa FÉ, lembrando sempre a bênção da Cruz, primeira Bandeira que **CABRAL** aqui hasteou!

Sugestivo simbolo de **ESPERANÇA!** Quando drapejas ao manso sópro da brisa, vemos em Ti refletida a pujança de nosso glorioso passado unido à solidariedade do presente!

Es a evocação de Fernão Dias, Borba Gato, Antonio Dias Adorno e de todos os violadores de sertões que conquistaram este imenso território! Evocas os heróis de Guararapes, Pirajá, Riachuelo, onde o Guarda-Marinha **GREENALG** e o Capitão do Exército **PEDRO AFONSO**, com destemida bravura, lutaram para frustrar o intento inimigo de decepar o cordão que Te sustinha, morreram unidos, sintetizando o sentimento cívico devotado a Ti pelas heróicas Forças Armadas do Brasil Imperial! Evocas, ainda, Tuiuti, Caseros, Monte Castelo, Montese e a todos os que por seu esforço, por sua fé e por seu trabalho, construíram a nossa grande Pátria una e indivisível e em quatro séculos e meio de lutas proficuas, ergueram a maior civilização tropical do mundo!

Es, realmente, a expressão da Divina **CARIDADE!** Mãe hospitaleira, que ampara estranhos sem desabrigar os próprios filhos! O brasileiro, amável por excelência, por seus costumes, por sua razão de ser, por sua razão de pensar e por sua razão de crença, rompeu os grilhões das vítimas, banindo do Brasil a escravidão! E sob Teus auspícios, abriga alienigenas de tôdas as partes do mundo em busca de refúgio, trabalho e liberdade!

Sublime inspiração que nos empolga nas competições esportivas, nas festas cívicas, como nas lutas bélicas! Convicção de nosso crescente desenvolvimento! Razão de nossa crença e de nosso trabalho que nos estimula e impõe que olhemos para o alto e para longe; que lutemos com bravura e nos revigoremos em nossos mananciais de cultura e de amor à família e à Pátria, a fim de que, para todo o sempre, deslumbra em cristalina luz de liberdade o Brasil eterno! — O Brasil que nos legaram nossos antepassados, que o nosso trabalho acresce e agiganta, para que O leguemos esplêndido à nossa posteridade de homens livres!

Bendita sejas, para todo o sempre,

BANDEIRA DO BRASIL!

UM SERTANEJO — UM DOS MAIORES SOLDADOS DO BRASIL

Maj Eng QEMA

CLAUDIO MOREIRA BENTO

Contarei para os Soldados do Exército Brasileiro e, em especial aos da Arma de Infantaria, a história de um dos maiores Soldados do Brasil — O Brigadeiro Antônio de Sampaio.

De origem humilde, igual a grande maioria dos Soldados brasileiros, iniciada sua vida militar como simples soldado, escalou os postos da carreira militar e, após sua morte gloriosa, recebeu o honroso título de "O bravo dos bravos", além do de "Patrono da Infantaria Brasileira" — a rainha do Campo de Batalha, num atestado, das profundas raízes populares e democráticas do Exército Brasileiro, que proporciona oportunidade aos mais capazes e valorosos, independentemente de suas origens.

Nasceu nosso herói, na Fazenda Vitor no Município de Tamboril — no atual Ceará, em 24 de maio de 1810, data que assinalaria, 56 anos após, sua entrada para a glória militar eterna, coroada por sua excepcional atuação na Batalha de Tuiuti — maior Batalha campal da América do Sul — mas esta é outra história.

Era filho de um humilde e pobre ferreiro de nome Antônio Fer-

reira Sampaio e de D. Antônia de Souza Araujo Chaves que lhe emprestaram, orgulhosamente, seus primeiros nomes.

Sertanejo nascido numa região freqüentemente assolada pelas secas, Sampaio cresceu sem instrução, num meio de ignorância e pobreza em que os valores masculinos eram o jôgo, a valentia, as trovas e as danças, e onde imperava a lei do mais forte.

Neste meio ambiente, Sampaio formou seu caráter, e dentro da escala de valores locais, tornou-se um líder, por reconhecerem nêle um "cabra macho" provado em diversas disputas com valentões das redondezas, além de inspirado cantor popular.

Era audacioso e possuidor de coragem física e moral invulgares.

Tornou-se, por outro lado, um destacado lidador nas tarefas sertanejas, era um fascinado pela atividade da pecuária — a vaquejada.

Após uns seis anos de boêmia nas folgas de trabalho, entre brigas e festas, que não perdia nenhuma, apaixonou-se, perdidamente, por uma bela camponesa

de 13 anos, de nome Maria Veras, nd que é correspondido. Era filha de uma família inimiga da sua — fato comum no sertão nordestino de então.

A família de sua amada move intensa oposição ao namoro, pois além de ser Sampaio um inimigo, levava uma vida desregrada, sem eira nem beira para sustentar um lar.

Deste modo, perseguido pela família da môça e com o coração partido — Sampaio vai para Fortaleza, à procura de trabalho onde pudesse acumular economias, para um dia retornar ao seu querido Tamboril e desposar a eleita de seu coração.

Em Fortaleza é atraído, irresistivelmente, pela carreira das armas e apresenta-se como voluntário no 22.º Batalhão de Caçadores de linha, com a idade de 20 ano, em 17 de julho de 1830.

Tem início uma das mais belas carreiras do Exército Imperial do Brasil.

Nesta unidade, motivado pelo amor a Maria Veras, aplica-se com tôdas as energias no serviço militar. Por seu valor excepcional, caracterizado por uma coragem física e moral invulgar, aliada a liderança incontestante sobre seus pares, é elevado, aos seis meses de caserna, à graduação de furriel — equivalente a 3.º Sargento.

Em 4 de abril de 1832 recebeu seu batismo de fogo nas ruas de Icó e Fortaleza.

Quando na pacificação de índios rebelados, dizem alguns historiadores, o furriel Sampaio teve a inspirada idéia de armar seus

soldados com escudos de proteção contra flechas e lanças. Por esta razão, é considerado por alguns, como um dos precursores da Infantaria Blindada Brasileira.

Em 1833, foi envolvido, para evitar mal maior, numa revolta indignada com o Governador por ter dissolvido parte de sua unidade e destituído seu Comandante.

A confusão, característica do período regencial, se estabeleceu em Fortaleza. O bravo Sampaio, com cabeça fria e com risco de vida, impede que colegas, liderando aproveitadores, saqueassem o comércio da cidade.

Subjugada a revolta, é preso e enviado ao Recife, de onde foge pressionado pelos companheiros revoltosos a que coibira os abusos, e pela justiça, que ignorou sua atitude honrada lutando a seu lado na manutenção da ordem.

Posteriormente, preso e processado, é completamente absolvido — a sua defesa foi patrocinada pelo comércio de Fortaleza, reconhecido pela honesta, patriótica e valorosa atitude, na defesa com o risco de vida e por iniciativa própria, do referido comércio.

Era o grande, o autêntico, o responsável e disciplinado profissional militar que despontava em Sampaio.

Desfrutando, nesta altura, excelente conceito entre seus superiores, recebe uma licença para voltar a seu querido Tamboril, atraído pelo irresistível amor à sertaneja Maria Veras.

Em Tamboril continua a oposição familiar a seu namôro. Sampaio encontra-se secretamente com sua amada e dela obtém o juramento de permanecer na casa de um amigo, até a sua maioridade, pois tinha somente 16 anos e, que se fôsse obrigada a casar-se com outro homem, matar-se-ia.

Feito o compromisso, entre lágrimas de amor recíproco, Sampaio promete retornar para o casamento após quatro anos — maioridade de sua escolhida.

A seguir, parte para o Pará, a fim de tomar parte na repressão da revolta conhecida como Cabanada, onde se destacou, sobremaneira, por sua atuação corajosa e eficiente, na liderança de ações de pequenas frações. Em reconhecimento a sua destacada atuação na Cabanada, foi efetivado no posto de Alferes, em 20 de maio de 1839, com a idade de 29 anos.

Orgulhoso com o oficialato, após nove anos de praça e, com algum dinheiro, obteve permissão para ir a Tamboril cumprir seu juramento de casamento e dar combate aos bandoleiros que infestavam a região.

Ao chegar a Tamboril com o coração transbordante de felicidade, tem conhecimento de terrível notícia. Maria Veras desposara um desconhecido, logo depois de sua última visita a Tamboril.

Esta cruel decepção de amor, amargará o coração do jovem soldado durante os próximos 10 anos, até que conhecesse a gaúcha Júlia dos Santos Miranda, que

serviu, segundo suas próprias palavras, como uma paixão refletida para acalmar uma louca paixão, ou de compensar um grande amor por um amor maior.

Após esta desventura, segue para o Maranhão, na pacificação da revolta Balaiada.

Na Balaiada, torna-se dos mais constantes, destacados e incansáveis oficiais de Infantaria. O bravo Alferes Sampaio comandou, pessoalmente, Pelotões e Companhias, em 36 ações de combate.

Torna-se o terror dos bandoleiros, aos quais não dá quartel, talvez recordando-se daqueles que tanto prejudicaram sua vida em Tamboril, impondo a lei do mais forte.

Sua atuação foi decisiva para a vitória da Pacificação do Maranhão, por neutralizar ou dispersar a malta de bandidos que infestavam e infelicitavam o Maranhão, o Piauí e até o Ceará sem objetivos que não o crime.

Aonde se homiziasse um bando, Sampaio, como sertanejo excepcional, ia buscá-los e neutralizá-los.

Sua atuação no Maranhão foi importantíssima e se constituiu num interessante capítulo a ser pesquisado com maior profundidade.

Seu desassombro em inumeráveis combates, enfrentando o inimigo de peito aberto, sem ser atingido, deu origem a lenda entre seus comandados e bandoleiros, de que Sampaio, em virtude de uma oração que trazia junto ao peito, tinha o corpo fechado

a balas e a baionetas. Este misticismo ajudava a inspirar seus soldados a segui-lo em empreitadas arriscadíssimas, no mesmo tempo que infundia temor aos seus adversários.

Em 11 de setembro de 1843, com a idade de 33 anos, foi promovido a Capitão como recompensa pelos assinalados serviços na pacificação do Maranhão.

Consagrado como combatente, comandante de Infantaria inextinguível na liderança do combate corpo a corpo, a baioneta, como autodidata, aplica tôdas as potencialidades de sua rara inteligência no aperfeiçoamento de sua cultura.

Nos intervalos das lutas, aprendera com facilidade a ler e a escrever. Decorridos 14 anos, aquêie sertanejo inculto e valente de Tamboril, torna-se Ajudante-de-Ordens do Comandante de Armas do Ceará e, após, do próprio Governador da Província.

Consolida-se então sua personalidade, que a custa de hercúleo esforço próprio, adquirira infraestrutura de cultura geral e profissional que o levariam, mais tarde, à glória militar eterna em Tuituti, no Paraguai.

Em 6 de novembro de 1844, o Capitão Sampaio deixa para sempre o Ceará que amava tanto, conforme declarou ao Sargento Oliveira, seu confidente:

"Eu amo muito o Ceará, com especialidade o Tamboril meu berço natal; e morrerei com êle estampado nas idéias e gravado no coração".

No Rio Grande do Sul

Sampaio chega ao Rio Grande do Sul em princípios do ano de 1845, e pouco após assiste em Bagé, a assinatura da Paz de Ponche Verde, que pôs fim a dez anos de Revolução Farroupilha.

A seguir, é mandado para a atual cidade de Canguçu no comando de 150 homens, para garantir o cumprimento da paz assinada.

Canguçu era distrito da primeira capital farroupilha, Piratini, e ficava próxima à segunda — Caçapava. A posição era excelente para prevenir outro movimento naquela região serrana.

O Capitão Sampaio utilizou como Posto de Comando, uma cadeia mandada construir, anos antes, pelo grande chefe legalista, Cel Francisco Pedro de Abreu — Barão do Jacuí e demolida em 1936 — como aquartelamento, a rancharia existente no local onde se ergue a atual Prefeitura de Canguçu.

Segundo se conclui de P.S. de Mallet Jobim em "Os três grandes de Tuituti", publicado no n.º 631 Mai/Jun 1970, em "A Defesa Nacional", o Capitão Sampaio permaneceu em Canguçu até 22/Nov/1850, quando foi chamado ao Rio de Janeiro, para daí seguir para Pernambuco, a fim de consolidar a paz conseguinte da Revolução Praieira.

Em 1849, com 39 anos de idade, contrahiu casamento com D. Júlia dos Santos Miranda, muito provavelmente em Canguçu, onde se encontrava estacionado fazia

mais de três anos. Essa gaúcha foi o grande amor e paixão refletida, que segundo declarações do Brigadeiro Sampaio ao Sargento Oliveira no Paraguaçu, substituiu em seu coração, após 19 anos — o amor e louca paixão pela sertaneja Maria Veras.

Em Pernambuco

Após haver fugido de Recife onde estivera prêso como Alferes, o Capitão Sampaio retorna em 1850, para auxiliar e apagar os últimos focos da Praieira.

Passou quase todo o mês de julho em operações na mata sul de Pernambuco.

No mês seguinte, após permanecer uma quinzena no Recife reembarcou com destino ao Rio Grande do Sul, onde seria aproveitado como instrutor "por sua excepcional capacidade de profissional, traduzida por rara inteligência e grande conhecimento da natureza física e espiritual do infante brasileiro, de cujo convívio partilhara, diuturnamente durante 20 anos, assistindo-os com seus sábios conselhos e justiça".

Sampaio, segundo depoimentos de contemporâneos, usava mais o exemplo do que as palavras, exercendo sobre seus Soldados e Oficiais aquêlê magnetismo, aquêlê ação catalisadora e hipnótica que caracterizam os grandes e autênticos líderes de combate", além de inspirar uma confiança ilimitada, por sua integridade, probidade e coragem moral e física.

Era o chefe e pai de seus Soldados e partilhava das alegrias e tristeza de todos com autenticidade e não para fazer tipo. De origem humilde, igual a de seus homens, julgava-se e era considerado "o companheiro mais velho e mais experiente".

No Rio Grande do Sul

Nomeado Major, marcha para participar da Guerra contra Rosas e Oribe que tem seu epílogo em Monte Caseros, onde, comandou, pessoalmente, disputados combates a baloneta.

Terminada a guerra lhe é confiado o comando da Unidade e Guarnição de Caçapava do Sul, oportunidade na qual demonstra suas excepcionais qualidades de chefe e profundo conhecimento das táticas de Infantaria em todos os escalões.

A partir dêste momento, tôdas as suas promoções passam a ser por merecimento e o peito do sertanejo de Tamboril cobre-se de condecorações e comendas.

A seguir, com seu 4.º Batalhão, permaneceria 2 anos no Uruguai, integrando a Divisão Pereira Pinto que, a chamado do General uruguaio Venâncio Flores, fôra auxiliá-lo a restabelecer a ordem no Uruguai.

Em seu retôrno, foi promovido a Tenente-Coronel e nomeado para o comando do 6.º Batalhão de Infantaria em Bagé, onde permaneceu por três anos.

Sua fama de guerreiro intrépido chegou até aos ouvidos do Imperador, que o convoca para o Co-

mando do Corpo Policial da Corte, cargo que desempenhou por sete meses, correspondendo plenamente à confiança do Governo.

Sampaio pediu para retornar ao Rio Grande do Sul onde contraiu matrimônio e havia se ambientado, por completo, nos hábitos e costumes dessa Província, cuja filosofia de vida de seus filhos muito se assemelha ao do sertanejo nordestino.

Retornando a Bagé, foi comandante de Batalhão e de Brigada da Infantaria e aí conviveria com Osório e Mallet.

Atentados constantes à propriedade de brasileiros no Uruguai levaram o Império a intervir naquela República. O Cel Sampaio, no comando da 3.ª Brigada de Infantaria — integrante da 1.ª Divisão, ao comando do grande gaúcho, Brigadeiro Manoel Luiz Osório — transpôs a fronteira em 2 de dezembro, e a 29, chegou frente à cidade de Paissandu, auxiliando a submetê-la a rigoroso cerco.

Nesta ação participou com destaque e com íntima cooperação com Osório e Mallet; Paissandu foi submetido a enérgico bombardeio, durante 52 horas consecutivas.

Na manhã de 2 de novembro, a Brigada Sampaio avança em coluna cerrada e a passo de carga para investir a praça, sob nutrido fogo inimigo. A Infantaria de Sampaio toma casa por casa, em disputados corpo a corpo a baioneta, e os sitiados se entrincheiram da Praça Matriz, protegidos por canhões.

Neutralizada por Mallet a Artilharia inimiga — quando Sampaio estava prestes a vencer a última resistência — viu tremular no ar a bandeira da rendição.

Paissandu constituía-se numa das mais belas páginas da história da Infantaria Brasileira.

De Paissandu, Sampaio segue para Montevidéu sitiada, e, em razão de acôrdo, ocupa pacificamente a cidade.

Em 22 de fevereiro, a Brigada Sampaio entrou triunfalmente em Montevidéu, composta de três Batalhões de infantes veteranos, ágeis e decididos, no uso da baioneta, em sua grande maioria, constituídos de bravos sertanejos do Nordeste e em especial do Ceará.

Os assinalados serviços de Sampaio à frente de seus aguerridos infantes em Paissandu, valeram-lhe o posto de Brigadeiro.

Com a eclosão da Guerra do Paraguai, Sampaio é nomeado Inspetor da Arma de Infantaria, que reunia, na sua maioria, recrutas do Norte e Nordeste.

Sampaio recebe tôda a autoridade e autonomia para plasmar êstes infantes.

Em outubro de 1865, vamos encontrar Sampaio no comando da 3.ª Divisão de Infantaria, composta de 4.400 infantes, formados à sua semelhança.

Esta Divisão marcha até Tujuti, deixando em sua esteira um rosário de glórias — local onde passaria à história como Divisão Couraçada, e o sertanejo de Tamboril, como o "Bravo dos Bravos".

Em 24 de maio de 1866, trava-se a maior batalha campal da América do Sul.

O Exército Aliado, em terreno estreito e desfavorável, é atacado de surpresa pelo inimigo. O bravo Sampaio está na vanguarda com seus indômitos cearenses do 26.º Batalhão de Infantaria, que recebe todo o impacto de mortífero fogo adversário.

Sampaio, a cavalo, exorta pelo exemplo seus bravos à resistência — o fracasso ou a vitória dependiam da bravura de seus infantas da Divisão Couraçada.

Vinte cargas de Cavalaria inimiga são lançadas sobre a Artilharia de Mallet e Divisão Sampaio, mas eles resistem bravamente e os cavalariáneos inimigos mortos formam como que trincheiras naturais.

O flanco esquerdo da Divisão Sampaio é agora inopinadamente atacado por nove batalhões inimigos, mas a Divisão Couraçada reage e não cede um milímetro — era a resistência a todo o custo.

Sampaio desdobra-se em três, cinco, mil; acode a cavalo em todos os cantos.

Quatro de suas montarias caem varadas por lanças, baionetas ou tiros, mas Sampaio, com bravura e destreza, esquivava-se dos golpes fatais, embora exposto a grandes perigos.

Teria procedência a lenda de que possuía o corpo fechado?

Quando desmontado, e empenhado no corpo a corpo, Sampaio

é atingido na face por uma bala traiçoeira.

Neste momento, chega um emissário de Osório para encorajar nosso herói e redobrar a resistência — porque o sucesso da batalha dependia do esforço derradeiro de Sampaio e seus bravos infantas.

Ferido por uma segunda bala e coberto de sangue, suor e poeira, o leão de Tamboril diz para o emissário: "Diga ao Marechal que estamos cumprindo o nosso dever — como já perdi muito sangue, seria conveniente que me mandasse substituir".

Mal acabava de pronunciar estas palavras é atingido por outro "balaço" que põe por terra, de joelhos, aquêlê bravo — após mais de quatro horas de resistência tenaz e feroz.

Ajoelhado e desfalecendo — ainda balbucla "Diga ao Marechal que este é o terceiro ferimento..."

E tomba ao solo, ferido de morte, entre os corpos de centenas de bravos infantas da Divisão Couraçada — fator decisivo da vitória aliada que brindou a Pátria Brasileira com uma eterna glória.

Recolhido nos braços de seus Soldados — presos de incontida emoção — em meio a grande consternação geral — "O Bravo dos Bravos" é retirado do campo de batalha.

Embora ferido mortalmente, aquêlê sertanejo excepcional, resiste à morte durante 43 dias e expira a bordo do navio Eponina que o transportava a Buenos Aires.

Morre sabendo que sua atuação leal e de seus bravos infantess tinha sido um fator decisivo para a vitória em Tuiuti, batalha que destruiu a capacidade ofensiva estratégica inimiga.

O sertanejo analfabeto e boêmio de Tamboril, após 36 anos de serviços ao Exército Imperial Brasileiro, ao qual entregara-se de corpo e alma, é enterrado em 8 Jul 1866, na Argentina.

Autoridades das mais expressivas de tôdas as categorias e povo prestam homenagem ao bravo e ilustre aliado que tombara no campo santo, no funéreo chão de Tuiuti, em defesa da Liberdade e da Integridade sul-americana ameaçadas.

Por tôdas estas razões é que o bravo cearense foi escolhido como o Patrono da Arma de Infantaria, por indicação de outro grande cearense — provado na paz e na guerra — o então Major Humberto de Alencar Castelo Branco.

Após 27 anos de ausência do Ceará, Sampaio a êle retorna através de seu restos mortais — que atualmente encontram-se em mausoléu defronte o CPOR em Fortaleza.

Euclides da Cunha referiu que o sertanejo é antes de tudo um forte, e Sampaio, com muita propriedade, encarnou o sertanejo

forte dos fortes, moral e fisicamente, além de ter sido o Bravo dos Bravos — na Guerra do Paraguai.

Sua vida de excepcional soldado que, de origem humilde, ascendeu aos quadros de Oficial-General do Exército Imperial, merece ser projetada como a vida do grande Marechal gaúcho Manoel Luiz Osório, para conhecimento do povo brasileiro e de outras nações.

Para que sua memória não seja olvidada pelas gerações futuras e a Pátria possa tributar-lhe eternamente as honras a que faz jus, sugiro a criação do "Parque Histórico Brigadeiro Antonio Sampaio", dedicado a seu culto — à semelhança dos erigidos em memória de Osório — em Osório, no Rio Grande do Sul e ao Duque de Caxias — em Duque de Caxias, no Estado do Rio.

Também, à semelhança das cidades de Osório e Duque de Caxias — nomes dados em homenagem a seus grandes filhos — a cidade de Tamboril tomasse o nome de Sampaio, em homenagem a êste grande brasileiro. Caxias, Osório e Sampaio são três vidas dedicadas à Pátria e suas atuações foram couraças que ampararam êste gigante sul-americano em seus primeiros passos e preservaram-lhe sua integridade e liberdade.

SELEÇÃO DO SOLDADO — UMA NECESSIDADE

MAJ INF QEMA
BENEDITO DA SILVA SERRA JUNIOR

1 — INTRODUÇÃO

a — A finalidade do presente trabalho é apresentar a experiência de alguns anos no comando de Cia, selecionando os soldados para as várias funções na subunidade. É o testemunho da objetividade de uma correta separação do nosso soldado para as funções a que se destina.

Seleção, ao dizer do Dicionário Escolar da Língua Portuguesa (MEC), é o ato ou efeito de escolher; escolha fundamentada.

Poderíamos, dessa maneira, dizer que seleção é todo o conjunto de trabalhos realizados num PR. O que se realiza nas unidades não será propriamente uma seleção. A designação do conscrito para uma determinada função seria, então, a "orientação".

No presente trabalho, para facilidade de compreensão, falaremos de seleção referindo-nos quer aos trabalhos realizados no PR, quer aos realizados dentro das unidades.

b — Um sem número de funções possui o Exército atualmente, com tendências a aumentar face ao desenvolvimento contínuo da técnica. Cada uma função possui suas características próprias, exigindo do indivíduo, que vai desempenhá-la, um conjunto de aptidões que o capacitem.

Não vamos ao exagêro de afirmar que só os melhores homens deverão ser aceitos. Não seria isso viável e muito menos atenderia a uma realidade, visto que a maioria dos recrutas se grupa na média da seleção. É a essa grande maioria que se devem concentrar os trabalhos de seleção.

O indivíduo é um conjunto de caracteres físicos, culturais, psicológicos e morais que o fazem ser um só e diferente dos outros. Cabe a uma seleção ver que aspectos são mais predominantes nêle e adequá-lo a uma determinada função na qual êsses aspectos são mais exigidos.

É um grande desperdício para o Exército deixar de usar vantajosamente um homem capaz de vir a ser um bom chefe, como o é também colocar em posição de chefia um dado homem e posteriormente vir a descobrir que êle é incapaz de arcar com suas responsabilidades.

Houve sempre, por parte dos comandos responsáveis, uma preocupação por ocasião da incorporação do novo contingente. Que homens destacar para esta ou aquela função? Que instrumentos usar para esta seleção?

O julgamento pessoal é falho mesmo admitindo, o que não é a realidade, que todos fôssemos bons juizes.

Julgamentos aleatórios, não alicerçados em critérios comprovados estatisticamente, a nada conduzem. O que adianta têmos na subunidade um excelente time de futebol se, a par disso, as funções para as quais estão designados os soldados são insuficientemente desempenhadas.

O que adianta o empenho de determinado oficial no PR em só conseguir pessoal de "Campos", pois são soldados mais disciplinados e que dormem no quartel se, paralelo a isso, a subunidade não é eficiente.

A nada nos conduziria semelhante critério. Teríamos, isso sim, soldados mal adaptados, homens frustrados e finalmente o mau elemento.

2 — DESENVOLVIMENTO

Evolução da Seleção.

a — Teste IABC

Não vamos aqui, em absoluto, realizar um histórico da seleção. Seria por demais cansativo e não conduziria a qualquer objetivo prático. Procuraremos, isso sim, apresentar o esforço que tem sido feito no sentido de adequar o homem à função.

Inicialmente a entrevista pura e simples conduzida sem técnica. Procurava-se por meio de perguntas, a critério quase sempre do entrevistador, saber da habilidade do soldado e de sua vontade.

Tinha um demérito; a do recruta poder mentir tanto no que seria a sua experiência, como no seu desejo. Víamos uma grande percentagem ser ou desejar ser mecânico ou motorista.

A par disso, e já num futuro mais próximo, o teste IABC. Era o primeiro passo. Seleccionávamos os soldados com base num critério, se bem que não se mostrasse ainda inteiramente completo.

b — BDR — (Bom Dia Recruta)

Um passo mais atual e que fazemos questão de aqui reproduzi-lo, em parte, demonstra a preocupação e o esforço para seleccionar o recruta de maneira mais palpável.

Foi organizado pelo Cmt do 1.º Btl de Fronteira quando da incorporação e no contingente 1953/54. Veio às nossas mãos e foi aplicado com uma validade boa nos conscritos, já na subunidade, das 1.ª e 5.ª Regiões Militares. Fazia parte de uma coletânea a que carinhosamente o Cmt da Cia de Mrt Pes 4.2 do REsI dava o nome de BDR (Bom Dia Recruta).

Prescrevia essa bateria o seguinte conjunto de testes:
(início de citação)

(1) Memória visual

(a) Material

Os objetos abaixo, dispostos da maneira que se segue e cobertos por uma lona.

revólver	banana	garfo	faca	colher	lápiz
sapato		pão		batata	cigarro

(b) Execução

— tempo de exposição — 15 segundos
— tempo de enumeração — 30 segundos

(c) Julgamento

A — mais de 7 objetos
B — até 7 objetos
C — menos de 4 objetos

(2) Inteligência

(a) Material

— Mrt 60 mm completo

(b) Execução

Depois da explicação sumária serão propostos ao examinando o registro de uma alça e a calagem da bolha longitudinal.

(c) Julgamento

A — registro e calagem corretos
B — registro correto
C — não registrar nem calar.

(3) Acuidade auditiva

(a) Material

Relógio de algibeira e régua graduada.

(b) Execução

O examinador coloca a régua horizontalmente com a extremidade zero tocando o ouvido do examinando. Desloca

o relógio ao longo da régua, partindo desta extremidade. Anota a divisão em que o examinando deixou de ouvir o ruído do relógio.

(c) Julgamento

A — mais de 100 nos dois ouvidos

B — 80 a 100 nos dois ouvidos

C — menos de 80 nos dois ouvidos (tudo em centímetros).

(d) Observações

As medidas são tomadas em centímetros.

O examinando terá os olhos vendados.

(4) Acuidade visual

(a) Material

Cartas de SNELLONH (letras e gravuras).

(b) Execução

Identificar corretamente as letras e gravuras.

(c) Julgamento

A — identificação correta com os dois olhos

B — identificação correta com um olho

C — identificação incorreta com os dois olhos.

(5) Memória auditiva

(a) Material

Nenhum.

(b) Execução

O examinador fará o examinando repetir a seguinte frase: Amanhã vou a Niterói com Antonio e Maria, à casa de minha tia.

(c) Julgamento

A — repetição com as mesmas palavras

B — repetição com outras palavras sem mudar o sentido

C — deturpação do sentido.

(6) Acuidade olfativa

(a) Material

Dois conjuntos com 4 vidros cada um. No primeiro conjunto os vidros terão odores diferentes. No segundo conjunto, dois dos odores serão idênticos a outros dois do primeiro conjunto.

(b) Execução

O examinando deverá identificar, no segundo conjunto, um odor sentido no primeiro; a seguir, não deverá identificar no segundo conjunto, um odor sentido no 1.º, por não haver correspondência.

(c) Julgamento

A — proceder corretamente nos dois casos

B — proceder corretamente no primeiro caso.

C — não proceder corretamente no primeiro caso.

(7) Identificação de cores

(a) Material

Cartões vermelhos, verdes, azuis, alaranjados.

(b) Execução

É apresentado ao examinando uma caixa contendo vários cartões com essas cores.

(c) Julgamento

A — identificação correta de tôdas as cores

B — identificação correta do vermelho e do verde

C — identificação correta do vermelho ou do verde.

(8) Habilidade manual

(a) Material

Armação do canhão SR 57 mm

(b) Execução

Ao examinando será pedida uma montagem ou desmontagem do canhão à vista de um outro, montado ou desmontado.

(c) Julgamento

A — operação bem feita e rápida

B — operação bem feita e morosa

C — operação não realizada.

(9) Agilidade

(a) Material

Nenhum

(b) Execução

Salto em altura e extensão.

(c) Julgamento

- A — atinge em altura, no mínimo 1,10 m e em distância no mínimo 3,50 m
- B — atinge um dos índices mínimos
- C — não atinge qualquer índice.

(10) Observação

Idêntico ao de memória visual, havendo como diferença o tempo de exposição que passa a 1 minuto.

(11) Fôrça

(a) Material

2 halteres de 30 e 40 kg.

(b) Execução

Ao examinando será pedido para levantar o de 30 kg. Caso o consiga, pedir-se-á para levantar o de 40 kg.

(c) Julgamento

- A — levantar 40 kg
- B — levantar 30 kg
- C — não levantar 30 kg.

(12) Contrôe nervoso

(a) Material

10 cartões com um furo, e 10 alfinetes
4 soldados armados de fuzil e 100 tiros de festim.

(b) Execução

Os examinandos serão colocados em linha em grupos de 10, sendo-lhes distribuído um cartão com um pequeno orifício (equivalente ao de um alfinete) e um alfinete. É mandado colocar o alfinete numa das mãos e o papel em outra. Ao ouvir o disparo das armas (colocadas à retaguarda), os homens deverão introduzir o alfinete no orifício dando, em seguida, um passo a frente.

(c) Julgamento

- A — menos de 5 segundos
- B — menos de 10 segundos
- C — mais de 10 segundos.

(13) Liderança

Um móvel pesado ou equivalente.

(b) Execução

Sem detalhes, determinar a um pequeno grupo, o deslocamento do material de um ponto para outro.

(c) Julgamento

A — assumir o controle e direção da operação

B — indicar sumariamente a um companheiro, a maneira consuetânea de agir

C — os não observados.

(14) Dicção

(a) Material

Nenhum.

(b) Execução

Leitura de um trecho simples.

(c) Julgamento

A — enunciação clara das palavras

B — enunciação inteligível das palavras

C — enunciação ininteligível das palavras.

(15) Conhecimento de aritmética

(a) Material

Régua graduada, lápis e papel.

(b) Execução

Medir com aproximação de milímetros, a distância entre dois pontos.

(c) Julgamento

A — manejo e leitura corretos

B — manejo correto, aproximação razoável

C — manejo e leitura incorretos.

(16) Coragem

(a) Material

Um pórtico de altura média ou similar.

(b) Execução

Saltar em profundidade do pórtico ou similar.

(c) Julgamento

- A — saltar de pé sem titubear
- B — saltar agachado ou titubear
- C — não saltar ou demorar.

(17) Comunicações (recepção)

(a) Material

Dois telefones e uma bobina.

(b) Execução

O examinador transmitirá, com voz pausada, uma de cada vez as seguintes frases:

"A casa é amarela"

"Pedro matou Paulo com uma paulada"

"Os estados do Paraná e Santa Catarina são muito prósperos, segundo os entendidos."

(c) Julgamento

Cada frase recebida inteira vale 4 pontos; desconta-se 1 ponto por palavra errada.

- A — mais de 8 pontos
- B — mais de 4 pontos
- C — menos de 4 pontos.

(18) Comunicação (transmissão)

(a) Material

O mesmo que para o teste anterior.

(b) Execução

Depois de explicação sumária, o examinando transmitirá as seguintes frases:

"C e H são duas letras do alfabeto"

"3 e 6 são menores que 13 e 16" (não usar meia dúzia).

(c) Julgamento

O examinador deverá ouvir corretamente as letras e os números a cada qual atribuirá 2 pontos.

- A — mais de 8 pontos
- B — até 8 pontos
- C — menos de 4 pontos.

(19) Resistência

(a) Material

Nenhum.

(b) Execução

Corrida de 1000 m em uma pista de atletismo ou local similar.

(c) Julgamento

A — menos de 4 minutos

B — entre 4 e 5 minutos

C — mais de 5 minutos.

(Fim da citação)

Após terem sido os recrutas submetidos a estes testes, seus resultados eram, então, comparados com índices previamente estabelecidos e, desta maneira, designados para as várias funções.

Acresce dizer que, a par destes testes considerados práticos, existia a seleção para o CFC, os testes para mecânicos, motoristas, desenhistas, burocratas e a própria entrevista que os complementava, facilitando esta designação.

Estes trabalhos eram cuidadosamente planejados com bastante antecedência. Muitas vezes, em determinados casos, até ensaios eram realizados visando dar maior validade ao processo de seleção.

O estabelecimento dos índices que serviriam de comparação era baseado na experiência observada para o desempenho de cada função na subunidade. Assim sendo, os índices poderiam não ser válidos para outra subunidade.

Para melhor compreensão do que estamos dizendo reproduziremos, na folha seguinte, alguns dos índices dentro dos quais era realizada a comparação.

Eram testes de simples montagem e de fácil aplicação e que no entanto, mostravam-se de grande utilidade para uma seleção mais objetiva do soldado.

	Resistência	Agilidade	Coragem	Acuidade visual	Acuidade olfativa	Identificação de cores	Memória visual	Memória auditiva	Controle nervoso	Habilidade manual	Observação	Conhecimento de aritmética	Inteligência	Força	Destreza	Comunicações (transmissões)	Liderança	Acuidade auditiva	Comunicação (recepção)
CABO Cerra-fila	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	A	B	B	B	B	B	B	B
CABO Aj. Burocrata	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	A	A	C	C	A	C	B
CABO Cozinheiro	A	C	C	C	A	C	C	C	C	C	C	A	A	A	C	C	A	C	B
SOLDADO Mensageiro	A	A	A	B	C	E	B	A	A	B	E	B	B	C	B	A	B	B	A
SOLDADO Ordenança	A	B	A	B	B	B	B	B	A	C	E	B	A	C	B	B	—	B	B
SOLDADO Corneteiro	A	A	A	A	A	B	B	B	A	C	A	B	B	C	B	C	—	B	B
SOLDADO Cozinheiro	A	C	C	C	A	C	C	C	C	B	C	C	C	A	C	C	—	C	C
SOLDADO Esclarecedor	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	A	B	B	—	A	B
SOLDADO Suplementar	A	A	A	B	C	C	B	B	A	E	A	B	B	B	B	C	—	B	B
SOLDADO Atrador de Metralhadora	A	—	A	A	C	A	B	C	A	A	A	A	B	A	C	C	—	B	B

c — TSEI, TSI, BCEx.

Atualmente já temos o Teste de Seleção Inicial (TSI — não verbal) para os analfabetos e semi-analfabetos, o Teste de Seleção do Exército (TSE-1) para os alfabetizados que possuam instrução até o nível do 1.º ano do curso ginásial ou correspondente, inclusive, e a Bateria de Classificação do Exército (BCEx).

Todo esse conjunto componente da seleção sob o aspecto psicológico aliado, obviamente, a uma entrevista e as demais seleções sob o aspecto físico, cultural e moral, podem determinar com bastante precisão as funções que devem ser desempenhadas pelos soldados recém-incorporados.

d — Como e quando aplicar a seleção

O número 1.1 da 1ª Parte das Instruções Gerais de Padronização da Seleção (provisórias) edição de 1967 prescreve o seguinte:

(início de citação)

“1.1 — A seleção

1.1.1 — A seleção para prestação do serviço militar inicial, será realizada de acôrdo com o Art. 30, do RLSM, sob quádruplo aspecto:

- Físico
- Cultural
- Psicológico
- Moral

(a) Aspecto físico

— A verificação da aptidão física, será feita através:

1) das inspeções de saúde, de acôrdo com as “Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos”, organizadas pela Diretoria de Saúde do Exército, atendendo ao disposto no Art. 61 e seus parágrafos do RLSM;

2) da determinação obrigatória do Perfil Físico para os aptos, de acôrdo com as “Normas para Determinação do Perfil Físico”, constantes destas Instruções;

3) de provas físicas obrigatórias para os conscritos destinados aos CPOR/NPOR e para os voluntários à tropa aeroterrestre.

(b) Aspecto Cultural

— A seleção sob este aspecto será regulada pela Região Militar em seus PRC, levando em consideração os meios que possam estar disponíveis à época da seleção e poderá constar desde a simples constatação do grau de escolaridade, até a realização de testes, que comprovem o real nível do conscrito;

(c) Aspecto Psicológico

— A seleção, sob este aspecto, será realizada, obrigatoriamente, conforme prescrevem as "Normas para Aplicação dos Exames Psicológicos" constantes destas Instruções.

— Constará de:

— Entrevista

— Aplicação de:

— TSI

— TSE-1

— BCEx

(d) Aspecto Moral

— A seleção, sob o aspecto moral será realizada por todos que tenham contato com os conscritos, (CS, JD e OM), por meio de sindicâncias, tão logo se apresentem indícios de incompatibilidade para o Serviço Militar. Estes órgãos poderão entre outros meios, solicitar "a priori", informações às autoridades locais, pessoas idôneas, entidades civis, etc., e "a posteriori", documentos que comprovem cabalmente os indícios iniciais".

(fim de citação)

— A seleção, sob o ponto de vista físico, cultural e moral, creio não trazer problemas de grande envergadura quanto a tempo, pessoal ou material para executá-los. Posso afirmar, inclusive, que quanto à seleção sob o ponto de vista físico, por exemplo, uma equipe de 1 médico, 1 dentista, 1 sargento enfermeiro, 1 cabo, e 1 soldado fazem um exame médico bem meticoloso com a determinação do perfil físico e a inspeção dentária com abertura das respectivas fichas em cerca de 10 recrutas por hora.

Quanto à seleção sob o ponto de vista psicológico surgem as seguintes soluções:

1ª) Aplicar o TSI, TSE-1 e a BCEx na unidade antes do período de adaptação ou durante o mesmo;

2ª) Aplicar, parte no PR (TSI e TSE-1), e a BCEx na unidade antes ou durante o período de adaptação.

Façamos uma análise de cada uma das soluções apresentadas.

(1) 1ª solução: aplicar o TSI-TSE-1 e BCEx nas próprias unidades antes do período de adaptação ou durante o mesmo.

Tomemos para melhor elucidarmos a solução, o exemplo real da Escola de Material Bélico no seu esforço para selecionar o efetivo da subunidade de comando e serviços.

Nos deteremos mais na explicação deste caso real pelo fato de termos vivido em pelo menos quatro incorporações e pelo que de interessante possa ter.

Aproximadamente no mês de setembro de cada ano a Cia de Cmdo e Sv da EsMB apresentava ao PR um contingente tipo especificando as suas necessidades em recrutas.

É interessante observar-se que, para apenas uma companhia de 250 homens exigiam-se cerca de 30 habilitações para as várias funções do QO. (Ver contingente tipo, à pág. 104).

A preocupação do Comando da Escola na sua incorporação pode ser notada com uma simples observação desse contingente tipo. A diversidade de funções, algumas das quais de caráter nitidamente técnico com reflexos ao menos indiretos no rendimento dos cursos de oficiais e praças, objetivo precípuo da EsMB.

Essa era a providência principal a que se seguiam outras de caráter administrativo e de ligação, destacando-se, nesse caso, àquela realizada com o CEP para efeito de teste psicológico nos recrutas.

Como os conscritos após os trabalhos preliminares no PR, recebem uma faixa para apresentação (7 a 15 de janeiro por exemplo) a EsMB solicitava àquele órgão que aos seus recrutas fôsse determinado para a apresentação o primeiro dia. Dessa maneira ficávamos com sete dias para os trabalhos de aplicação de testes e outras providências.

Durante essa semana era feito o TSE-1 (ocupava a 1ª jornada do 1.º dia) e todos os demais testes de BCEx (ocupavam, em grupos de 2 ou 3, as demais manhãs do restante da semana) além de outras providências como ser observado pela "Ficha de Incorporação" da página 106.

Por essa ficha pode-se observar o zelo com que era tratado o problema "Seleção". Além dos testes da BCEx, obtinha-se a profissão através de entrevista, fazia-se a inspeção médico-dentária juntamente com o perfil físico, selecionavam-se os futuros motoristas pelo emprego de Teste de Aplicação de Motoristas e de Exame Psicológico do CEP, realizavam-se provas de datilografia e um exame de seleção para o CFC àqueles que apresentassem índice superior a 15 pontos no TSE-1 e cuja escolaridade fôsse igual ou superior ao 5.º ano primário.

Eram cinco dias em que ocupávamos os conscritos somente na parte da manhã. Reservávamos as partes da tarde para o preparo do trabalho do dia imediato. É importante que se diga que podíamos agir dessa maneira, pois tínhamos a quase totalidade dos recrutas moradores na Guanabara, o que permitia que viessem todo o dia ao quartel e fôsem liberados por volta das 11 horas e 30 minutos sem qualquer despesa para a Unidade.

Qualificação QMG-QMP	FUNÇÕES NO QO	CLAROS REAIS				OCUPAÇÃO CIVIL HABILITAÇÃO DESEJADA	GRAU MÍNIMO DE INSTRUÇÃO						
		Sgt	Cb	Sd	Total		Mlc	MH	Pc	Pi	A	Total	
68-051	Enc Vir e Aj Mec	1	4	5	10	Mecânico Auto	3	3	4	—	—	—	10
10-061	Coz ou Serv Rancho	—	1	26	29	Cocineiro, Copoiro ou Garçon	—	1	12	15	—	—	29
10-062	Carpinteiro	—	1	5	6	Carpinteiro ou Marceneiro	—	1	2	3	—	—	6
10-063	Capoteiro	—	1	—	1	Capoteiro ou Estofador	—	1	—	—	—	—	1
10-068	Sapateiro	—	1	2	3	Sapateiro	—	1	1	1	—	—	3
53-091	Mot e Ordenança	—	—	35	35	Motorista habilitado	—	5	14	16	—	—	35
66-092	Desenhista	—	1	—	1	Desenhista	1	—	—	—	—	—	1
66-093	Encader e Cortador de papel	—	1	1	2	Encadernador	—	1	1	—	—	—	2
66-095	Fotografo	1	—	—	1	Fotografo	1	—	—	—	—	—	1
68-098	Oper Multilith	1	1	—	2	Gráfico (Impressor)	2	—	—	—	—	—	2
77-FE	Mimeografista	—	—	1	1	Gráfico	—	1	—	—	—	—	1
77-100	Aj Burocrata	—	5	9	14	Dactilógrafo ou Escrevidor	5	9	—	—	—	—	14
77-100	Aj Burocrata	—	7	13	20	Dactilógrafo ou Escrevidor	7	13	—	—	—	—	20
90-108	Electricista	—	1	3	4	Electricista	—	1	3	—	—	—	4
S O M A		6	31	184	221		28	53	88	52	—	—	221

- Mlc — Ginásial completo
- MII — Ginásial incompleto
- Pc — Primário completo
- Pi — Primário incompleto
- A — Analfabeto

Quartel em Deodoro, GB, de dezembro de 1965

Coronel Comandante da Es MB

FICHA DE INCORPORAÇÃO

N.º DE ORDEM	NOME:	N.º
TSE-1	Aplica injeção	
LV	FSR	
RA	Dentista	
AM	T Apt Mot	
AMec	Dir auto c/carteira	
BB	Dir auto s/carteira	
CO	Ex Psicol	
CA	Dactilografia	
CR	Barbearia	
Profissão	Fotografia	
	Alfabetaria	
	Ficha Ind	
Escolaridade	Residência	
QMG-QMP	FUNÇÃO	FRACAO
	PELOTXO	ARMARIO

Ao fim da semana, melhor dizendo, nos dois últimos dias, em função das áreas de aptidão apresentadas pela BCEx, das observações médicas, do parecer do CEP, do resultado da prova do CFC, da de datilografia, da entrevista, da capacitação profissional observadas para aqueles que declarassem algo na entrevista, eram os soldados classificados em suas funções.

Começávamos assim, o 1.º dia do período de adaptação com os recrutas em suas funções, a maioria das quais definitivas.

Sem dúvida, até a qualificação do soldado (IBQ) existiriam movimentações. Eram poucas em comparação com uma seleção sem qualquer critério.

(1) Vejamos as vantagens oferecidas por êsse processo.

- (a) Descentraliza a seleção tornando-a mais fácil de aplicação pelo menor número de elementos a serem selecionados por uma equipe.
- (b) Permite um conhecimento melhor dos homens. A seleção é feita no elemento já designado para o quartel.

(2) Desvantagens:

- (a) Seleção em um universo pequeno. Assim voltando ao exemplo da EsMB, para uma incorporação exigida de cerca de 200 homens recebia-se um excesso de 20 o que obrigava o emprêgo de recurso de funções prioritárias com visível prejuízo para as prioridades menores, que, nem sempre, recebiam o homem para o lugar certo.
- (b) A grande sobrecarga para uma unidade nesses trabalhos de incorporação. Demanda tempo, material e pessoal.
- (c) Como pode ser observado, ainda nesta hipótese apresentada, estamos aludindo a aplicação das baterias *antes* do início do período de aplicação.

Vejamos, nesse sentido, o que prescrevem as "Instruções Gerais de Padronização da Seleção (provisória), edição de 1967 em seu N.º 3.1.2.

(início de citação)

"O 2.º estágio será levado a efeito nos Corpos de Tropa *durante* o período de adaptação, pela aplicação da BCEx.

(fim de citação)

Julgamos que neste processo, às desvantagens já apresentadas deve ser acrescentado ainda o fato da aplicação da bateria implicar em prejuízo visível na própria instrução e de criar problemas com a mudança de função dos soldados com vistas ao resultado dos testes.

que já estão a uma, duas, três ou mesmo quatro semanas numa função. Poder-se-ia dizer, em defesa dessa tese, que o nome do próprio diz, "adaptação"; mas qual o soldado que desde o 1.º dia não está na sua função dentro do seu pelotão, Cia e Batalhão?

1ª Conclusão:

A se realizar a BCEx nos corpos de tropa optamos pela realização, *plenamente possível, antes do período de adaptação.*

f) 2.ª Solução:

Aplicar parte no PR (TSI e TSE-1), e a BCEx na unidade, antes ou durante o período de adaptação.

Voltemos, inicialmente, aquilo que prescrevem as "Instruções Gerais de Padronização de Seleção (provisória) 1967".

(início de citação)

"3.1 — Tropa, Contingente e Tiro-de-Guerra.

A seleção sob aspecto psicológico, será realizada obrigatoriamente em dois estágios.

1.º estágio:

Nas comissões de seleção a ela devendo ser submetidos apenas os conscritos julgados aptos "A" na inspeção de saúde quanto ao aspecto físico.

2.º estágio:

Nos corpos de tropa e contingentes.

3.1.1 — O 1.º estágio consistirá na realização de

- (a) entrevista;
- (b) na aplicação de Teste de Seleção Inicial (não verbal) aos analfabetos e semi-analfabetizados;
- (c) na aplicação de Teste de Seleção do Exército (TSEx-1) aos alfabetizados que possuam instrução até o nível de 1.º ano do curso ginasial ou correspondente, inclusive.

3.1.2 — O 2.º estágio será levado a efeito nos corpos de tropa, durante o período de adaptação pela aplicação do BCEx".

(fim de citação)

(1) Vantagens dessa solução:

- (a) Diminui em alguma coisa o trabalho no corpo de tropa.
- (b) Permite, pelo menos ao PR, observar o grau de escolaridade nos conscritos enviados aos corpos de tropa.
- (c) Da mesma forma que a primeira solução, descentraliza a seleção, tornando-a mais fácil no ato de aplicar, pelo menor número de elementos a serem selecionados por uma equipe.
- (d) Permite, ainda da mesma forma que a primeira solução um conhecimento melhor dos homens.

(2) Desvantagens:

Aquelas apresentadas para o caso anterior e as considerações já feitas com relação ao item 3.1.2 da citada instrução.

g) 3ª Solução:

Aplicar o TSI, TSE-1 e a BCEx no próprio PR.

Não podemos nos esquecer que ao PR, além das atribuições normais ao período que antecede a incorporação, tais como, entrevista, exame médico com abreugrafia, teria como outro encargo o de aplicar o TSI e TSE-1 e a própria BCEx.

Nas grandes cidades, vemos a possibilidade que a BCEx possa ser executada no PR, posto que haveria facilidade de retorno do soldado a esse órgão durante três ou quatro dias sem grande prejuízo quer do PR, quer do recruta.

Nas pequenas cidades não vemos possibilidade dessa 3ª solução pelo seguinte:

Tomemos o exemplo concreto do distrito de Taquaruçus do Município de Silva Jardim, no Estado do Rio de Janeiro. É bem verdade que, atualmente, esse município não é tributário, mas o será mais cedo ou mais tarde.

O jovem em idade de prestação do serviço militar que reside em Taquaruçus, terá de ir a sede do município para se apresentar à Comissão de Seleção. São cerca de 35 quilômetros de distância.

Para haver um trabalho completo desse PR o soldado teria de percorrer uma distância de 70 quilômetros durante três ou quatro dias com prejuízo para ele e para o seu empregador. E estamos admitindo empenhar o alistado apenas na parte da manhã.

Se, por outro lado, mantivéssemos o alistado apenas um dia, teríamos de prever alimentação e contrariaríamos frontalmente a técnica de aplicação da BCEx que impede sua aplicação em uma jornada.

Analisando assim, essa solução poderíamos apontar suas vantagens e desvantagens.

(1) Vantagens:

- (a) Atender com grande precisão aos pedidos das Unidades.
- (b) Evitar a sobrecarga nas Unidades com trabalhos que não são específicos da incorporação.
- (c) O PR trabalhará com um universo (grande quantidade de recrutas) bem maior facilitando uma melhor seleção.
- (d) Colocar a seleção no plano de importância que ela merece pois dar-se-á a um PR, praticamente, a responsabilidade de preencher os claros da Unidade dentro da função.
- (e) Será mais um meio, acredito, para que se forme a imagem verdadeira do Exército pois o recruta logo ao se apresentar ao PR sente uma organização trabalhando em seu proveito.

(2) Desvantagens:

- (a) Para cidades em que a tributação é afastada é proibitivo.
 - (b) Aumenta de muito o trabalho e responsabilidade do PR já tão assoberbados.
 - (c) Implica em locais adequados de trabalho com grande necessidade de material.
 - (d) Mesmo nas grandes cidades obriga a ida do recruta pelo menos umas três vezes em três dias.
- Conclusão parcial — Para PR que funcionem em grandes cidades com sua tributação próxima, vemos como solução a curto prazo.

3 — CONCLUSÃO

O que vimos até agora teve como objetivo primordial o de realçar a importância da seleção do soldado, sua necessidade quase que impositiva face a uma crescente diversificação das funções com uma tenacidade cada vez maior.

Estudamos a evolução da seleção e concluímos que já é antiga a preocupação em bem selecionar. Sentimos o cuidado crescente em adequar o soldado à função dentro de critérios válidos.

Ao mostrarmos o conjunto de testes práticos do BDR fizemo-lo na análise da evolução e para apresentar, a falta de uma bateria mais apropriada, uma solução simples para a designação de um contingente a ser incorporado.

Apresentamos um caso concreto vivido na EsMB procurando mostrar a exequibilidade da aplicação da BCEx, TSE-1 e TSI na própria Unidade sem qualquer prejuízo para a instrução.

Finalmente, apresentamos três soluções para responder ao QUANDO da aplicação da seleção. Vimos de cada uma as vantagens e desvantagens, caracterizando, mesmo, particularmente as primeiras e terceiras como soluções a curto prazo.

Verificamos, outrossim, a dificuldade da seleção, nos moldes em que é feito em municípios com tributação afastada.

Resta-nos desta maneira, apresentar como conclusão a quarta solução: aplicar um tipo de bateria de testes de tempo reduzido, no PR.

A Bateria de Qualificação do Exército ou a BTAG, (americana não totalmente consolidada e adaptada), melhor àquela do que esta, seria a solução.

Vejamos as suas vantagens:

- (1) Reduz o tempo de aplicação de mais de quatro horas, no caso da BCEX, da ordem de sessenta minutos.
- (2) Permanece com a mesma validade da BCEX, o que é por demais importante.
- (3) Pode ser aplicado em municípios com tributação afastada pois a sua aplicação é apenas uma hora.
- (4) Pode ser aplicado em PR com tributação próxima com a vantagem de evitar o retorno do conscrito em mais de um dia.
- (5) Permite que os trabalhos para determinação de área de aptidão sejam iniciados tão logo esteja terminada a aplicação.
- (6) Mostra ao futuro soldado, logo ao seu primeiro contato com o organismo militar, uma preocupação com ele como uma das peças componentes de uma complexa engrenagem.

As desvantagens são tôdas aquelas inerentes a aplicação de qualquer tipo de bateria no PR: sobrecarga de trabalho, maior número de elementos para aplicação da bateria, etc.

Creio, contudo, que essas desvantagens poderiam ser perfeitamente contornadas pelo que de vantagem possa apresentar o processo.

Este foi o nosso trabalho. Teve como objetivos principais: primeiro foi o de concorrer embora pàlidamente, acreditamos, para u,a maior divulgação da necessidade de seleção; segundo o de mostrar aquilo que pode ser feito; terceiro e último lugar o de procurar provar a necessidade cada vez maior da adequação do soldado, a função, para maior eficiência do nosso Exército.

BIBLIOGRAFIA

- LEI DO SERVIÇO MILITAR.
- REGULAMENTO DA LEI DO SERVIÇO MILITAR.
- T 12-260 (MANUAL TÉCNICO) — Ajudância-Geral — Testes para Classificação do Pessoal — 1959.
- BDR — (Bom Dia Recruta).
- INSTRUÇÕES GERAIS DE PADRONIZAÇÃO DE SELEÇÃO (PROVISÓRIAS)/87 DA SUBDIRETORIA DE RECRUTAMENTO.
- ARQUIVOS DA COMPANHIA DE COMANDO E SERVIÇOS DA ESCOLA DE MATERIAL BÉLICO.

A cada nova guerra surgem outras dimensões nos campos da tática e do armamento. Assim sendo, as atitudes rígidas ou inflexíveis para com a arte de combater podem ser perniciosas a eficiência em combate. O comportamento humano irá determinar grandemente o curso da batalha. Desta forma, nunca será demais acentuar a necessidade de uma judiciosa seleção dos homens, principalmente dos líderes.

UMA ESPERANÇA NO ORIENTE PRÓXIMO

Por JACQUES VERNANT

Tradução da *Révue de Défense Nationale*
de março/71 pelo Cel PAULO EDUARDO

No início de julho do ano de 1970, analisando a situação do Oriente Próximo eu afirmava que talvez se apresentasse uma oportunidade de selar a paz, ocasião sem dúvida fugidia que, no entanto, deveria ser agarrada por todos aqueles que têm interesse nela. Esse diagnóstico, prudentemente otimista, se baseava no surgimento de dois dados novos no enunciado do problema:

- a) A modificação qualitativa do engajamento soviético, em particular pró RAU.
- b) A influência crescente das organizações palestinas no campo árabe. Se bem que sua importância militar, na luta armada contra Israel, tenha sido de pequena monta, tais organizações parece que desempenharão papel cada vez maior na política inter-árabe. Por uma ação bastante limitada de guerrilhas e sabotagem e sobretudo por sua atuação política, as organizações palestinas, sobretudo as mais extremadas, influem nas decisões governamentais e, com mais frequência, na evolução do conflito.

O que é que resta dessa análise agora em fins de janeiro de 1971? Resumindo, minha impressão é a de que a conclusão formulada ainda é válida, se bem que os fatores que lhe serviram de base estejam hoje parcialmente mudados. A modificação ocorrida consiste em primeiro lugar no fato de que as organizações palestinas, que em julho de 1970 pareciam dever desempenhar um papel preponderante, e até decisivo, se retraíram da cena pelo menos momentaneamente. Isso se deve, antes de mais nada, a que a estratégia aplicada no verão por certas organizações com o fito de impedir a execução do plano Rogers, conseguiu mobilizar contra os palestinos a maioria dos governos e da opinião pública dos países interessados.

O plano Rogers era fruto de consulta entre americanos e soviéticos, notadamente entre o Subsecretário de Estado Joseph Sisco e

o Embaixador da URSS em Washington, Anatoli Dobrynine. Desde o princípio do ano de 70, Nasser estava convencido de que a "guerra de desgaste", assim como a "guerra relâmpago", não era proveitosa. Ele optara então pela paz. Dentre os países que estavam no campo de batalha, a Síria e o Iraque faziam eco com as pretensões palestinas, porém a União Soviética possuía e possui meios de pressão muito eficientes sobre Damasco e Bagdá pois dela depende o suprimento das forças armadas sírias e iraquianas no que tange ao armamento, munições e outros equipamentos.

Quanto ao Rei Hussein, sua autoridade era frontalmente contestada pelos guerrilheiros palestinos. Ele também só estava à espera de uma ocasião favorável para restabelecer a ordem em seu país, condições indispensáveis quer para fazer a guerra, quer para concretizar a paz. Nessas condições a prova de força realizada por Hussein em setembro, com o fito de liquidar aquele Estado dentro do Estado, constituído pelos comitês e milícias dos Fedains no território da Jordânia, não poderia suscitar mais do que protestos verbais dos Estados Árabes, mesmo daqueles que abertamente apoiavam a causa palestina. Em consequência, as autonomias militar e política que o movimento palestino parecia poder pretender em julho de 70, não pôde mais ser seriamente evocado na hora em que escrevemos estas linhas, após as derrotas sofridas durante a crise de setembro e seus prolongamentos de janeiro. Se é fato que os mais atingidos por esses reveses foram os dirigentes dos grupos revolucionários, não é menos verdadeiro que o conjunto das organizações palestinas também cofrearam o contragolpe.

O resultado obtido, ao contrário do objetivo pretendido pelos Palestinos, será, sem dúvida, o de reservar a eles somente um papel secundário nas conversações que se processam, sob os auspícios das Nações Unidas e por intermédio de Gunnar Jarring. Mas posta de lado a regressão do fator palestino, a negociação presidida pelo Sr. Jarring engloba outros dados novos.

O primeiro é a morte de Gamal Abdel Nasser. Evidentemente que não é fácil especular sobre as consequências que ela possa ter sobre o comportamento egípcio a curto e médio prazos. Todavia uma observação parece impor-se: Nasser pretendia encarnar o destino do Egito; ele soube, aos olhos de seu povo, se identificar com esse destino. Dirigente carismático, se é que o foi, ele julgava dever assumir a responsabilidade pelas grandes decisões que envolvessem a sorte do Egito, tais como a nacionalização do canal de Suez em 1956, a exigência do reagrupamento da força de emergência das Nações Unidas em 1967. Da própria personalidade de Nasser e do elo específico que o ligava a seu povo resultava uma relativa imprevisibilidade de suas atitudes.

Sobretudo em época de crise, ele era praticamente incontrolável inclusive pelos seus aliados mais chegados. Esta situação é, fora de

qualquer dúvida, muito diferente com os seus sucessores. Pode-se presumir que a política do Egito possa vir a ser decidida por um colegiado no seio do qual não surgiu nenhuma personalidade, até o momento, que possa desempenhar o mesmo papel que Nasser desempenhou durante dezoito anos. Tal papel, todavia, Nasser representava, não só em nome do Egito mas também em nome da "Nação Árabe" em conjunto, pois êle se outorgara o papel de paladino e guia. Daí a dificuldade que às vezes êle sentia para escolher entre as soluções ditadas pelo seu senso de realismo e aquelas provenientes de um sonho de grandeza árabe rediviva.

O desaparecimento de Nasser me parece ter duas conseqüências:

- 1.º) O comportamento egípcio será no futuro mais controlável e por conseguinte mais controlado.
- 2.º) O comportamento egípcio será comandado sobretudo pelos interesses nacionais ou regionais (isto é, na escala de Vale do Nilo e seu quadro africano) em vez de pelas exigências de uma missão em escala de mundo árabe.

Dizer que o comportamento egípcio será mais facilmente controlado, é, na atual conjuntura, dizer que a União Soviética estará mais capacitada para orientar a atitude egípcia. Em curto prazo, pode-se pensar que êsse contrôle não comporta senão aspectos negativos. Um estudo recente efetuado pela Rand Corporation para a Fundação Ford sobre "A política soviética no Oriente Médio" expressa a opinião de que a conjuntura mais perigosa e por conseguinte a menos desejável seria aquela que associasse o maior engajamento da URSS (high involvement) a um fraco contrôle (low control).

Como parece pouco provável que o engajamento soviético no Oriente Próximo, especialmente no Egito, possa ser descartado em curto prazo, será que ficaremos reduzidos a almejar um "contrôle" eficaz?

Pode-se pensar que Moscou deseja evitar um quarto "round" militar entre o Egito e Israel, pois uma nova guerra poderia colocar a URSS diante de uma alternativa dramática: ou aceitar nova derrota de seu protegido ou intervir diretamente no conflito e se arriscar a um choque com Washington. Ora, Moscou certamente quererá evitar uma ou outra dessas soluções.

O objetivo da União Soviética é o de obter a paz atendendo aos interesses egípcios e aos seus próprios, pela evacuação dos territórios ocupados na guerra dos seis dias. Qualquer que seja o interesse que os russos tenham pelos regimes árabes progressistas da Síria, Iraque, Sudão ou Iémen, o Egito permanece sendo o pião principal do jogo político e diplomático de Moscou nessa região.

Moscú pode se apoiar na estabilidade do regime egípcio, que sobreviveu a desastres militares, enquanto que os dos outros países árabes são afetados por enorme coeficiente de instabilidade. Além disso, a reabertura do canal de Suez daria a Moscú o meio de melhorar suas linhas de comunicação entre o Mediterrâneo e o Oceano Índico. Em suma, se o reforço do engajamento soviético no Egito incita os israelenses a entabular negociações, esse mesmo reforço do controle soviético sobre o Egito pode igualmente facilitar os entendimentos.

Outra observação a propósito das condições nas quais se desenrola o segundo ato das negociações JARRING: o motivo invocado por Israel, durante o verão passado para suspender as conversações com o mediador das Nações Unidas, era a violação pelo Egito e URSS dos termos estabelecidos para o cessar-fogo na zona do canal. Os soviéticos haviam deslocado para essa zona, onde não deveria haver nenhuma modificação, foguetes antiaéreos.

Ora, a ruptura do equilíbrio que tal violação traria está, hoje em dia, compensada pela entrega de armamento e material americano a Israel, notadamente os "Phantoms", e pelos compromissos assumidos pelos Estados Unidos.

Parece, dessa maneira, que as posições adotadas pelos principais países em causa, no momento atual, se aproximam bastante.

Antes de mais nada, pela primeira vez, israelenses e egípcios precisaram para o Sr. JARRING (mediador da ONU) as grandes linhas do estatuto que uns e outros desejavam obter. Assim, sem que se possa dizer que as negociações hajam começado realmente já se ultrapassou a fase das afrontas puramente polêmicas e vagas sobre o sentido da resolução de 1967. Do lado israelense encara-se a evacuação dos territórios ocupados (isto é, em realidade de uma parte somente) em troca de uma paz confirmada e realizada dentro de fronteiras "seguras e reconhecidas". Todavia, Israel continua a afirmar que a evacuação só se processará uma vez reconhecidas tais fronteiras e a paz firmemente estabelecida. As concessões que o Egito estaria pronto a fazer são de valor, embora algumas não sejam novas. Sem dúvida o Cairo continua a insistir sobre a necessidade preliminar de liquidar as seqüelas da agressão israelense, o que significa a evacuação dos territórios ocupados. Porém o Egito estaria pronto a reconhecer o Estado de Israel com todas as conseqüências que isso pudesse acarretar, sobretudo a de assegurar a liberdade de navegação no estreito de Tirana e a de autorizar, mediante certas condições, a passagem de navios israelenses pelo canal de Suez. Finalmente o governo egípcio seria favorável à instalação de uma força das Nações Unidas, comportando efetivos dos quatro grandes, para separar as forças egípcias das israelenses até que se houvesse regulado e acertado todos os detalhes de um acordo. A presença dessa "força tampão" estaria sujeita a uma decisão

do Conselho de Segurança e, por conseguinte, não poderia ser retirada sem o consentimento unânime dos membros permanentes do próprio Conselho.

Tal "força de emergência", versão nova mais incrementada da FENU de 1956, estacionaria parte em território egípcio e parte em território israelense. O Egito não deveria ser hostil à realização, por etapas, de um plano que associasse medidas de evacuação a outras de normalização das relações entre os Estados. Essas idéias não estão muito longe das que se professam em Paris no que tange aos meios adequados a dirimir o conflito; isso é o que justifica a retomada do otimismo de que deram mostra as declarações oficiais no momento em que iniciava o 2.º ato das negociações JARRING. Sem dissimular o afastamento de pontos de vista que ainda existe entre as posições de Israel e as do Egito, deve-se contatar que parece que se está processando lentamente, de um e outro lado, uma erosão das posições extremadas em benefício de uma solução de compromisso.

Essa solução pode ser vista, hoje como há seis meses englobando os seguintes elementos:

- a) Fim do estado de guerra entre Israel e seus vizinhos árabes e reconhecimento do Estado de Israel.
- b) Evacuação por Israel do essencial, ou mesmo da totalidade dos territórios conquistados durante a guerra dos seis dias em 1967.
- c) Acôrdo e uma garantia internacionais sôbre as fronteiras do Estado de Israel.
- d) O estacionamento temporário de uma força internacional separando os exércitos egípcio e israelense e comportando eventualmente efetivos dos quatro grandes.
- e) Um acôrdo, subscrito pelos quatro grandes, para limitar e equilibrar as vendas e fornecimento de armas aos beligerantes.
- f) Reabertura do canal de Suez nas condições anteriores a 1967.
- g) Liberdade de navegação para Israel no estreito de Tirana e no canal de Suez.

Fica entendido, é bom repetir, que essas diversas condições deveriam ser postas em prática segundo calendário que, em cada etapa, levaria em conta os interesses de todos os interessados.

NESTE 25 DE AGOSTO

Prof.^a MARIA ISABEL DE CARVALHO CUNHA

Bauru (SP)

Aos meus jovens alunos e a todos,
Uma mensagem de crença,
Considerai, jovem
A figura esplêndida de Caxias
Plasmada no mais rico filão de brasilidade
Crescida nos mais altos ideais do Homem
Devotada inteiramente
À causa sublime de Pátria digna, una
Sim, Caxias é herói autêntico
Sua rútila espada
A maior de quantas houve
Sob o céu de toda América
É divisa de Honra
de respeito
de nobreza
de Paz...

Considerai, agora, jovem
Caxias é herói vivo
Não um ornado da História!
Caxias não morreu
Os heróis não morrem nunca!
Caxias vive em cada um de nós
Porque Caxias é um estado de espírito
Porque Caxias é uma tomada de posição
Porque Caxias é uma consciência
Consciência de Pátria íntegra
Que cresce — cresce cada vez mais
Agasalhando a todos
Impelindo-nos à frente
Na epopéia heróica
Do Brasil de nossos dias!

Contemplai o chamado "inferno verde"
Desafio do século!
Está nascendo para nós
Lá está Caxias!
É a alma de Caxias que comanda
Através da escuridão verde da mata.

Da Amazônia bravia, implacável
O soberbo soldado verde-oliva
E vão surgindo gotas de esperança
No coração da terra que é nossa
Japurá
Tabatinga
Palmeira
Guajará-Mirim
E tantas, tantas
Luzes que se acendem
que se elevam
que se opõem
à tirania da treva
Marchetando de estrélas
O espaço verde azul
Considerai, jovem
A esplêndida figura de Caxias
Na santa guerra da redenção nacional
Lá onde tudo era o Nada
Onde a miséria era o Tudo
Onde o clamor da floresta
O gemer do homem bom
Com sinfonia de dor
Clamava integração
Labuta a farda verde-oliva
A sombra verde-amarela
Do sagrado Pavilhão!

ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO

General
OLIVIO GONDIN DE UZEDA

Já conhecíamos bem o feitio do cavalarião, isso desde nossos tempos de cadete na Escola Militar, e tantos dêsses com os quais havíamos convivido no Colégio Militar de Barbacena. Entretanto, nosso retôrno àquela escola já como instrutor, missão que também exercemos na Escola de Aperfeiçoamento para Oficiais e na de Motomecanização, facultou-nos um contato mais íntimo com nossos companheiros da Cavalaria. Assim já os sabíamos decididos, afoitos e valentes, características acentuadas no próprio contato com o cavalo.

Por outro lado, notamos sempre, e com muito orgulho e entusiasmo, o carinho com que os cavalariãos cuidam da história da sua arma, cujos feitos procuram enaltecer e seguir. E lá vão êles naquele linguaajar todo seu, nas pegadas de Osório e Andrade Neves.

Com a organização da 1.^a DI da FEB dentro dos moldes do Exército Americano foi criado o 1.^o Esquadrão de Reconhecimento.

No curso para oficial de operações que fizemos na Escola de Infantaria de "Fort Benning", nos Estados Unidos, aprendemos o que se exige dessas subunidades na guerra, nas tantas e tão árduas missões que lhe são atribuídas. Designado para comandar o 1.^o Batalhão do Regimento Sampaio que já o sabíamos parte da 1.^a DIE acompanhamos com muita satisfação não só a organização como a própria instrução desse esquadrão, que já o sabíamos tanto dêle iamos depender na nossa próxima atuação nos campos de batalha da Itália. E avultou essa nossa satisfação quando vimos o conjunto de oficiais que foram designados para o nosso Esquadrão.

Chegados à Itália com o chamado 2.^o escalão lá já encontramos feitos do 1.^o Pelotão do Esquadrão de Reconhecimento que havia seguido com o 1.^o escalão, seus componentes já faziam alarde da sua bravura.

Vem a defensiva do inverno e o I/RS recebe ordem para se estabelecer na frente: Columbura, Giardino, Brainta, Podestino de Sobra, aí substituindo o já famoso "Esquadrão de Reconhecimento". A simples contemplação da carta da região em aprêço dois fatores nos chamaram a atenção: a exagerada extensão da frente a ser mantida,

cêrca de cinco quilômetros, e, mais uma vez, o franco domínio della Vedeta, de Pietra Colora e do Morro della Croce, sôbre a área a ser defendida, domínio do qual o inimigo jamais se esquecia. Ao nos deslocarmos, porém, para essa região um outro problema nos impressionou fortemente, a qualidade da estrada da qual nos devíamos valer para reabastecer, remuniciar, dar vida enfim, ao batalhão sob o nosso comando; estrada de piso rudimentar, trechos exageradamente íngremes e apresentando curvas muito fechadas para o trânsito de caminhões de certo vulto. E prosseguindo nos deparamos no PC do Esquadrão com o seu já renomado comandante Capitão Pitaluga, nosso bom companheiro e nosso amigo; e como que seu carinhoso abraço e a efusão de suas palavras, nos alertaram para o vulto de mais essa missão que lhe cabia: tóda essa área, tóda essa frente, essa pobreza de estradas, êsse franco domínio de fogos e de vistas do inimigo, tudo tão zelosamente guardado por esta pequena subunidade, e só ela! Apenas a neve que se aproximava recrudesceria o problema, o mais, tudo, tudo, só aquêles **punhado de gente** defendia! Alguns meses de guerra já nos asseguravam experiência para valorisarmos êsse trabalho! E o I/RS passou quase dois meses nessa frente e cada dia que passava, cada patrulha no seu vai-e-vem, cada bombardeio com que o inimigo nos dava o seu bom dia, mais admirávamos aquêles **infantes improvisados**.

E como que essa foi a semente lançada! Logo após Monte Castelo e Montese conquistados, já se vai o "Esquadrão de Reconhecimento" na verdadeira missão, a cata do inimigo. Não lhe importaram os campos minados, nem as armadilhas dos contrários, nada o detinha. Em Zocca, Marano, Rio Parma, lá estavam os meninos do Pitaluga a cutucarem o inimigo. Em Colechio e Fornovo foram êles que localizaram a 148.ª Divisão Alemã, sentiram sua situação moral e, praticamente, a entregou ao escalão superior. E assim prosseguiu o "Esquadrão de Reconhecimento" já em franca perseguição do inimigo; onde quer êle se achasse lá estava o esquadrão a localizá-lo, a medir-lhe forças, a desalojá-lo. Heroísmo? Sacrifício? Desprendimento? Êle tinha de sobra! E lá se ia!

Para êle, para êsses bravos que compuseram o "Esquadrão de Reconhecimento" da FEB a gratidão e o entusiasmo dos seus companheiros do 1.º Batalhão do Regimento Sampaio!

ESCOLA ATIVA E FORMAÇÃO MILITAR

Ten Cel POISSON e Prof. LOMBARD
Tradução da Revista L'Armée
Nov 70, pelo Ten Cel PAULO EDUARDO

Quer se trate de formação de quadros profissionais, sindicais ou políticos de educadores, professores ou pais de aluno, o mais simples colóquio, simpósio ou seminário utiliza extensa e profundamente a escola ativa.

Sua introdução no Exército vem suscitando reações opostas.

Uns elogiam vigorosamente esse método de formação que, segundo eles, iria até mesmo pôr em destaque a própria essência da autoridade. Outros, ao contrário, face a essa posição extremada, apresentam outro tipo de reação, defendendo-se da idéia, o que os leva a depreciar o valor desse método e a negar-lhe qualquer eficiência.

De fato, numa época em que o exercício da autoridade implica, mais do que nunca, no engajamento do subordinado, a escola ativa, empregada com discernimento e competência, pode se constituir em um poderoso auxiliar da formação militar.

Após caracterizar o método da escola ativa, procuraremos estabelecer o meio que permite ao Chefe aplicá-lo eficientemente na formação necessária ao exercício da autoridade. Após isso, apelando para a experiência, exporemos seus princípios e modalidades de emprego.

A ESCOLA ATIVA TORNA A FORMAÇÃO MAIS EFICIENTE PORQUE IMPLICA NA PARTICIPAÇÃO TOTAL DO ALUNO

A melhor maneira de tomar consciência dessa afirmativa é situar esse método no contexto dessa formação técnica que é a instrução. Ai então surgirão suas principais características.

Aprender implica sempre em um *processo ativo* que se desenvolve no aluno. A realização desse processo exige, a ação do instrutor que o desperta e conduz durante seu desenvolvimento. Assim sendo, o instrutor é um agente indispensável do fenômeno instrução. Todavia, não é o único. Há também o aluno cujo: dinamismo interior e princípio de volição, constituem fatores determinantes do processo que o instrutor desencadeia. "Ninguém aprende se não quer

aprender, ninguém aprende sem esforço e é fazendo que se aprende a fazer" dizem os modernos pedagogos! Dessa forma proclamam êles uma verdade tradicional porém tão freqüentemente esquecida, que crêem, às vêzes, estar fazendo uma obra "revolucionária".

Ora, das duas fases essenciais de qualquer instrução militar — a de apresentação e a de aplicação — pode-se dizer que somente a última é realmente ativa. Enquanto esta obriga realmente o aluno a apelar para seus recursos próprios para executar o que previamente lhe foi apresentado e explicado, a da apresentação, que tem a preponderância na ação do instrutor, torna muito difícil a participação do aluno, freqüentemente pôsto em situação de simples receptor.

Do que acima está dito surgem sérios inconvenientes que prejudicam a eficiência. Primeiramente a motivação do aluno, que será condição de boa aplicação posterior, não é fácil. Em seguida, o instrutor pela falta de um meio de controle permanente, não pode atender, no decurso da sessão que está ministrando, às reais dificuldades de cada aluno. Finalmente a "subatividade" relativa deste infringe a lei de experiência que reza que "só se *compreende* e aprende bem aquilo que se é capaz de reconstruir por si mesmo", da mesma maneira que aquêle teorema que só se assimila quando se é obrigado a, por si só refazer a demonstração.

A necessidade de aumentar a eficiência da fase de apresentação incita, cada vez que as condições o permitem, a apelar para o método da *escola ativa*. Este, com efeito, favorece ao máximo o surgimento e o desenvolvimento do *processo ativo*, base de toda dinâmica de instrução.

Ele busca essencialmente a *ativar* este agente formador que é o próprio aluno, daí seu nome.

Ele não substitui os métodos clássicos, que permanecem válidos, e sim a êles se associa para aumentar o rendimento da instrução.

Para levar o aluno a se engajar ao máximo, a participar o mais ativamente possível em seu próprio processo de formação, o método da escola ativa o coloca em situações que apresentam duas características essenciais.

A primeira é o papel preponderante que assume a ação do aluno em relação à do instrutor. Isso aparece nitidamente quando se compara o método da escola ativa aos outros.

No método demonstrativo, o instrutor *mostra* e explica a operação a executar, os alunos se contentam em *olhar* e escutar antes de executar.

No método didático, o instrutor *fala* para expôr os fatos e as idéias, eventualmente com o auxílio de meios visuais, enquanto que os alunos *escutam* e olham.

No método interrogativo, o instrutor faz com que os alunos descubram progressivamente o tema, fazendo-lhes *perguntas* adequadas.

No método da escola ativa, o instrutor *expõe um problema* em seu conjunto e faz com que os alunos descubram a solução. Estes são pois levados a enfrentar o problema como um todo e a se esforçar por dominar, *por si mesmo*, todos os aspectos, com o auxílio do instrutor.

A segunda característica é que se trata de um trabalho em grupo que por sua dinâmica própria, torna-se, por si só, um meio de formação.

Em realidade o problema não é proposto a vários alunos operando isoladamente, mas a um grupo de oito a quinze membros que podem, livremente, expender suas opiniões sobre o tema e cooperar na pesquisa comum.

As diversas interações que se estabelecem então, têm como resultado *ativar* os participantes. Estes são progressivamente *engajados* no plano efetivo do choque de opiniões pessoais e de outro lado, no plano racional, eles são *estimulados e enriquecidos* pelas contribuições de uns e outros. Quanto ao instrutor, desempenha o papel de animador, isto é: ele se esforça por facilitar e ordenar as trocas de opinião, ao mesmo tempo que impulsiona o trabalho do grupo para atingir o objetivo predeterminado. Ao final porém, ele deve concluir essa fase de pesquisa e de discussão elegendo, se fôr o caso, entre as soluções apresentadas e, eventualmente, apresentando sob uma forma didática uma delas para a necessária aplicação exata e precisa (que não deixe margem para ambigüidades).

O método da escola ativa pode se aplicar em todos os domínios. Certamente os métodos clássicos são mais convenientes quando desejamos acentuar noções ou gestos que deverão ser simplesmente recordados com o tempo. É igualmente certo que a escola ativa se adapta perfeitamente quando se trata de ensinar noções que terão aplicação imediata em situações variadas e novas, isto é, quando se tiver que apelar para a inteligência para resolver problemas. É o caso de algumas sessões de instrução tática, na sala ou no terreno, preparatórias das de aplicação com o material.

A escola ativa pode ser utilizada com grande êxito para aumentar a motivação durante o aprendizado de uma técnica ou de uma manipulação, tipo desmontagem de arma ou execução de uma tática elementar. Os alunos são levados a descobrir as grandes linhas do que deverão fazer; tanto melhor seja a participação dos interessados na busca e elaboração da solução, melhor será a qualidade de sua aplicação posterior. Além disso, pelo clima de confiança que no decurso da instrução se "desenvolve entre instrutores e alunos e pela inicia-

tiva que inspira a estes últimos, a escola ativa cria condições eminentemente favoráveis ao aprendizado". Assim é que podem ser destacados os brilhantes resultados obtidos por esse tipo de instrução, particularmente em algumas unidades da 11ª Divisão.

A ESCOLA ATIVA PERMITE AO CHEFE PROPICIAR EFICAZMENTE A FORMAÇÃO NECESSÁRIA AO EXERCÍCIO DA AUTORIDADE.

Preparar a tropa, em tempo de paz, para as missões de combate consiste em fazê-la adquirir não só o *saber*, como o "*savoir-faire*", mas também um "*saber ser*". A esse respeito, trata-se essencialmente de "criar nos conscritos motivação bastante forte para assegurar o sucesso da missão das Forças Armadas a serviço do país", de inculcar "em cada um o valor e a necessidade do serviço militar". Isso pertence ao domínio da educação denominada de *Formação Militar Geral*. Ela é "realizada em qualquer ocasião seja nas atividades individuais ou coletivas" e comporta tradicionalmente duas ações:

— A primeira visa a proporcionar o máximo de eficiência a cada uma das atividades de instrução ou da vida normal da caserna. Dessa maneira é criado um clima favorável que facilita a adaptação do homem. A satisfação que este sente provém então "da certeza de integrar um conjunto coerente... e de se constituir em uma engrenagem necessária a boa marcha do conjunto". Tal fato o torna útil, disponível para cumprir missões.

— A segunda é que, se apoiando nessa utilidade que lhe serve de trampolim, se esforça por utilizar o valor educativo, de natureza militar, de que se podem revestir tôdas as atividades diárias. Ela visa pois a fazer viver segundo um certo estilo e portanto a criar hábitos. Em seguida, insensivelmente, "ela (a escola ativa) ajuda a adquirir as qualidades morais necessárias ao cumprimento do dever militar".

"Obra permanente... na qual cada momento da vida militar constitui simultaneamente o apoio e o meio", a formação *indireta* assim realizada, através de tôdas as atividades se faz por meios clássicos que só são de fato formadores devido a uma ação constante dos quadros.

Assim é que, com muita oportunidade, para aumentar a eficiência da Formação Militar Geral, a Nota Ministerial que lhe é consagrada, exige que se faça o esforço na "melhoria das condições de atividade". No momento em que as críticas à instrução militar se tornam mais candentes, a ação exigida pela Nota acima referida, concorre certamente para atingir o objetivo fixado, isto é: convencer da necessidade do Exército.

É verdade que para atingir esse objetivo, não seria suficiente realizar uma formação indireta somente com a utilização dos meios clássicos e muito menos limitá-las à melhoria da "natureza humana". Apesar de sua crescente importância, tais ações não são mais, por si só, adequadas às necessidades do homem e do soldado modernos.

Com efeito, em numerosos setores profissionais, várias empresas já colhem, atualmente, a experiência de que as satisfações proporcionadas por um bom ambiente de trabalho, as que cada qual experimenta com a eficiência imediata da realização de sua tarefa ou mesmo as que lhes são trazidas pela sua crescente integração na própria empresa, não são suficientes para o homem moderno. Mesmo que ele considere tais satisfações como direitos adquiridos, a ponto de se revoltar quando delas é privado, certamente não achará que respondam a suas aspirações mais profundas. Estas são de outra natureza. Decorrem da triplíce característica da atual sociedade: o homem é submetido a um conjunto de implicações psicológicas e materiais que ameaçam despersonalizá-lo e esmagá-lo; ele se vê diante de um enorme campo de investigações e transformações do universo, como também do aproveitamento de um número, cada vez maior, de bens materiais; porém a maioria dos que estão investidos de autoridade não lhe oferece mais uma perspectiva fim que permitiria encontrar um objetivo para sua ação quotidiana e fazê-lo compreender que ele participa de uma obra que o supera. Ora, é justamente aí que reside sua necessidade fundamental. Todo o aperfeiçoamento limitado não se situa na medida das necessidades do homem moderno. A crise da juventude contemporânea é uma das consequências trágicas.

Da mesma forma se passa em relação ao serviço militar. Para legitimar sua existência, o simples aperfeiçoamento das condições de atividade, por mais indispensável que seja, não é o bastante para o jovem de hoje. Este necessita compreender a razão de sua presença e de sua ação no Exército. Um contato prolongado e quotidiano com diversas categorias de jovens, permite afirmar sem contestação possível que, para eles, aí está o X do problema.

Negligenciar este conjunto de fatos em matérias de formação, poderia arriscar a deixar os jovens "desarmados". Tanto mais quanto a carreira das armas, exigente por natureza, o é muito mais nesta época que vivemos.

A realidade do combate moderno exige, hoje em dia mais do que antigamente, "uma força moral a toda prova", uma iniciativa maior e uma dedicação total, se bem que o resultado do mesmo seja menos evidente. De outro lado, tais exigências são mais difíceis de suportar e compreender pelo jovem francês, cujos hábitos de vida não o preparam para tais provas, tanto mais quanto as correntes de opinião o levam a contestar os valores tradicionais e a esquecer suas obrigações em relação à comunidade nacional.

Desde logo o exercício da autoridade torna-se mais complexo pois, além da capacidade clássica de comandar eficazmente, exige do chefe, cada vez mais, a capacidade de *formar* seus subordinados intimamente para fazer-lhes entender e aceitar as sujeições da condição de militar. Isso é o que, atualmente, deve se destacar do exercício do comando. Se, em realidade, comandar pressupõe conceber, decidir e fazer executar, é certo que o comando surge somente quando é dada a ordem de fazer tal ou qual coisa. Aquêlle que executa a ordem recebida, só o faz bem se houver sido orientado previamente e "colocado em órbita", o que exige sempre uma certa compulsão, e se, em seguida, houver sido levado a prestar "seu concurso ativo e sem desfalecimento para a execução da missão". É aí então que êle obedece submetendo-se a condições que incorporou como suas. Tal é, em última instância, o esquema do ato de comandar.

Em tempos idos a execução era relativamente simples pois o contexto geral era suficiente para tornar natural a obediência.

Hoje, as condições criadas pelo mundo moderno, as exigências do combate muito incrementadas e a disposição dos jovens exigem que o ato de comandar se apóie em uma formação direta visando à participação ativa e adesão total.

A própria natureza dessa formação apela para a reflexão e convicções pessoais. Ela se assemelha a um verdadeiro aprendizado que, devido ao processo psicológico pôsto em prática, deve comportar sessões específicas e pressupõe o emprêgo de um método adaptado, como o da escola ativa. Como qualquer ato humano o da participação implica em uma mobilização de recursos da vida, do espírito e da sensibilidade e põe em ação de um lado a inteligência e a vontade e de outro a imaginação e os sentimentos. Normalmente o indivíduo capta pelos sentidos as mensagens exteriores, as submete ao trabalho intimo da imaginação e dêle extrai a compreensão através da inteligência. É a operação da percepção. Em seguida o indivíduo se exprime, decide por sua vontade e êsse ato livre é escudado pela sensibilidade. Porém, é preciso não esquecer que o nível de sensibilidade ou afetividade mora em grande parte, no inconsciente, influencia profundamente o exercício da inteligência e da vontade. É pois muito difícil, especialmente hoje em dia, livrar-se suficientemente das inclinações da sensibilidade para chegar a entender *objetivamente* e a querer *livremente*. O esforço de lucidez e de domínio de si mesmo é particularmente difícil quando se trata de pôr em confronto suas obrigações com realidades objetivas tais como o Bem comum, a Comunidade Nacional, o Estado, o Exército e mesmo certas expressões de solidariedade humana fundamentais.

A fim de facilitar a participação pessoal, *formar* vem a ser criar uma situação que ajude o homem a conquistar essa lucidez e domínio de si mesmo que, conseqüentemente, o permitam *formar-se a si próprio*. Tal situação se desenvolve em duas fases: primeira —

que o indivíduo possa perceber e se exprimir segundo sua maneira habitual, isto é, o que para a maioria dos homens representa pôr em jôgo de início uma grande carga de afetividade; a segunda em que cada um é levado a progressivamente se libertar de uma parte da carga afetiva para ser levado pelo plano espiritual. Então, pode-se realizar a participação livre do indivíduo, esclarecido pela inteligência e guiado por uma vontade cuja fôrça é acrescida pelo dinamismo da sensibilidade. Isso é o que efetivamente pode ser conseguido nesse trabalho em grupo, base da escola ativa, em que são postos em confronto, sôbre um mesmo problema, vários indivíduos sob a direção de um animador cuja integridade moral, conhecimentos do assunto tratado e competência pedagógica constituem elementos essenciais que êle deve possuir.

Conjugada aos métodos clássicos, a escola ativa é pois um meio perfeitamente adaptado a êsse gênero de formação.

É certo que, no decurso dessas sessões de trabalho em grupo com o emprêgo do método da escola ativa, os alunos têm sôbre o tema em estudo uma grande liberdade de percepção e de expressão. Justamente aí reside uma das condições de eficiência dêsse método. Porém isso não representa mais do que um dado. O Objetivo da sessão não poderia se limitar ao único fato da existência dessa liberdade por mais precisa que ela seja. Poder-se-ia, evidentemente, contentar-se em deixar que se exprimissem as reações individuais, isto é, respeitar totalmente a dinâmica do grupo. Presos a êsse único estágio, alguns formadores podem realizar uma verdadeira motivação psicológica de cada um dos participantes em tôrno dos fenômenos próprios do conjunto do grupo, de um lado, e o de suas próprias reações de outro. Mas no âmbito do Exército não se deveria utilizar êsse modelo de formação, isto é: determo-nos nesse estágio. O papel do instrutor militar permanece essencial. Além de sua função de animador, que consiste em facilitar o intercâmbio entre os membros do grupo e em mantê-los ligados ao tema em estudo, êle deve se esforçar por facilitar, ao máximo, a compreensão lúcida e objetiva da realidade. Para o instrutor militar, o método da escola ativa não deve ser, em si mesmo, um objetivo ou o fim de uma formação e sim, permanecer como um meio para atingir o fim que é a execução da missão de formação. Êsse método visa sômente a facilitar a integração do interesse em tôrno da missão que lhe fôr atribuída como necessária. O instrutor militar é também um Chefe.

De modo mais geral, a oposição aparente entre *autoridade* e *liberdade* é devida ao fato de sua natureza ser mal compreendida ou, o que é mais freqüente, ao fato de que sua execução às vêzes é prejudicada pelas imperfeições humanas. É pois na execução do método e não em sua essência que teremos que prestar atenção.

Será um comando arbitrário aquêle que substituir o serviço do Bem comum pela vontade individual.

Será um bom comando aquêle no qual a *ordem dada* não fór mais do que a explicação da ordem de coisas a instaurar.

O bom exercício da autoridade não é o daquele que submete outrem a sua própria lei e sim a de um homem que convence outro a se submeter a uma lei que é imposta aos dois.

A disciplina bem compreendida e bem aceita emana da liberdade através de uma necessidade. É um incremento na personalidade. Encontra-se aí uma das dimensões da autoridade que, a etimologia nos ensina, significa "aumentar, crescer" e pois formar.

Eis por que opor educação pessoal e educação em vista do serviço da comunidade não é sòmente vão mas também superficial...

Em realidade, a educação para a comunidade exige a educação para a pessoa, uma é praticamente impossível sem a outra. O Homem se realiza servindo ao Bem comum e a comunidade só se realiza servindo ao Homem.

A autoridade está a serviço da liberdade, porém o exercício da liberdade é impossível sem Autoridade.

O EMPREGO DO MÉTODO DA ESCOLA ATIVA EXIGE COMPETÊNCIA E DISCERNIMENTO

A experiência adquirida após vários anos, em algumas Escolas de Aplicação, permitiu verificar que o método da Escola Ativa não pode ser empregado *de qualquer maneira, em qualquer tempo, sòbre qualquer assunto e por qualquer um.*

DE QUALQUER MANEIRA

Sem entrar em todos os detalhes que um estudo completo exigiria, pode-se dizer esquemáticamente que uma sessão dada por esse método deve obedecer ao seguinte:

— Apresentação

Exposição do problema. O instrutor expõe o problema em *seu todo*, fixa os limites precisando o contórno. Esta fase é essencial.

— Capacitação

"Aquecimento e capacitação" do grupo. O instrutor transforma-se em animador, não dirigente. Ele deixa que o grupo se exprima livremente durante dez a vinte minutos. Progressivamente os participantes se capacitam do tema e se sentem integrados. O grupo está "quente". Quando julgar o momento favorável, o instrutor interrompe, sugere ou faz sugerir, segundo o caso, um plano de trabalho.

— Produção

Esta fase será tanto mais proveitosa quanto maior houver sido a capacitação do grupo. O instrutor desempenha então o papel clássico de animador. Permanece totalmente sem interferir no âmbito do problema, salvo em raríssimos casos em que os participantes do grupo emitam pareceres que contrariariam a essência mesma do tema em estudo. Seu papel consiste principalmente em facilitar as trocas de opinião entre os participantes, e portanto a produção do grupo, tirando o melhor partido do que se disser no plano racional e do que se passar no plano afetivo, e contentando-se em, de tempos em tempos, salientar um ou outro ponto.

— Conclusão

Ela comporta dois tempos. No primeiro o instrutor faz o mais objetivamente possível o balanço da produção do grupo.

Em segundo tempo ele retoma sua função de "Chefe que forma", isto é de instrutor. No quadro da formação cabe-lhe concluir. Sua conclusão pode se fazer:

- seja sob a forma de um simples ajustamento que trará em seu bôjo complementos e esclarecimentos necessários;
- seja de uma referência a prescrições regulamentares;
- seja sob a forma de conselhos ou sugestões;
- seja de um simples testemunho exprimindo uma experiência pessoal;
- seja mesmo por uma exposição didática.

A experiência prova que tal conclusão é seguida com tanto maior interesse, pelos participantes, quanto maior tenha sido a discricção do instrutor durante os trabalhos do grupo.

EM QUALQUER TEMPO

Para obter a maior eficiência nessas sessões, parece necessário utilizá-las somente em momento oportuno que, muitas vezes terá que ser criado. Com efeito, é desejável que uma fase prévia, que pode durar de uma hora até dias, o grupo seja motivado. Essa motivação é obtida naturalmente evocando certos aspectos do problema, por ocasião de atividades militares "clássicas" (instrução, vida diária na caserna, etc.).

Além disso, o método da escola ativa, como meio de formação só é concebível conjugado a outros métodos, tal como o didático.

Pode-se dizer que se trata de multiplicar as sessões de escola ativa no seio de uma pedagogia real. Utilizar exclusivamente o método da escola ativa prejudicaria a eficiência da formação militar tomada em seu conjunto.

SOBRE QUALQUER ASSUNTO

Nem todos os assuntos podem ser dados por êsse método.

- seja por que se trate de assuntos pessoais, confidenciais;
- seja por exigirem discernimento maior e prudência;
- seja por não admitirem discussão.

Em compensação podemos citar uma lista de tipos de sessão que têm lugar na formação militar comum, dada no âmbito das unidades.

- Sessões ditas de "termômetro", que permitam ao Chefe "tomar o pulso" de seus homens e a cada qual "despejar" o que sabe. Bem conduzidas, em momento azado, por um Chefe que tenha autoridade, elas permitem restabelecer a harmonia e a coesão.
- Sessões baseadas em um caso concreto que se deu na unidade ou em setor civil próximo. Sua atualidade permite implicar facilmente os participantes e dêles tirar os ensinamentos que permitem uma boa formação.
- Sessões de estudo, denominados de casos demonstrativos porém verdadeiros ou verossímeis, dos quais se pode extrair regras e princípios gerais de ação. Esse gênero de sessão é utilizado particularmente e com proveito na formação do Comandante pois a "pré-experiência" obtida por essa forma prepara para a prática ulterior.
- Sessões que se apóiam em um sistema audiovisual: filme, televisão ou montagem simples exigindo somente "slides", um microfone e... imaginação. Os resultados ultrapassam sempre a expectativa.
- Sessões de debate sobre um tema qualquer (civismo, formação moral). Elas exigem mais do que outras, primeiramente uma fase de motivação e seleção do momento oportuno, escolha do tema que esteja ao alcance ou no campo de interesses dos participantes, e, finalmente, um domínio perfeito do papel do instrutor.

Todos êsses tipos de sessão podem concorrer eficientemente para propiciar uma formação em profundidade.

POR QUALQUER UM

Parece evidente que as sessões de escola ativa só devem ser conduzidas por quadros que possuam sólida formação de instrutores. Neste domínio ninguém poderá se contentar com improvisações ou

meias-medidas. A assim proceder arriscar-nos-íamos a só colher decepções ou, o que é mais grave ainda, derrotas em detrimento dos subordinados.

A formação a dar aos futuros instrutores, que são todos os quadros, exige pois, em primeiro lugar, uma formação técnica que comporta no mínimo as seguintes etapas:

- uma iniciação nos fenômenos de comunicação e dinâmica de grupo;
- uma apredizagem compreendendo:
 - a preparação dos diversos tipos de sessões sobre os vários assuntos;
 - destaque de pontos a ensinar;
 - modo de apresentar e concluir o problema;
 - montagem de uma seqüência pedagógica;
 - previsão de questões, exemplos ou casos concretos para eventualmente sugerir, estimular e ordenar a discussão no decurso da sessão;
 - aquisição das técnicas de animação por meio de exercícios entre os futuros instrutores.
- uma fase de aplicação permitindo a cada um dos futuros instrutores conduzir as sessões com os próprios alunos. Tais sessões, acompanhadas por observadores seriam objetos de uma crítica detalhada.

Paralelamente a essa formação técnica, é necessário também dispensar uma outra, em profundidade, sobre os problemas estudados no decurso das sessões. Os futuros instrutores devem adquirir, por reflexão pessoal, os conhecimentos e as convicções que lhes permitirão ulteriormente fazer com que seus subordinados compreendam e aceitem os deveres impostos pela situação militar em tempo de paz ou de guerra.

É verdade que nessa formação de futuros instrutores é que repousa a que é dispensada nos corpos de tropa. Não seria demasiado consagrar a ela todos os meios disponíveis.

Nas Escolas de Aplicação, o enquadramento normal dos alunos já proporciona uma formação *indireta* em tôdas as oportunidades quer nas atividades de instrução quer nas da vida diária. Em compensação ela não pode assegurar a formação do instrutor. Esta exige, daqueles que a ministram um treinamento pedagógico específico e um grande domínio dos problemas em estudo, exigência dupla, difícil de obter de qualquer instrutor.

Em consequência, é indispensável colocar em ação, nas Escolas de Aplicação, os "formadores de instrutores" em número e qualidade suficiente. A experiência demonstra que a maior eficiência é obtida quando êstes últimos não fazem parte do grupamento de alunos pois, assim, se beneficiam de maior liberdade de ação necessária à formação direta dos futuros capitães comandantes de unidade e de futuros comandantes de seção ou pelotão.

* * *

Pensamos ter demonstrado a importância que pode ter hoje em dia o método da Escola Ativa na formação militar comum.

Por que êle implica na participação pessoal, concorre para realizar a integração que ao homem parece tão difícil no que respeita ao combate e no entanto, é tão necessária. Êle, o método permite, tornar mais eficaz o exercício dessa realidade fundamental que é a autoridade.

Todavia os resultados obtidos nesse domínio não poderiam dissimular que ainda resta muito trabalho a fazer para ajustar o método e sobretudo formar aquêles que devem empregá-lo.

Ante a escola ativa, qualquer oficial, insuficientemente informado, pode se expor a adotar uma das três atitudes que se seguem:

- a do Chefe, que desconfia de um método que poderia abalar sua autoridade;
- a do pedagogo, que é tentado a se interessar somente pelos fenômenos psicológicos que êle provoca;
- a do instrutor, que busca a rápida eficiência em detrimento da participação ativa e do engajamento pessoal de seus alunos.

O aprofundamento no conhecimento de seu papel de Chefes, Instrutores e pedagogos e a tomada de consciência dos deveres que daí decorrem devem permitir aos quadros evitar sucumbir a uma dessas três tentações.

A empresa privada foi a grande beneficiária dessa evolução, uma vez que o setor público federal praticamente passou a independêr do sistema financeiro para o financiamento de seus dispêndios. Em consequência, o crédito ao setor privado pelo sistema bancário, que se havia mantido praticamente constante, em termos reais, entre 1951 e 1963, aumentou de Cr\$ 20.090 milhões para Cr\$ 42.040 milhões entre 1964 e 1970 (saldo, a preços de 1971).

Principalmente pela criação de novas instituições na área privada e pela maior atividade de repasses por parte das instituições oficiais, a participação destas no sistema financeiro declinou: do nível de cerca de 40% em 1963, a participação dos bancos oficiais (Banco do Brasil mais bancos de desenvolvimento) no total do crédito concedido pelo sistema financeiro ao setor privado, declinou para a ordem de 33% em 1969. Sem embargo, a ação das entidades oficiais foi inovadora, no período, particularmente quanto à criação de fundos para o desenvolvimento agrícola e industrial.

A realização deste VIII Congresso Nacional de Bancos torna oportuno recordar certos aspectos, em geral focalizados nas principais teses aqui apresentadas, através dos quais o sistema bancário nacional, público e privado, poderá melhorar o desempenho das funções básicas citadas. Ao mesmo tempo em que as Autoridades Monetárias reiteram o seu propósito de aperfeiçoar os instrumentos de controle do sistema — por exemplo: reduzindo o compulsório, na medida em que se amplia a utilização do "open mar-

ket" — devem merecer particular atenção os seguintes pontos:

1) A redução progressiva da taxa de juros nominal, à medida que declina a taxa de inflação, para transferir ao sistema econômico as reduções de custos obtidos. Não é demais repetir: se a estrutura de custos do sistema bancário é tal que o ponto de "break even" de grande número de estabelecimentos só é alcançado a uma taxa de juros elevada, isso constitui obstáculo a que se traga a taxa de inflação abaixo daquele nível, a curto prazo. E a que o sistema econômico aumente a sua eficiência na intermediação financeira. O combate à inflação e a meta de desenvolvimento estão, pois, em jogo.

Daí a ênfase que este Congresso coloca na competição pela eficiência. É, de fato, importante que as reduções de taxa de juros se verifiquem não apenas através da eliminação de ônus, pelo setor público, ou da criação de novos tipos de receita, mas particularmente pela efetiva diminuição dos custos reais.

2) A maior participação do sistema bancário no crédito de médio prazo, com adequados instrumentos de captação de recursos.

3) A procura de novas linhas de atuação que diminuam a dependência do sistema em relação à duplicata. Não se pensa, irrealisticamente, em minimizar a significação da duplicata, mas em criar alternativas exequíveis. Pode-se, por exemplo, explorar a possibilidade de um tipo de crédito "stand-by" com base no fluxo de caixa programado da empresa e com garantia dos estoques. Acredito tratar-se de campo

em que a experimentação cautelosa vale a pena.

Ao lado desses pontos, cabe considerar uma perspectiva de mais longo prazo, em que se considere principalmente o papel do sistema financeiro na formação do capital real das empresas. Temos, de um lado, o caso de países como os Estados Unidos e Inglaterra, em que as empresas revelam elevado grau de autofinanciamento e dependem menos do sistema financeiro para sua expansão de capacidade; e, de outro lado, países como o Japão e Itália, em que a formação de capital pelas empresas depende em grande medida do financiamento oficial e privado.

No Brasil, se considerarmos os efeitos da inflação no passado e as elevadas taxas de capitalização necessárias para manter um crescimento industrial acima de 10%, o sistema financeiro vai ser chamado a atuar intensamente na aceleração da capitalização das empresas. Isso coloca o problema da tendência à formação de "conglomerados", sejam do tipo puramente financeiro — associação de bancos comerciais, bancos de investimento e sociedades financeiras — sejam do tipo voltado para a diversificação de investimentos, para colocação de excedentes de recursos de grupos empresariais e financeiros que se haviam concentrado em certo setor; sejam do tipo voltado para a integração de grupo financeiro com grupo industrial, especializada em determinada área. A escolha de rumo, nesse campo, deverá garantir o fortalecimento do empresário nacional, dando-lhe melhor

estrutura de capital, de forma compatível com a segurança do sistema financeiro.

Senhores Congressistas

Segundo as "Metas e Bases para a Ação de Governo", o Governo do Presidente Médici procura conciliar a "necessidade de aceleração do desenvolvimento com a manutenção das liberdades e com o maior grau possível de participação da iniciativa privada e de descentralização da atividade econômica". Essa orientação se aplica também à área financeira, em que, nos últimos anos, se tem realizado substancial esforço de levar os estabelecimentos oficiais, cada vez mais, a uma posição de bancos de segunda linha, operando, descentralizadamente, através de instituições financeiras privadas, mediante repasses. Cria-se, desta forma, uma complementação entre entidades oficiais e privadas, em certos tipos de financiamentos menos tradicionais.

Tal orientação prevalece quanto aos diferentes instrumentos de crédito à agricultura e pecuária ligados ao Banco Central, seja quanto aos 10% dos depósitos instituídos pela Resolução n.º 69 (com aplicação de Cr\$ 2.100 milhões em 1970), seja quanto aos fundos agrícolas incluídos no FUNAGRI (Cr\$ 720 milhões em 1970), seja quanto ao refinanciamento rural (Cr\$ 180 milhões para bancos privados, no mesmo ano, excluído o café). Dentro da mesma diretriz funciona o financiamento às exportações através da Resolução n.º 71 (Cr\$ 325 milhões, em 1970) e o financiamento especial da Resolução número 130, à pequena e média em-

prêsa, o qual ascendeu a Cr\$ 670 milhões em 1970 (dos quais Cr\$ 330 milhões provenientes de liberação de depósitos compulsórios), assim como os diferentes fundos industriais ligados ao BNDE. É relevante salientar, nesse particular, a reformulação que está sendo feita do FINAME (cujas operações devem alcançar, este ano, a ordem de Cr\$. 670 milhões), para permitir-lhe operar no prazo longo, até 8 anos, inclusive para financiamento de equipamentos nacionais produzidos sob encomenda ou de complexos de equipamentos, bem como o financiamento para vendas ao exterior.

Ainda na mesma linha, o FUMCAP, que irá contar com recursos da ordem de Cr\$ 300 milhões, operará tendo o BNDE e a Caixa Eco-

nômica como bancos de segunda linha. O BNDE, em geral, tende a financiar cada vez mais o setor privado e a descentralizar cada vez mais suas operações mediante repasses em praticamente tôdas as áreas de atuação.

Diante desses elementos, o setor financeiro privado, e particularmente o sistema de bancos comerciais, fica com a iniciativa de tirar o melhor proveito dos novos instrumentos proporcionados pelas autoridades e de aceitar a competição pela eficiência que lhe é proposta. Competição em que já está engajado o que é o caminho certo para o aumento de sua participação, para a garantia da viabilidade e para o progresso acelerado do sistema financeiro nacional.

A FEB E A HISTÓRIA MILITAR

Ten Cel Art QEMA
NEY EICHLER CARDOSO

As recentes comemorações do 25.^o aniversário de nossa atuação, durante a Segunda Guerra Mundial, nos campos italianos, não tiveram, no campo editorial, as repercussões que se poderia esperar. Exceto as "Memórias" de seu comandante, no ano de 1963 nada mais pode ser apontado de substancial e, no entanto, ainda possuímos, às dezenas, figuras que lá desempenharam papéis importantes há um quarto de século e que, até o momento, ainda não se pronunciaram a respeito.

Não terá o militar brasileiro a vocação memorialista ou, no mínimo, a consciência do dever para com a História?

Aproveitamos as facilidades oferecidas, como estudantes de Administração em pesquisa para a cadeira de Técnica Documental junto à Biblioteca da Câmara de Deputados e como vizinhos da Seção de História e Geografia do Estado-Maior do Exército, para verificar o nível de interesse despertado pela FEB entre intelectuais, civis e militares, brasileiros e estrangeiros. A pesquisa não pretendeu ser exaustiva, mas conseguiu dar uma idéia da atração do assunto.

Nos primeiros anos após o regresso, a FEB era notícia e as revistas militares, particularmente A DEFESA NACIONAL deram abrigo a recordações de caráter profissional ou pessoal dos veteranos, em meio a panegíricos de menor conteúdo histórico. Com retardo um pouco maior sucederam-se os livros, que apresentaram algumas obras de real valor. Passada, porém, esta fase, a Força Expedicionária tornou-se muito pouco assídua nas letras militares, podendo-se assinalar, como prova evidente, ter sido, neste quarto de século, quase nulo o aparecimento do assunto FEB no "Mensário de Cultura Militar", atual "Cultura Militar", órgão do Estado-Maior do Exército.

O levantamento realizado, ainda que admitido como bastante inferior à realidade, mostra como é pobre a bibliografia em relação às dimensões do fato, do povo e da instituição.

Utilizado, contudo, como subsídio para obra de maior vulto ou considerado incentivo para os muitos que ainda têm algo a contar, terá cumprido sua finalidade.

A. LIVROS

- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, Curso de História Militar. *Segunda Guerra Mundial. Campanha da FEB*. Resende. AMAN. 1958.
- ALBRICKER, Jarbas. *Memórias de um pracinha: uma contribuição para a história da Fôrça Expedicionária Brasileira*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado — 1965.
- ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima de. *A justiça militar na campanha da Itália*. Fortaleza. Imprensa Oficial do Estado. 1958.
- ALBUQUERQUE, José Figueiredo de. *2.º RI, o Dois de Ouro*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1964.
- ALVES, Joaquim Victorino Portella Ferreira. *A artilharia da FEB in Seis séculos de artilharia*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1959.
-
- Os blindados do Brasil na II Guerra Mundial, in *Os blindados através dos séculos*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1964.
- AMIDEN, Jamil. *Poema triste*. Rio de Janeiro. Edições do Vale. 1956.
- ANDRADE, Delmiro Pereira de. *O 11.º RI na 2.ª Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1950.
- ANDRADE, Teobaldo de. *Soldados sem balas*. São Paulo. Biblos.
- ARAÚJO, Geraldo Batista de. *Caçando espiões*. História do Serviço de Contra-espionagem da FEB. Borsoi. Rio de Janeiro. 1963.
- BANDEIRA DE MELLO, Nelson. *Considerações sobre a psicose de Guerra e suas relações com a Justiça Militar*. Rio de Janeiro. Gabinete Fotocartográfico do Exército. 1945.
- BARROS, Aluizio de. *Expedicionários sacrificados na campanha da Itália*. Rio de Janeiro. Bruno Buccini. 1957.
- BENEDETTI, Lúcia. *Três soldados*. R. Rio de Janeiro. O Cruzeiro. 1955.
- BINA MACHADO, José. *Descrição da visita do Exmo. Sr. General Eurico G. Dutra, Ministro da Guerra, à Fôrça Expedicionária Brasileira em operações na Itália*. Rio de Janeiro. Imprensa Militar. 1944.
- BIOSCA, Fernando Lavaquiel. *A Intendência no TO da Itália*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1950.
- BÖHMLER, Rudolf. *Monte Cassino*. Trad. José B. Mari. São Paulo. — Flamboyant 2.ª ed. — 1966 p. 308-309.
- BONDESAN, Altino. *Um pracinha no inferno de Hitler. (a odisséia da expedição Eliseu de Oliveira)*. Curitiba. Guaíra, s/d.
- BORGES, Kepler A. *O Brasil na guerra*. Rio de Janeiro. A. Coelho Branco Filho 1947.
- BORGES FORTES, Heitor. *A Artilharia Divisionária da 1.ª Divisão de Infantaria Expedicionária na campanha da Itália*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1962.
-
- Fase da AD (de 1943 a 1945) in *Velhos Regimentos*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1964.

- BRAGA, Rubem. *Com a FEB na Itália*. Rio de Janeiro. Zélio Valverde. 1945.
- BRAYNER, Floriano de Lima. *A verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1968.
- BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC). *Scatolettas da Itália*. Comp Francis Hallawell Londres BBC. 1946.
- BRITO, Jorge Carlos. *Eu fui capelão da FEB*. Santa Maria. Juventus. 1947.
- CALDAS, Mirandolino. *O posto avançado de neuropsiquiatria da FEB*. Rio de Janeiro. Laemmert. 1950.
- CARVALHO, Nelson Rodrigues de. *Soldado! Este é o teu regimento*. Rio de Janeiro. Of. Henrique Veijo. 1946.
-
- Do Têrço velho ao Sampaio da FEB. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1953.
- CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *Marechal Castello Branco, seu pensamento militar*. Org Francisco Ruas Santos. Rio de Janeiro. Imprensa do Exército. 1968.
- CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na Segunda Grande Guerra*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1960.
- CASTRO, Ismaelino de. *Gotas de glória*. Rio de Janeiro — Imprensa Militar. 1950.
- CLARK, Mark Wayne. *Calculated Risk*. New York. Harper and Brothers
- CORDEIRO DE FARIAS, Oswaldo. *Alguns aspectos da ação da FEB*. Rio de Janeiro. Ministério das Relações Exteriores. 1949.
- CRITTENBERGER, Willis D. *Campanha do noroeste da Itália*. — Trad. Carlos de Meira Matos e Jorge Eduardo Xavier. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1952.
- CISNEIROS, Amador. *Expedicionário na Itália*. Rio de Janeiro. Ed. do autor. 1945.
- D.I.E., Seção Especial do Comando da 1.^a. *II Grande Guerra — Resumo histórico da participação da Força Expedicionária Brasileira, sob o Comando do Gen Div J.B. Mascarenhas de Moraes*. Mtousa, Itália. 1945.
- DIP. *O Brasil na guerra — Os brasileiros chegam ao "front"*. Rio de Janeiro. Departamento de Imprensa e Propaganda. 1944.
- DOURADO, Joaquim de Jesus. *Estou ferido...* — Rio de Janeiro — Paulinas. 1947.
-
- Homens que lutaram. Fortaleza. A. Batista Fontenelle. 1958.
- DUTRA, L. Corrêa. *História de um pracinha*. Rio de Janeiro. Vitória. 1946.
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *A 1.^a DIE/FEB no aproveitamento do êxito e na perseguição*. Rio de Janeiro — EsCEME. 1955.
- FIFTH ARMY, Historical Section of the. *Fifth Army, History*, vols. 7, 8 e 9, Washington, DC. Government Printing Office. s/d.
- FURTADO, Celso. *De Nápoles a Paris. Contos da vida expedicionária*. Rio de Janeiro — Zélio Valverde.

- GONÇALVES, Carlos Paiva. *Seleção médica do pessoal da FEB*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1951.
- HENRIQUES, Elber de Mello. *A FEB doze anos depois*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1959.
- JARS, Robert. *Lá campagne d'Italie 1943-1945*. Paris. Payot. 1954. Caps. IX e X.
- LEITAO DE CARVALHO, Estevão. *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. "A Noite". 1952.
- LOPES, José Machado. *A Engenharia na FEB*. Rio de Janeiro. Imprensa do Exército. 1959.
- MACHADO, Joaquim Araújo. *Eu vi o front*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1953.
- MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. *O Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial* in *História da II Guerra Mundial*, de Edgar Mc Innis. Pôrto Alegre. Globo. 1949. Vol. VI, págs. 291-304.
- _____. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro. Estabelecimento Gustavo Cordeiro de Farias. 1960.
- _____. *Memórias*. Rio de Janeiro. José Olímpio. 1969.
- MATOS, Lobivar. *A Legião Brasileira de Assistência e os Soldados do Brasil*. Rio de Janeiro. LBA. 1945.
- _____. *O Natal dos Expedicionários no Front*. Rio de Janeiro. LBA. 1945.
- MEDEIROS, Elza Cansação de. *Nas barbas do tedesco*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1955.
- MELLO, Newton Corrêa de Andrade. *Meu diário de guerra na Itália. De 30-6-44 a 18-7-45*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1947.
- _____. *A epopéia de Montese*. Curitiba. Imprensa Oficial do Estado. 1954.
- _____. *O Brasil na Segunda Grande Guerra*. Curitiba. 1955.
- _____. *Causas e conseqüências da participação do Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1958.
- OFICIAIS DA RESERVA DO EXERCITO. *Depoimento de Oficiais da reserva sobre a FEB*. São Paulo. Instituto Progresso Editorial. 1949.
- PALHARES, Gentil. *De São João Del Rei ao Vale do Pé*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1957.
- PAULA CIDADE, Francisco de. *Nápoles e... pouco mais — Ligeiras observações de um expedicionário*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1946.
- PEIXOTO, Gilberto. *A Campanha da Itália*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1949.
- PEIXOTO, João Baptista. *Segunda Grande Guerra. Síntese das campanhas e mapas ilustrativos*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1951.

- PIRES, Waldir Magalhães. *Sangue, amor e neve*. Rio de Janeiro — Tipografia Paz. 1950.
- RAMOS, José de Oliveira. *A epopéia dos Apeninos*. Rio de Janeiro. Laemmert. 1947.
- REIS, Edgard Moutinho dos. *Hospital 32 — Memórias de um médico expedicionário*. São Paulo. Fernando Camargo. 1947.
- RODRIGUES, Agostinho José. *O Paraná na FEB*. Curitiba. Imprensa Oficial do Estado. 1954.
- RUAS SANTOS, Francisco. *Fontes para a história da FEB*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1958.
- RUBEL, O. *Dois amigos de guerra. A ida dos expedicionários*. Rio de Janeiro. s/ed. 1945.
- SANTOS, Edelzia dos. *Nosso valente pracinha: documentário de guerra*. Rio de Janeiro. Norte. Ed. 1947.
- SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em surdina*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1964.
- SILVEIRA, Antorildo. *O Sexto Regimento de Infantaria Expedicionário (Fatos da Campanha do 6.º RI no território da Itália)* — Rio de Janeiro. Biblioteca Militar. 1946.
- SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *Cruzes brancas (Diário de um pracinha)*. Rio de Janeiro. José Olímpio. 1947.
- SILVEIRA, Joel. *Histórias de pracinha (Oito meses com a Força Expedicionária Brasileira)*. Leitura. 1945.
-
- As duas guerras da FEB.
Rio de Janeiro. Idade Nova. 1945.
- SIMÕES, Raul Matos A. *A presença do Brasil na 2.ª Guerra Mundial — Uma antologia*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1966.
- STARR JR, Chester G. *From Salerno to the Alps — A history of the Fifth Army* — Washington, DC, Infantry Journal Press. 1949.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. *História da Arma de Engenharia: Capítulo da FEB*. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba. 1966.
- TRUSCOTT, Lucienk. *19 Days from the Apennines to the Alps*. Milan. Pizzi and Pizzio. 1945.
-
- Dezenove dias dos Apeninos aos Alpes. Tradução de Mario Eurício Alvaro. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1950.
- UZEDA, Olivio Gondim de. *Crônicas de guerra*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1952.
- VIDAL, Paulo. *Heróis esquecidos*. Rio de Janeiro. GRD. 1960.
- VIEIRA, José Geraldo. *O albatroz*. São Paulo. Saraiva. 1951.
- WONDOLOWSKI, Peter S. *History of the IV Corps 1941-1945*. Vols. 2 e 3. Canal Zone. s/ed. 1943.
- WOEWARD, Paul B. *Brazil's participation in the seconde world war*. Washington, DC. Library of the Georgetown University. 1951.

B. PERIÓDICOS

- ABREU, Hugo de Andrade. "A ação do III/II.º RI em Montese". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 388: 76-87, Set 1946.
- A DEFESA NACIONAL. "Monumento ao expedicionário do Brasil". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 517: 121-135, Agº 1957.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. "A FEB pelo seu comandante". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 402: 27-31, Dez 1947.
-
- _____. "A FEB pelo seu comandante". 2.ª edição — *Revista do Instituto de Geografia e História Militar*. (Rio de Janeiro). 26 (39): 17-36, 1.º sem 61.
- BARRETO, Adalberto. "Justiça Militar em tempo de guerra". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 393: 229-237, Fev 1947.
- BLAUTH, Yeddo Jacob. "Em Monte Castello". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 601: 119-123, Mai/Jun 1965.
- BRASIL (EXÉRCITO). "Homenagem do Exército aos mortos da FEB". *Boletim do Exército*. (Rio de Janeiro). Especial, 2 Dez 1946.
- CAMPELLO, Ruy Leal. "Monte Castelo". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 593: 11-14, Jan/Fev 1964.
-
- _____. "Monte Castelo". *Mensário de Cultura Militar*. (Rio de Janeiro). 185-186: 145-148, Mar/Abr 1964.
- CARDOSO, Ney Eichler. "Pânico e medo. Conheçemo-los bem?". *Revista Militar Brasileira*. (Rio de Janeiro). 1: 119-178, Jan/Mar 1936.
- CARVALHO, Nelson Rodrigues de. "O conquistador solitário". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 383: 145-146, Abr 1946.
-
- _____. "Relato da atuação da FEB no Teatro de Operações da Itália". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 379: 59/87, Dez 1945 e 380: 107-125, Jun 1946.
-
- _____. "A conquista de Monte Castelo pela FEB". Cond. de artigo de "A Defesa Nacional" de Dez 1945. *Military Review, Edição Brasileira*. (Fort Leavenworth — EUA). 26 (4): 97-98, Jul 1946.
-
- _____. "A FEB na Itália — Ofensiva da Primavera". Cond. de artigo de "A Defesa Nacional" de Jan 1946. *Military Review — Edição Brasileira* (Fort Leavenworth — EUA). 26 (8): 79-82, Nov 1946.
-
- _____. "A Cezar fornovo di taro". *A Defesa Nacional* (Rio de Janeiro). 457: 129-130, Agº 1952.
- CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. "As quatro fases da FEB". *Nação Armada* (Rio de Janeiro). 68: 65-67, Jul 1945.
-
- _____. "As quatro fases da FEB". *Military Review, Edição Brasileira* (Fort Leavenworth — EUA). 26 (3): 105, Jul 1946.

- CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. "Vida em campanha". *Revista do Clube Militar*. (Rio de Janeiro). 81: 25-28, Mar/Abr 1947.
- _____. "Porque vencemos". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 357: 171-173, Jun 1947.
- CERSHI, Tadeu. "8 de maio de 1945. Dia da Vitória". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 613: 133-138, Mai/Jun 1967.
- CINTRA, José P. de Ulhoa. "Subsídio para a compreensão das operações realizadas na região do rio Serchio (Itália) pelo destacamento da FEB". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 373: 107-135, Jun 1945.
- CORREIA, Jonas. "A cobra está fumando". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 616: 183-187, Nov/Dez 1967.
- COSTA, Octávio Pereira da. "Os três grandes combates das armas brasileiras na Itália". *Revista do Clube Militar*. (Rio de Janeiro). 124: 35-40, Mar/Abr 1953.
- _____. "Montese". *Revista do Clube Militar*. (Rio de Janeiro). 136: 5-6, Mar/Abr 1955.
- _____. "O mais humano dos heróis". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 606: 33-38, Mar/Abr 1963.
- COSTA, Thales Moutinho da. "Três bravos brasileiros". *Revista do Clube Militar*. (Rio de Janeiro). 30 (144): 151-152, 1957.
- FERREIRA, Altair Franco. "A FEB na Itália vista por um oficial de 1.ª Seção de Estado-Maior". *Revista Militar Brasileira*. (Rio de Janeiro). (1/2: 188-220, Jan/Jun 1946.
- FREITAS, J. Almeida de. "A manobra de Camaiore". *Cruzeiro do Sul*. (Florença). 16, 25 Fev 1945.
- HENRIQUES, Elber de Mello. "Observação aérea — prática de guerra". *Nação Armada*. (Rio de Janeiro). 70: 51-54, Set 1945.
- LEAL, Irapuan Xavier. "A base brasileira na Itália, uma experiência para o futuro". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 426-427: 23-25, Nov/Dez 1949.
- LIMA, José Felício Monteiro. "Atuação da FEB na guerra". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro*. (Rio de Janeiro). 25-26: 221-224.
- LIMA, Therio Benedito de Souza. "Como a Infantaria vê o seu observador avançado de Artilharia". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 457: 73-84, Agô 1952.
- _____. "A minha experiência de campanha. Um revês brasileiro na Itália". *Revista do Clube Militar*. (Rio de Janeiro). 138: 125-132, Jul/Agô 1955.
- LIMA JUNIOR, Raul da Cruz. "A nossa Engenharia na Itália". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 404: 55-59, Jan 1948.
- MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. "O Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial". *Revue Internationale d'Histoire Militaire*. Édition Brésilienne. (Rio de Janeiro). 11: 349-384, 1952.
- MATTOS, Carlos de Meira. "Montese". *Revista do Clube Militar*. (Rio de Janeiro). 81: 75-81, Mar/Abr 1947.

- MATOS, João Baptista de. "Os monumentos nacionais — A Fôrça Expedicionária no bronze". *A Revista Militar Brasileira*. (Rio de Janeiro). 1/2: 91-346, Jan/Jun 1960.
- MELLO, Newton Corrêa de Andrade. "A Tomada de Monte Castello". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 422: 132-144, Jul 1949.
- MENDONÇA, Hugolino de. "Monte Castello." *Revista do Clube Militar*. (Rio de Janeiro) 87:11-14, fev/mar 1948.
- MORAIS, Antônio Henrique Almeida de. "Informações sobre a evolução da Artilharia na Itália." *Revista Militar Brasileira*. — (Rio de Janeiro) 1/4:120-132, jan/dez 1945.
- MOURA, Hugo de Mattos. "A foto-informação no escalão DI." *A Defesa Nacional* (Rio de Janeiro) 384:89-92, mai 1946.
- NAÇÃO ARMADA. "Número dedicado à FEB." *Nação Armada* (Rio de Janeiro) 68, jul 1945.
- NORALL, Frank V. "A Fôrça Expedicionária Brasileira na Itália." Cond. de artigo de "O Observador Militar Interamericano" de jul/ago 1945. *Military Review. Edição Brasileira* (Fort Leavenworth-EUA) 25 (12) 125-126, mar 1946.
- NUNES, Renato Baptista. "Fatos psicológicos." *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro) 374:68-72, jul 1945.
- PAULA CIDADE, Francisco de. "Os nossos soldados na Itália" — *Nação Armada* — (Rio de Janeiro) 66:15-18, mai 1945.
- PEREIRA, Augusto Magessi. "Participação do Brasil na guerra e ação do Exército Nacional na Itália." *Revista Militar Brasileira*. (Rio de Janeiro) 1/4:110-119, jan/dez 1945.
- PIASON, José Alfio. "A conquista de Camaione." *E a cobra fumou* (TO da Itália). 11, 31 mar 1945.
- PORTELA, Sílio. "A manobra Collecchio-Fornovo — À luz de um exercício tático." *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro) 447:131-135, out 1951.
- REVISTA DO CLUBE MILITAR. A FEB na primavera (Trechos do folheto "Resumo histórico da participação da Fôrça Expedicionária Brasileira sob o comando do Gen Div JB Mascarenhas de Moraes no TO da Itália"). *Revista do Clube Militar* (Rio de Janeiro) — 88:5-9, abr 1948.
-
- "Reminiscências da FEB (reportagem fotográfica). *Revista do Clube Militar*. (Rio de Janeiro) — 138:86-108, jul/ago 1955.
- REVISTA MILITAR BRASILEIRA. "A Fôrça Expedicionária Brasileira no julgamento de altas personalidades nacionais e estrangeiras." *Revista Militar Brasileira*. (Rio de Janeiro). 1/4:321-326, jan/dez 1945.
- REYNOLDS, Robert. "Operações do Brasil no ultramar" — *Military Review Edição Brasileira* — (Fort Leavenworth-EUA) 46 (11):85-91, nov 66.
- RIBEIRO DA COSTA, V. "A história de uma arma." *Revista do Clube Militar* (Rio de Janeiro). 126:45-47, jul/ago 53.

- RUAS SANTOS, Francisco. "A Cia de Serviço do 11.º RI na Campanha da Itália." *A Defesa Nacional* (Rio de Janeiro) 394:45-57, mar 1947.
- _____. "Viveres e rações na campanha da Itália". *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro) 397:107-114, jun 1947.
- SANTOS, Alvaro Alves dos. "Com a FEB na Itália (A contra-espionagem brasileira)." *Revista do Clube Militar*. (Rio de Janeiro). 112:71-74, abr 1951.
- SEGADAS VIANNA, João de. "Anotações para a história da FEB." *Revista Militar Brasileira*. (Rio de Janeiro) 1/4:19-79. jan/dez 45.
- SEGUNDO BATALHÃO RODOVIÁRIO. Tenente Ary Rauen. *A Defesa Nacional* (Rio de Janeiro) 580:63-69, dez 1962.
- SENNÁ CAMPOS, Aguinaldo. "A 4.ª Secção na campanha da Itália." *A Defesa Nacional* (Rio de Janeiro) 390/391: 17-23, nov/dez 1946; 392:20-25, jan 1947; 393:29-35, fev 1947; 395:11-18, abr 47; 396:39-49, mai 1947; 398:31-39, jul 1947; 400:57-66, set 45; 401:65-77, out 1947.
- _____. "O distintivo da FEB." *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro) 428:105-107, mar 1950.
- SERPA, José de Freitas Lima. "A primeira missão do pelotão de minas do Regimento Sampaio." *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 377/378:107-130, out/nov 1945.
- _____. "Segunda missão e pausa do pelotão de minas do Regimento Sampaio, na guerra." *A Defesa Nacional* (Rio de Janeiro). 379:151-164, dez 1945.
- _____. "A terceira missão do pelotão de minas do Regimento Sampaio e o ataque a Castelo a 12 de dezembro." *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro) 382:143-157, mar 1946 e 386:39-50, jul 1946.
- _____. "O pelotão de minas do Regimento Sampaio — Quatro missões sob a neve." *A Defesa Nacional* (Rio de Janeiro) 400:83-97, set 1947.
- _____. "O pelotão de minas do Regimento Sampaio — Removendo minas." *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro) — 401:151-172, out 1947.
- _____. "O pelotão de minas do Regimento Sampaio, de Castelo rumo ao Norte." *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro). 402:95-111, nov/dez 1947.
- SILVA, Ernani Ayrosa da. "Camaiore, o batismo de fogo da FEB." *Revista do Clube Militar*. (Rio de Janeiro) 84:21-24, set/out 1946.
- SILVEIRA, Antorildo. "Soprassasso, o esquecido." *Revista do Clube Militar*. (Rio de Janeiro). 88:14-15, abr 48.
- SILVEIRA, Joel. "Pistóia, oito anos depois." *Revista do Clube Militar*. (Rio de Janeiro). 138:73-75, jul/ago 1955.
- SZAJNFERBER, Sally. "Serviço Especial." *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 453:63-68, abr 1952.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. "A Engenharia na Guerra Mundial." *Revista Militar Brasileira*. (Rio de Janeiro). 1/2 jan/jun 1963.

TRUSCOTT, Lucien K. "Dezenove dias dos Apeninos aos Alpes." *Mensário da Cultura Militar*. (Rio de Janeiro). 11-12:1-38, jul/ago 1949.

ULHOA, Armando de Castro. "Os mortos de Pistóia." *Revista Militar Brasileira*. (Rio de Janeiro). 1/4:9-18, jan/dez 1945.

ULHOA CINTRA, José Pinheiro de. "Operações do 6.º agrupamento tático brasileiro na Itália." Cond. de artigos de "A Defesa Nacional" de jun 1945. *Military Review. Edição Brasileira* — (Fort Leavenworth-EUA). 26(2):85-91, mai 1946.

UZEDA, Olívio Gondin de. "Observações sobre o emprego da topografia na campanha da FEB na Itália." *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 388:92-94, set 1946.

"Observações sobre o emprego dos morteiros de 81mm num batalhão da FEB." *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 387:105-112, ago 1946; 392:75-77, jan 1946 e 396:75-77, mar 1947.

VEIGA, Aroldo Machado da. "Monte Castello — O passado e o presente." *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro) 619:179-187, mai/jun 1963.

VIDAL, Germano Seidl. "A conquista de Monte Castello." *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 560:87-94, mar 1961.

"O longo repouso de nossos heróis em Pistóia." *A Defesa Nacional*. (Rio de Janeiro). 585:3-13, mai 1963.

"Quanto custou ao Brasil a II Guerra Mundial?" *Mensário de Cultura Militar*. (Rio de Janeiro). 173-174:92-109, mar/abr 1963.

CONCURSO DE ADMISSÃO À ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO

PROVAS DE PORTUGUÊS — ANO DE 1970

BRASILEIRO, ONDE ESTÁ A TUA PÁTRIA?

“Tua Pátria não é um acidente geográfico!
Brasileiro,
se te perguntarem: Onde está a tua Pátria?
responde:

— Minha Pátria está na geografia ideal que os
meus Grandes Mortos me gravaram no coração;
no sangue com que temperaram a minha energia;
na essência misteriosa que transfundiram no meu caráter;
na herança de sacrifício que me transmitiram;
na herança cunhada a fogo;
no ferro, no bronze e no aço das Bandeiras, dos
Guararapes, das Minas da Inconfidência, da Confederação do
Equador, do Ipiranga e do Paraguai.
Minha Pátria está na consciência que tenho da sua
grandeza moral e nessa lição de ternura humana que
a sua imensidade me oferece, como símbolo perene
de tolerância desmedida e infinita generosidade.”

RONALD DE CARVALHO

Nos itens 1 a 5 você encontrará questões relativas ao texto acima.

1ª Questão: Acentuamos Inconfidência por ser:

- a) Um paroxítono terminado em “ia”, ditongo decrescente.
- b) Uma palavra que possui “e” fechado e por isso usa circunflexo.
- c) Um paroxítono terminado em ditongo crescente.
- d) Um caso de acento diferencial.
- e) Um oxítono terminado em “a”.

- 2ª Questão: Quando pronunciamos o vocábulo "gravaram" distinguímos:
- Um dígrafo, pois termina em "am".
 - Um ditongo nasal decrescente.
 - Um hiato.
 - Um ditongo nasal crescente.
 - Um ditongo oral decrescente.
- 3ª Questão: Na palavra "Sangue" temos:
- Um encontro consonantal.
 - Um dígrafo.
 - Um ditongo nasal crescente.
 - Um ditongo oral decrescente.
 - Um encontro vocálico decrescente.
- 4ª Questão: Da expressão "na herança cunhada a fogo" o vocábulo "cunhada" possui:
- Um parónimo homónimo.
 - Um homógrafo homófono.
 - Um antónimo perfeito.
 - Um homónimo heterógrafo.
 - Um homógrafo heterófono.
- 5ª Questão: O "f" de fogo é:
- Uma fricativa lateral.
 - Uma oclusiva sonora.
 - Uma constrictiva lateral sonora.
 - Uma constrictiva fricativa sonora.
 - Uma constrictiva fricativa surda.
- 6ª Questão: Assinale a frase correta:
- Os navios-escola atingiram a nongentésima octogésima milha da viagem.
 - Os navios-escolas atingiram a nongentésima octogésima milha da viagem.
 - Os navios-escola atingiram a nonagentésima octogésima milha da viagem.
 - Os navios-escolas atingiram a nongentésima octagésima milha da viagem.
 - Os navio-escolas atingiram a nongentésima octogésima milha da viagem.
- 7ª Questão: Assinale a frase correta:
- Pombos-correios e beija-flôres sobrevoavam os barcos.

- b) Fombos-correio e beijas-flôres sobrevoavam os barcos.
- c) Fombos-correios e beijas-flôres sobrevoavam os barcos.
- d) Fombos-correio e beija-flôres sobrevoavam os barcos.
- e) Pombo-correio e beija-flor sobrevoava o barco.

8ª Questão: Na palavra "cisplatino" o prefixo "cis" significa:

- a) Aquém.
- b) Além.
- c) Em torno de.
- d) Movimento para dentro.
- e) Movimento para fora.

9ª Questão: Na palavra "ensandecer":

- a) A formação é por justaposição.
- b) A formação é por aglutinação.
- c) A formação é por derivação própria.
- d) A formação é por derivação regressiva.
- e) A formação é por parassíntese.

10ª Questão: No vocábulo "catolicismo", o sufixo "ismo" é:

- a)
- b) Vernáculo e significa doutrina.
- c) Não é grego e significa doutrina.
- d) Grego e significa doutrina.
- e) Não é vernáculo e não significa doutrina.

11ª Questão: Na oração "ela quer mesmo sair sozinha", a palavra "mesmo" é:

- a) Advérbio.
- b) Pronome demonstrativo.
- c) Pronome possessivo.
- d) Pronome indefinido.
- e) Preposição acidental.

12ª Questão: No período "tão cansado chegou que se atirou logo à cama", o "que" é:

- a) Conjunção integrante.
- b) Conjunção subordinativa causal.
- c) Conjunção subordinativa concessiva.
- d) Conjunção subordinativa consecutiva.
- e) Conjunção subordinativa conformativa.

13ª Questão: "Fauna" é coletivo de:

- a) Textos literários selecionados.
- b) Feixes.
- c) Vegetais de uma região.
- d) Animais ferozes ou selvagens.
- e) Animais de uma região.

14ª Questão: No período "nenhum castigo mereço, pois nada fiz de errado", a conjunção "pois" é:

- a) Conclusiva.
- b) Aditiva.
- c) Explicativa.
- d) Final.
- e) Consecutiva.

15ª Questão: No período "chovia que era um horror!" o "que" é conectivo:

- a) Coordenativo aditivo.
- b) Subordinativo concessivo.
- c) Subordinativo integrante.
- d) Subordinativo consecutivo.
- e) Subordinativo comparativo.

16ª Questão: Verbos irregulares são aqueles que:

- a) Possuem formas duplas.
- b) Possuem tôdas as formas, apresentando defeito na conjugação.
- c) Não sofrem alteração no radical.
- d) Sofrem alteração no radical e nas desinências.
- e) Têm radicais diferentes.

17ª Questão: Assinale a construção certa:

- a) Fui eu que comprei o presente que você gostou muito.
- b) Fui eu que comprou o presente que você gostou muito.
- c) Fui eu que comprei o presente do qual você gostou muito.
- d) Fui eu que comprou o presente que você gostou muito.
- e) Foi eu quem comprou o presente que você gostou muito.

18ª Questão: Assinale a construção correta:

- a) Ele sempre foi íntimo em minha família.
- b) Ele sempre foi íntimo por minha família.
- c) Ele sempre foi íntimo à minha família.
- d) Ele sempre foi íntimo a minha família.
- e) Ele sempre foi íntimo de minha família.

19ª Questão: Na oração "as plantas foram destruídas pelas formigas" o substantivo "formigas" tem a função sintática de:

- a) Objeto indireto.
- b) Agente da passiva.
- c) Adjunto adverbial de causa.
- d) Sujeito.
- e) Complemento nominal.

20ª Questão: Na oração "Eram tudo memórias de alegria":

- a) O verbo está no futuro do subjuntivo.
- b) O verbo discorda por atração sintática.
- c) O verbo é um auxiliar de segunda classe.
- d) O verbo está no mais que perfeito do indicativo.
- e) O verbo pede um objeto direto no plural.

21ª Questão: Na oração "O calor forte ou o frio excessivo causaram males igualmente nocivos ao doente".

- a) O conetivo é conjunção coordenativa alternativa.
- b) O conetivo é conjunção coordenativa aditiva.
- c) O conetivo indica posição no meio.
- d) O conetivo é conjunção subordinativa.
- e) O conetivo introduz oração subordinada.

22ª Questão: No período "Eu sou Daniel, aquele Eremita, a que tal ano e dia hospedaste em tua casa..."

- a) O pronome relativo é objeto indireto.
- b) O pronome relativo é objeto direto.
- c) O pronome relativo é sujeito.
- d) O pronome relativo é um conetivo coordenativo.
- e) O pronome relativo é predicativo do objeto.

23ª Questão: No período "consta que o general morreu":

- a) Há uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- b) Há uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.

- c) Há uma oração subordinada substantiva subjetiva.
- d) Há uma oração subordinada substantiva predicativa.
- e) Há uma oração subordinada substantiva apositiva.

24ª Questão: No período: "A notícia de que fôste reprovado partiu de teu professor de inglês", a oração subordinada classifica-se como:

- a) Substantiva subjetiva.
- b) Substantiva objetiva indireta.
- c) Adjetiva restritiva.
- d) Adverbial consecutiva.
- e) Substantiva completivo-nominal.

25ª Questão: REDAÇÃO (em fôlha à parte).

Faça uma dissertação sôbre apenas UM dos seguintes temas:

- "As flôres alegam a vida".
- "O jovem e a sociedade".
- "Viagens espaciais".

1ª Questão: Quanto à acentuação gráfica, as palavras proparoxítonas são:

- a) Acentuadas quando terminadas em i e u.
- b) Acentuadas quando terminadas em l, n, r, x.
- c) Acentuadas quando terminadas em ditongo oral.
- d) Tôdas acentuadas.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

2ª Questão: O vocábulo JURI é acentuado porquê:

- a) É um oxítono que termina em i.
- b) É um paroxítono que termina em i.
- c) É um oxítono de duas sílabas, terminado em i.
- d) É um paroxítono de duas sílabas que termina em vogal tônica.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

3ª Questão: A forma verbal com o pronome enclítico, TRANSPÓ-LO, é acentuada porquê:

- a) É uma palavra paroxítona terminada em o.
- b) É uma palavra oxítona terminada em to.
- c) É uma palavra oxítona terminada em o.
- d) Acentuam-se todos os derivados do verbo pôr.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

4ª Questão: Assinale nos grupos de palavras apresentadas abaixo, o único que contém todas corretamente acentuadas:

- a) Vi, já, cá, urubú, trás.
- b) Flôr, armazen, juriti, cafêzinho, tênis.
- c) Álbum, gênio, jaboti, caju, amável.
- d) Gramática, exército, item, fêmea, ritmo.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

5ª Questão: Só se ligam por hífen:

- a) Os elementos das palavras compostas em que não se mantém a composição.
- b) Os elementos das palavras compostas em que se mantém a noção da composição.
- c) As palavras julgadas úteis ao ensino da língua.
- d) As palavras variáveis e invariáveis quando fracionadas.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

6ª Questão: No vocábulo "COMISSÕES" temos:

- a) Um ditongo nasal decrescente.
- b) Um ditongo nasal crescente.
- c) Um ditongo crescente oral.
- d) Um ditongo crescente fechado.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

7ª Questão: Na palavra "URUGUAI" encontramos:

- a) Um tritongo oral crescente.
- b) Um ditongo oral decrescente.
- c) Um tritongo nasal decrescente.
- d) Um tritongo oral.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

8ª Questão: "PINACOTECA" é coletivo de:

- a) Coleção de quadros de pintura.
- b) Conjunto de bibliotecas uniformes.
- c) Coleção de fotografias.
- d) Coleção de jornais selecionados.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

9ª Questão: "FALANGE" é coletivo de:

- a) Pessoas em concentração agitada.
- b) Soldados em desfile.

- c) Grupo de marinheiros uniformizados.
- d) Heróis.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

10ª Questão: O plural da palavra "MAPA-MUNDI" é:

- a) Os mapa-mundi.
- b) Os mapa-mundis.
- c) Os mapas-mundis.
- d) Os mapas-mundi.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

11ª Questão: O ordinal de 783 é:

- a) Setagésimo octogésimo terceiro.
- b) Setigésimo octagésimo terceiro.
- c) Setingentésimo octogésimo terceiro.
- d) Setuagésimo octogésimo terceiro.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

12ª Questão: O numeral ordinal de 861 é:

- a) Octingentésimo sexagésimo primeiro.
- b) Octogésimo sexcentésimo primeiro.
- c) Octingésimo sexagésimo primeiro.
- d) Octagésimo sexgésimo primeiro.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

13ª Questão: na frase "VENDEM-SE CARROS USADOS" o se é:

- a) Partícula de reciprocidade.
- b) Partícula apassivadora.
- c) Partícula que indica reflexibilidade de ação.
- d) Partícula impessoal.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

14ª Questão: Na frase "ESCREVI UMA CARTA A MAQUINA", o a:

- a) É artigo feminino e deve ser craseado.
- b) Deve ser craseado.
- c) É conjunção e não deve ser craseado.
- d) Não deve ser craseado.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

15ª Questão: Na frase "A CRIANÇA PULA QUE PULA E NAO SE CANSA" o "que" é:

- a) Conjunção subordinada casual.
- b) Conjunção coordenativa explicativa.

- c) Conjunção coordenativa aditiva.
- d) Conjunção subordinativa integrante.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

16ª Questão: A forma verbal "CRÉEM" é:

- a) 3ª pessoa do plural do presente do subjuntivo.
- b) 3ª pessoa do plural do presente do indicativo.
- c) 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito.
- d) 3ª pessoa do plural do infinito pessoal.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

17ª Questão: A expressão "NÓS VIMOS" é:

- a) 1ª pessoa do plural do pretérito imperfeito de "VER".
- b) 1ª pessoa do plural do presente do indicativo de "VER".
- c) 1ª pessoa do plural do imperfeito do subjuntivo de "VER".
- d) 1ª pessoa do plural do presente do indicativo de "VIR".
- e) Nenhuma das alternativas acima.

18ª Questão: Os vocábulos *sêde* (vontade de beber água) e *sede* (residência), são:

- a) Homônimos homógrafos.
- b) Antônimos.
- c) Homônimos homófonos.
- d) Antônimos homógrafos.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

19ª Questão: Os vocábulos "COMPRIMENTO" e "CUMPRIMENTO", são:

- a) Homógrafos.
- b) Homófonos.
- c) Parônimos.
- d) Antônimos.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

20ª Questão: No período "Ele prometeu vir, porém não pôde", a 2ª oração é:

- a) Coordenada assindética adversativa.
- b) Coordenada sindética adversativa.
- c) Coordenada sindética aditiva.
- d) Coordenada sindética alternativa.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

21ª Questão: No período "O chefe que é justo sempre contará com a colaboração dos subordinados", o que é:

- a) Objeto indireto.
- b) Complemento nominal.
- c) Objeto direto.
- d) Sujeito.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

22ª Questão: Assinale a única frase que está incorreta:

- a) Ful eu que resolvi a questão.
- b) Ful eu quem resolvi a questão.
- c) Ful eu quem resolvi a questão.
- d) Ful eu que resolvi a questão.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

23ª Questão: Marque a frase correta:

- a) Assisti aquêlo espetáculo.
- b) Assisti àquêlo espetáculo.
- c) Assisti àquele espetáculo.
- d) Assisti áquele espetáculo.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

24ª Questão: Marque a frase correta:

- a) Nestas questões judiciais, sereis vós quem responderá.
- b) Nestas questões judiciais, sois vós quem responderás.
- c) Nestas questões judiciais, sois vós quem responderéis.
- d) Nestas questões judiciais, sereis vós quem responderéis.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

25ª Questão: Marque a frase correta:

- a) Nos períodos antigos, houve civilizações esplêndidas.
- b) Nos períodos antigos, houveram civilizações explêndidas.
- c) Nos períodos antigos, houve civilizações explêndidas.
- d) Nos períodos antigos, houveram civilizações esplêndidas.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

REDAÇÃO

Na folha pautada anexa, faça uma redação sobre o tema:

"A CHEGADA DE UM CIRCO"

(Continua no próximo número)

entre Guaira e a foz do Iguacu, é o principal item de um programa ambicioso que reúne interesses brasileiros, argentinos e paraguaios. Seu potencial hidrelétrico é calculado, por alto, entre 10 e 12 milhões de quilowatts, o que o situa, desde já, como o maior do mundo. A exploração racional dessa energia adormecida deflagrará na imensa região projetos econômicos de grande diversidade, a começar pelos agropastoris. O arroz, o trigo e a pecuária de corte figuram entre os principais itens econômicos a receberem, futuramente, impulso considerável. A existência, na bacia do Prata, de dois pólos de atração, São Paulo e Buenos Aires, constitui um aval certo de projetos industriais que funcionarão em regime de fluxo contínuo.

O projeto de Sete Quedas é relativamente antigo. O Brasil sempre o considerou ponto de

referência obrigatório nos seus planos de desenvolvimento setorial. Os entendimentos com os países que nele têm condomínio se processaram lentamente, através de vários governos, devido à ação suspeitosa de um nacionalismo que pecava por excesso de zelo. Hoje pode-se anunciar que o entendimento geral foi conseguido. O realismo econômico prevaleceu e os acordos encaminhados ressalvam o futuro de Sete Quedas na construção da riqueza comum.

Fornecendo energia ao Urugual, preparando-se para importar energia do Paraguai e estabelecer convênios idênticos com a Argentina, o Brasil instituiu uma diplomacia de ação mais rápida. A ela deve-se creditar o fim dos atritos e o início de uma era de cooperação que visa à integração total da importante bacia do Prata.

OS PRIMEIROS PASSOS DA INTEGRAÇÃO TOTAL

O projeto de Sete Quedas foi o ponto de partida dos entendimentos entre os países formadores da bacia do Prata, no sentido da utilização dos recursos hídricos comuns e está fadado a ser o ponto de chegada dessa carreira que já dura mais de quatro anos.

Em 1966, numa reunião em Foz do Iguacu, o Brasil e o Paraguai assinaram a Ata das Cataratas. O documento criava a Comissão Mista Técnica Brasil-Paraguai que estudaria o trecho que compreende o Salto Grande de Sete Quedas até a foz do Iguacu.

Convênio

Os trabalhos prosseguiram, até que em abril deste ano foi assinado um convênio de cooperação técnica entre os dois países, representados pela Eletrobrás e pela ANDE (Administración Nacional de Electricidad), do Paraguai.

Pelo instrumento firmado, a energia produzida será dividida em partes iguais. Como é certo, entretanto, que o Paraguai não terá capacidade para absorver sua parcela, o Brasil tem prioridade para adquirir por preço

justo, a energia adicional que necessitar, por sua própria demanda.

Argentina Realista

Houve tempo em que se pensou que qualquer tentativa de integração da região cortada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai estaria destinada ao fracasso pelo fato de os dois maiores da zona — Argentina e Brasil — serem dois irmãos fortes que não se entendem.

Os fatos atuais mostram que essa visão pessimista carece de fundamento. A Argentina e o Brasil já ultimaram os entendimentos para a assinatura de um convênio de natureza semelhante ao assinado entre o Brasil e o Paraguai, visando o aproveitamento de um trecho contíguo do rio Uruguai e outro no rio Iguazu.

O presidente da Eletrobrás, ao falar, quase não se refere mais aos "antigos" litígios entre os dois países. Só com alguma insistência ele se dispõe a admitir que essas dificuldades existiram e que existem ainda aspectos a acertar, a fim de que as idéias se transformem em usinas.

Mas ressalva logo que os problemas atuais estão inteiramente colocados num plano técnico. A tática que utilizamos — prossegue Mário Bhering — foi a de abandonarmos todos os aspectos que produzissem impasse, e selecionamos todos os ângulos da questão em que tanto a Argentina como o Brasil estavam de acordo. Assim foi possível manter livre cada país para realizar

os projetos que mais conviessem a seus interesses e unir esforços para a consecução de projetos onde o interesse comum estivesse em jogo.

Essa foi sempre a tese brasileira quanto ao aproveitamento dos recursos hídricos dos rios da bacia do Prata, agora vitoriosos, para satisfação de todos. A receptividade encontrada por parte das autoridades argentinas evidencia o acerto do caminho seguido, atendendo não só ao interesse de cada nação, como permitindo a instituição de uma grande obra integracionista.

Os trechos do Iguazu e do Uruguai poderão produzir 5 milhões de quilowatts, sendo que 2 milhões no primeiro e 3 milhões nos trechos aproveitáveis do segundo. A proximidade das usinas que aí surgirem com os centros mais dinâmicos da economia brasileira será uma garantia para o futuro e, do lado argentino, representará, sem dúvida, uma alavanca para o desenvolvimento da chamada "Mesopotâmia argentina", uma região até hoje pouco valorizada.

Costura de Fronteiras

Mas não fica só aí o trabalho silencioso dos engenheiros-diplomatas. Sem alarde, eles estão aos poucos plantando os postes da integração. Um aqui, outro ali, mesmo sem lucro imediato, "mas porque representa uma obra política importante" eles estão costurando as fronteiras com os fios do progresso que, esperam, sejam sempre os fios de concórdia.

O Brasil hoje fornece energia ao Uruguai e com este também compensa energia recebida; comprará energia ao Paraguai e está ultimando os entendimentos com a Argentina para fazer alguns fornecimentos a cidades limítrofes daquele país.

É a evidência de que os atritos do passado recente eram em grande parte fictícios, se deveram em muito à exploração de grupos nacionais que desejavam capitalizar o assunto, e não a uma posição governamental de qualquer dos países do bloco. Os técnicos recordam as expressões bombásticas daquela fase, como um pesadelo do qual todos já acordaram. É típica do clima existente, ainda em 1968, a expressão que a revista argentina *Atlántida* publicou, atribuindo-a a um coronel reformado: "*Si Sete Quedas se hace, Argentina tiene que declararle la guerra*".

Existem também estudos para a realização de um projeto hidrelétrico no rio Paraguai, com participação conjunta da Argentina e Paraguai (Apipê) e outro num trecho comum do rio Uruguai, fronteira do Uruguai com Argentina. Importante, ressalta o presidente da Eletrobrás, é que os levantamentos que se farão no rio Paraná com vistas ao projeto de Sete Quedas serão grandemente importantes para os projetos citados.

Ligações com Uruguai

A Comissão de Integração Elétrica Regional — CIER — criada em junho de 1961 — da qual faz parte, além dos países da Bacia,

o Chile, conseguiu concretizar as primeiras ligações internacionais de sistemas elétricos na região.

Foram ligadas Santana do Livramento e Rivera, depois estendendo-se a Quaraí e Artigas. Em seguida foi a vez de Jaguarão e Rio Branco e finalmente Chui brasileira com Chuy uruguaia. Agora os uruguayos desejam um pequeno fornecimento também para sua área contígua de Aceguá.

Os fluxos energéticos do Brasil para o Uruguai já representam 6 mil quilowatts nos sistemas de Livramento com Rivera e Quaraí com Artigas, e 2 mil quilowatts entre Jaguarão-Rio Branco e Chui-Chuy. Totalizam cerca de 500 mil dólares por ano as duas primeiras.

O Brasil estuda ainda com o Uruguai a concretização de uma hidrelétrica comum no Passo do Centurião no rio Jaguarão, onde está realizando um projeto de irrigação. O potencial estimado é de 80 mil quilowatts nessa usina.

Paraguai

Defronte da foz do Iguaçu, o Paraguai construiu sua primeira grande usina hidrelétrica — Acaray — da qual o Brasil participou com assistência técnica. Como a energia gerada é superior à demanda atual do Paraguai, o Brasil fez um contrato de compra do excedente, através da Copel, do Paraná. Serão 23 mil quilowatts, a iniciar, entre os dois países, uma troca de interesses vantajosos para todos.

BRASIL E PARAGUAI INICIAM ESTUDOS DE SETE QUEDAS

A integração da bacia do Prata começa a se fazer a partir das interligações de sistemas elétricos ao longo das fronteiras. O primeiro ponto surgiu em 1965, ligando Santana do Livramento (Brasil) com Rivera (Uruguai). Hoje, uma dezena de ligações existem ou estão em fase de conclusão. Com o Uruguai, o Brasil tem, além daquela, as uniões de Quaraí-Artigas, Chui-Chuy e Jaguarão-Río Branco. Na fronteira com a Argentina, o Brasil estuda ligações para fornecer energia a Bela Unión, Monte Caseros, Paso de los Libres e Bernado d'Irigoyen. Com o Paraguai, o Brasil já tem um contrato de compra de energia da Central de Acaray, calculada em 23 mil quilowatts, além do projeto de Sete Quedas, que começará a ser estudado.

O Brasil e o Paraguai, ainda em outubro ou, no máximo, até a primeira semana de novembro, contratarão com seis empresas internacionais um estudo de viabilidade técnica no rio Paraná, com vistas à construção de um grande complexo hidrelétrico em Sete Quedas, cujo potencial é estimado entre 10 e 12 milhões de quilowatts.

A Argentina e o Brasil já acertaram todos os detalhes e assinarão próximamente um convênio para estudo conjunto dos recursos energéticos comuns nos rios Iguazu e Uruguai. Os dois fatos representam um passo fundamental na costura de fronteiras para integração dos países da bacia do Prata. Os óbices políticos estão sendo vencidos pela "diplomacia do quilowatt".

A luta surda

As duas expressões, "costura de fronteiras" e "diplomacia do quilowatt" foram se formando à medida que um trabalho silencioso era realizado pelos técnicos dos países da bacia do Prata na busca de formas de convivência, com vantagens mútuas.

A bacia é a região mais importante para os países que dela fazem parte. No seu traçado se incluem São Paulo e Buenos Aires, os dois maiores centros industriais da América do Sul. Os rios que correm no seu interior representam um imenso potencial energético para o Centro-Sul e Sul do Brasil e, para a Argentina, um escoaouro de suas principais culturas — arroz e trigo.

Por tudo isso e por ter sido o cone Sul da América Latina um ponto de atrito e de lutas fronteiriças entre os quatro da área — Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil, a bacia do Prata foi sempre motivo de polêmica e sua integração difícil.

Embora existam interesses comuns, que aproveitados em conjunto renderiam muito mais que isolados, as políticas sempre se mostraram mais fortes que os argumentos técnicos.

A experiência da Eletrobrás é suficiente para confirmar um princípio geral admitido por todos de que o potencial energético contido nos grandes e acidentados rios da região — Paraná, Paraguai e Uruguai — estaria destinado a ser o ponto de união.

De fato, a partir dos programas levados a efeito pelo Brasil nos trechos nacionais do rio Paraná e da atividade técnica, superando a simples especulação política na zona, foi possível iniciar um trabalho concreto de superação das diferenças e uma aproximação efetiva entre os países da bacia.

O projeto de Sete Quedas — denominação dada ao trecho que vai da Guaira até a foz do Iguaçu, numa extensão de quase 200 quilômetros — é o assentamento de novas bases nas relações internacionais da bacia. Seu aproveitamento pelo Brasil e Paraguai poderá desanuviar definitivamente o horizonte e desencadear no futuro novos projetos compartilhados em outros campos econômicos.

Maior do mundo

Sete Quedas tem um custo avaliado em mais de 1 bilhão de dólares. Os estudos que agora vão ser iniciados demorarão dois ou três anos para estarem concluídos e custarão aproximadamente 5 milhões de dólares. Se tudo correr como se espera, no início da década de 30 poderá colocar em ação suas primeiras máquinas a produzir, pelo menos, 2 milhões de quilowatts.

Essas informações o presidente da Eletrobrás, engenheiro Mário Ehering, presta com a satisfação de quem consegue ou está na iminência de alcançar um grande sucesso. Explica, entretanto, que a vitória não será somente do Brasil nem do Paraguai. Será do bom senso técnico, que conseguiu vencer os obstáculos e a incompreensão.

As seis firmas consultoras que trabalharão em tempo integral já estão escolhidas. São firmas neutras que enfrentarão muitas dificuldades nos estudos, diz Mário Ehering.

Embora o Brasil possua algum conhecimento das características do trecho a aproveitar, esses estudos não são completos, simplesmente porque trata-se de uma seção do rio onde a soberania é compartilhada com o Paraguai.

Um dos aspectos mais difíceis será o levantamento batimétrico no trecho (traçado do perfil do leito) especialmente em sua parte mediana, onde a velocidade da água é muito grande, assim como a profundidade do leito.

Ainda não se sabe quantas barragens é possível construir nesse pedaço do rio Paraná. Mas é certo que em pelo menos dois locais, um mais próximo de Guaira e outro perto da foz do Iguaçu, as indicações são boas. Se assim fôr, os técnicos imaginam que o projeto nas imediações de Sete Quedas, logo depois da grande queda d'água, pode produzir entre 10 e 12 milhões de quilowatts e o outro, mais abaixo, representaria um potencial entre 2 e 3 milhões de quilowatts.

Em termos comparativos, esse cabedal energético representaria mais do que dobrar a atual capacidade instalada brasileira que está em torno de 11 milhões de quilowatts e mais da metade de todo o potencial hidrelétrico estimada para as regiões Sul e Centro-Sul brasileiras, que é de 25 milhões de quilowatts.

Turismo — Fase Inicial de Expansão

Em 1958, o caderno de turismo do jornal italiano "L'Espresso" publicou uma estranha lista de conselhos dedicada exclusivamente a quem desejasse conhecer o Brasil. Algumas de suas advertências: "Cuidado com as gigantescas folhas das matas brasileiras — durante a construção da estrada Belém—Brasília, pelo menos uma pessoa morreu porque uma delas lhe caiu sobre a cabeça; cuidado com as cobras — principalmente a bororó, que corre com o corpo reto e velocidade igual à de um homem, e cuidado com a polícia, especialmente a do Recife, Pernambuco".

Fértil e folclórica imaginação. No ano seguinte, apesar dos metuculosos avisos do "L'Espresso", 4.000 turistas italianos deixaram quase 4 milhões de dólares no Brasil. Dez anos depois, o senhor Robert Lonatti, americano de origem italiana, secretário-geral da União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo, ligada à ONU, dizia: "O Brasil, por causa da homogeneidade de suas condições climáticas, é o único país do mundo onde se pode fazer turismo o ano todo. Sua potencialidade para o desenvolvimento de uma grande indústria turística é imensurável. Falta-lhe, apenas, a necessária infra-estrutura".

Faturamento — O turismo organizado nasceu na época da Primeira

Guerra Mundial — com a proliferação dos vapores de longo curso e com as primeiras excursões, dos ricos europeus à crescente América do Norte. Meio século depois, o faturamento do turismo atingia quase 90 bilhões de dólares (inclusive o transporte dos viajantes) — mais do que as indústrias de aço, automóveis e armamentos, menos apenas que o grande complexo mundial do petróleo. E o turismo de massa cresce à surpreendente taxa de 12% ao ano.

Até 1966, porém, nada havia de efetivo no campo do turismo no Brasil — os visitantes estrangeiros no México, por exemplo, produzem mais divisas do que o café para os brasileiros; e a receita turística da América do Sul em 1969 não chegou a 1% do total mundial. No dia 18 de novembro daquele ano, porém, o Decreto-Lei n.º 55 definiu a política nacional de turismo, criou o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), hoje presidida por Joaquim Xavier da Silveira. Seus objetivos: promover, em primeiro lugar, o turismo interno; depois, garantir as condições imprescindíveis para um turismo externo lucrativo.

Mas por que o turismo interno? A resposta é simples: em 1969, 250.000 estrangeiros visitaram o

Brasil e 154.000 dólares passaram pela Guanabara — contra 2.300.000 brasileiros de outros Estados que estiveram no Rio. Além disso, o Brasil oferece uma infinidade de paisagens naturais diferentes — do campo à montanha, das praias selvagens ao litoral urbanizado, da mata densa e desconhecida às estações medicinais. O plano rodoviário nacional, em acelerada execução, garante a locomoção desses viajantes internos. O ponto crucial do turismo no Brasil, todavia, continua sendo a falta de acomodações. Um exemplo: em 1969, o Parque Nacional do Iguaçu recebeu 70.000 visitantes mais que em 1968; no entanto, esse aumento poderia chegar às 500.000 pessoas (previsão feita pela própria Embratur) se houvesse meios de alojá-las com razoável conforto.

Hotéis em construção — Para aliviar a deficiência de acomodação, a Embratur estabeleceu um sistema de incentivos fiscais capaz de auxiliar a construção de novos hotéis em todo o país. Os limites foram fixados em 8% do imposto de renda a pagar (pessoa jurídica), se aplicá-los na região centro-sul, ou no máximo 50%, nas zonas da Sudam e Sudene. Esses incentivos fiscais vêm sendo arrecadados desde 1968 — e a Embratur já conseguiu aproximadamente 200 milhões de cruzeiros — dos 76 foram aplicados na construção de 38 novos hotéis, que representam um investimento global de quase 850 milhões. Entre eles: o Hotel Nacional do Rio de Janeiro, projeto de Oscar Niemeyer, o primeiro na cada vez mais im-

portante barra da Tijuca; o Miramar, do Recife, primeiro hotel de categoria internacional em Pernambuco; o Salvador Praia Hotel, na Bahia, com enseada particular; o Hilton, de São Paulo, especialmente para executivos; o Hotel Tropical de Manaus, projeto de Sérgio Bernardes, coberto por gigantesca calota transparente de plástico — para evitar o calor e a umidade. Quando os 38 hotéis estiverem prontos, a rede hoteleira nacional ganhará mais 6.353 apartamentos, gerando 7.028 empregos diretos e 23.000 empregos indiretos (a indústria do turismo é a que mais promove a criação de novas ocupações).

Além disso, outros 39 projetos estão sendo analisados pela Embratur e pelo CNTur — serão mais 5.403 apartamentos, num investimento global de quase 2 bilhões de cruzeiros. As vantagens da política da Embratur ainda são incalculáveis. Pois o turismo provoca uma verdadeira reação em cadeia — a aplicação de capital em sua infra-estrutura gera benefícios para uma série de outras indústrias que não estão diretamente ligadas a ela. Por exemplo: uma rodovia aberta na direção de uma determinada região turística normalmente se transforma — também — em escoadouro da produção local para o resto do país, favorecendo a implantação de novas indústrias, ajudando a desenvolver as que já existem, fortalecendo o comércio local e modernizando a própria comunidade, pelas condições mais favoráveis de progresso e comunicação que proporciona. E tudo isso pode acontecer — através da Transamazônica.

Caminho da riqueza — De qualquer forma, o Brasil é um país tão grande, que se tornaria bem difícil (se fôsse o caso) indicar aos investidores potenciais os melhores lugares para as melhores aplicações. Eles poderiam escolher algum pedaço do Amazonas, onde a mata é vigorosa e ao mesmo tempo absurda na sua infinidade de espécies vegetais e animais; onde a idêia quase fantástica do rio tão largo que nunca se avista "a outra margem" permanece como uma realidade viva durante dezenas de quilômetros. Eles poderiam escolher os garimpos de Rondônia — incrivelmente épicos, onde são costumeiras as lutas de rua, os tiros de homens que disputam pela força o caminho da riqueza. Ou milhares de pequenas praias escondidas no litoral do norte, com seus personagens bucólicos a lembrarem constantemente o bravo pescador criado por Hemingway no seu "O Velho e o Mar". Ou as falésias gaúchas, o cerrado goiano, o sertão de Lampião no nordeste.

Eles poderiam escolher simplesmente São Paulo, o Parque Anhembi (inaugurado com o VII Salão

do Automóvel) — o mais moderno centro de feiras e convenções do mundo, com 460.000 metros quadrados de área coberta, capaz de receber 15 milhões de visitantes por ano. Melhor ainda: além de levar até São Paulo os visitantes de outros Estados, o Parque Anhembi trará para o Brasil turistas internacionais.

O pavilhão possui a maior estrutura de alumínio do mundo (67.200 metros quadrados, peso de 850 toneladas), quatro sanitários com duzentos boxes cada, dois bares e catorze restaurantes — que fazem desde comida baiana até pratos típicos chineses. Em 1972, todo o complexo arquitetônico estará totalmente pronto: estacionamento para 9.000 carros, um hotel com 453 apartamentos (31 suítes duplex e quatro presidenciais), um auditório para 3.500 pessoas, galeria de lojas, sauna e fisioterapia. No hotel, o serviço será do mais alto padrão internacional — controlado por um computador eletrônico. Sem falar na criação de mais 650 empregos diretos e outros 2.000 indiretos.

"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1963, resolveu reiterar o Aviso n.º 66 de 21 Jan 61, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL, e cujo teor é o seguinte:

1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 66, de 21 Jan 42, do então Ministro da Guerra, General Carneiro Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL para a carreira profissional e geral dos militares do Exército, cumpre o dever de congratular-se com a alta moralidade pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a realização da prestigiosa e crescente dessa mais antiga e mais consagrada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a contribuição de todos os oficiais, subalternos e sargentos, como estes preponderância da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo pessoal, e que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar dos seus Exércitos.

3. Os que são utilizantes, leitores e colaboradores de A DEFESA NACIONAL recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da carreira do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transmitida, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 63, do Ministro do Exército.)